

Leila de Menezes Stein

**A construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil
(1954- 1964)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em
Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof.
Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Examinadora em 11/9/97

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

Banca

Prof (a) Dr (a)

Prof.(a) Dr (a)

Prof.(a) Dr.(a)

Prof.(a) Dr (a)

Prof (a) Dr (a)

Campinas 1997

UNIDADE BC
 N.º CHAMADA: 1 UNICAMP
SL34c
 V. Ex
 FUND. BC/ 41941
 PREC. 278/00
 C. D ☒
 PREC. RE 11,00
 DATA 30-07-00
 N.º CPD

CM-00147219-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

St34c

Stein, Leila de Menezes

**A construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no
Brasil (1954 a 1964) / Leila de Menezes Stein. - - Campinas,
SP : [s.n.], 1997.**

Orientador: Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Sindicatos - Trabalhadores rurais. 2. Trabalhismo.
3. Questão agrária - Brasil. 4. Comando Geral dos Traba-
lhadores (Brasil). 5. Confederação Nacional dos Trabalha-
dores na Agricultura (Brasil). I. Wanderley, Maria de Nazareth
Baudel. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de doutorado em Ciências Sociais

**A Construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no
Brasil (1954 a 1964)**

Leila de Menezes Stein

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Tese de Doutorado, apresentada como exigência parcial para obtenção do título de
Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp,
sob a orientação da Dra Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Campinas, 1997



Agradecimentos

Devo, inicialmente, expressar meus agradecimentos aos professores do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, da Universidade de Campinas - Unicamp - que colaboraram com minha formação e me auxiliaram a ampliar um trânsito pelas teorias sociológicas. Os cursos que freqüentei no Programa permitiram aperfeiçoar meu modo de pesquisar e entre eles, quero mencionar, especialmente, os seminários com a professora Teresa Soares, que me foram particularmente proveitosos. A professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, orientadora desta tese, muito contribuiu para sua realização e com consideração me indicou os caminhos para um melhor entendimento da história agrária do Brasil.

Devo, ainda, agradecimentos a algumas pessoas e instituições sem as quais a pesquisa da tese não teria se realizado a contento. Agradeço, com muito carinho, a Sônia Maria Teixeira dos Santos, Nivaldo Correia da Silva e Rodrigo Prando que me auxiliaram no trabalho com documentos. Contei, também, com a simpatia e apoio da professora Helena de Lorenzo, coordenadora do programa PICD de quem recebi uma bolsa. Do professor Marcelo Ridenti, do Departamento de Sociologia, recebi cordialidade e apoio profissional. Sou grata.

Quase finalmente, mas não com menor importância, fica minha gratidão para as pessoas que me concederam sua atenção, sacrificando seu tempo,

concedendo entrevistas que espero ter sabido aproveitar. Muitas perguntas sobre tempos tão distantes! Agradeço a todas elas. Finalmente, agradeço a Wolf e Bruno terem me agüentador e apoiado nestes monocórdios “tempos de tese”.

Apesar de ter podido contar com tantos apoios e de ter convivido e aprendido com pessoas tão interessantes e, portanto, dever tanto a todas elas, assumo, desde já, os riscos dos erros de interpretação, na certeza de que vivenciei, de modo intenso, os percalços da trajetória desta tese. Me lembro de Guimarães Rosa, para quem: o importante é a trajetória e não o ponto de chegada!

para: Sotero e Esther, Osório, Temístocles, Isnard,
Tourinho, Kardek e Teixeira. Ousadias.

Para: Bruno, Lgia, Fabiano, Zeca e Guilherme.

Novas ousadias.

Índice

Agradecimentos

Índice de Quadros

Siglas usadas

Introdução 1

**Capítulo 1- Desenvolvimento da Agricultura, Estado
e Questão Social Agrária** 7

Personagem Central da Dominação na Agricultura

Conflitos, Estado e Questão Agrária "Política"

Política Populista e Movimentos Sociais Agrários

Partidos Políticos e Populismo: enquadramento dos conflitos

A modo de conclusão

**Capítulo 2 - Trabalhismo, Questão Agrária e Representação:
novos personagens e conflitos sobre uma pauta de direitos** 31

Introdução

João Goulart e Trabalhismo: a personagem.

Trabalhismo no Governo JK

Movimento Trabalhista Renovador e Grupo Compacto

Reformismo Cristão e Partido Democrata Cristão

Jânio Quadros e o Interregno Trabalhista

Algumas Conclusões

**Capítulo 3- Sindicalismo de Trabalhadores Agrícolas no
Parlamentarismo** 76

Introdução

Ministério no Gabinete Tancredo Neves

Comissão Nacional de Política Agrária e Sindicalização Rural

Ministério do Trabalho e "Sindicatos de Trabalhadores Rurais"

Capítulo 4- Plebiscito, CGT e Presidencialismo:	
a construção do sindicato trabalhista agrário	105
Apresentação	
Comando Geral dos Trabalhadores	
Supra: recorte institucional	
Ministério do Trabalho no Gabinete Hermes Lima	
e a Luta pelos Sindicatos Agrícolas	
Sindicalização Trabalhista no Presidencialismo	
 Considerações finais.	160
Fontes e bibliografias	167

Índice de Quadros

Quadro 1. Medidas de Política Trabalhista no Governo Jânio

Quadros, janeiro a agosto de 1961. Brasil

Quadro 2. Medidas Trabalhistas Rurais. Ministro Franco Montoro.

MTPS (janeiro a julho de 1962). Brasil.

Quadro 3. Medidas de Política Trabalhista Rural. Governo João

Goulart, período de julho de 1962 a janeiro de 1963. Brasil.

Quadro 4. Medidas Trabalhistas Rurais. Ministro Almino Affonso,

MTPS, janeiro a junho de 1963. Brasil.

Quadro 5. Sindicalização Rural e Medidas Trabalhistas. MTPS, de

junho de 1963 a abril de 1964. Brasil

Quadro 7 Reconhecimento de Sindicatos de Trabalhadores

Agrícolas. Ministro Almino Affonso (jan. a junh.1963). Brasil

Quadro 8. Fundação das Federações de Trabalhadores Agrícolas

e seu Reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Previdência

Social, Brasil , 1962 a 1964.

Siglas e Abreviaturas

AARR - Associações Rurais

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

AC - Ação Católica

ACO - Ação Católica Operária

ADP - Aliança Democrática Parlamentar

AFL-CIO - American Federation of Labor-Congress of Industrial Organisations

ANCAR - Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural

ANPO - Animação Popular

CLASC - Confederação Latino Americana de Sindicatos Cristãos

CISL - Confederação Internacional do Sindicalismo Livre

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNCO - Confederação Nacional dos Círculos Operários

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural

CRB - Confederação Rural Brasileira

ELO - Escola de Liderança Operária

FALTAC - Federação das Associações Lavradores e Trabalhadores do Ceará

FECOESP - Federação dos Círculos Operários do Estado de S.Paulo

FMP - Frente de Mobilização Popular

FNP - Frente Nacionalista Parlamentar

FPA - Federação dos Produtores Autônomos

FPA - Federação dos Produtores Autônomos

FSM - Federação Sindical Mundial

FTLPP - Federação dos Trabalhadores, Lavradores e Pequenos Produtores

FTR - Federação dos Trabalhadores Rurais

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ICT - Instituto da Cultura do Trabalho

ISUFO - Instituto Superior de Formação Operária
JEC - Juventude Estudantil Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MASTER - Movimento dos Trabalhadores e Agricultores Sem Terra
MEB - Movimento de Educação de Base
MRS - Movimento de Renovação Sindical
MSD - Movimento Sindicalista Democrático
MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PRP - Partido Republicano Progressista
PSD - Partido Social Democrático
PSP - Partido Social Progressista
PTN - Partido Trabalhista Nacional
SAS - Serviço Assistencial Rural
SLTA - Sindicato de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SSR - Serviço Social Rural
STPAS - Sindicato de Trabalhadores e Produtores Autônomos
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
STL - Sindicato de Trabalhadores e Lavradores
TFP - Sociedade da Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN - União Democrática Nacional

Introdução

Nesta tese, estudo a questão agrária, na década de cinquenta e sessenta, focada em seus desdobramentos do que se pode chamar de uma “questão política agrária”. Trabalha-se, assim, com o pressuposto de que ela passaria a ser uma questão para o poder político nacional e teria muitas resultantes, em várias propostas enunciadas na intenção de soluções. Referencia-se, assim, tais ressonâncias à aliança Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Democrático e as suas crises que se convencionou chamar de crise institucional.

Sem dúvida, algumas dessas questões permanecem insuficientemente exploradas e explicadas, merecem novos estudos. No entanto, pensamos que se o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - é centro de referência para o conjunto das demais propostas, a questão agrária, num certo sentido é também o seu limite. Situado numa crise de representação que o destacava de seu tradicional aliado político, o Partido Social Democrático - PSD, o PTB a que nos referimos ou seja, aquele comprometido com as “reformas de base”, avançava na iniciativa de implantar uma direção democrática para a transição capitalista, o que significava enunciar e afirmar a integração de parte da população, então excluída, à condições amplas de cidadania.

Concordo com Maria Vitória Benevides que chama a atenção para essa qualidade camaleônica daquele partido, afirmando que àquelas alturas, era possível referir-se a muitos “petebês”. Conforme Benevides, 1989: 15:

(...) o antigo PTB permanece associado aos temas mais polêmicos do período, como o próprio getulismo, os alcances e limites do populismo e a constante oscilação entre conciliação e radicalização das lutas sociais. O PTB é

(...) lembrado pelas reformas de base ("na lei ou na marra") e pelos vícios do peleguismo e da tutela estatal sobre os sindicatos. Existe o PTB dos latifundiários e o PTB que luta pela Reforma Agrária; o PTB dos favelados e o PTB da burguesia nacional; o PTB dos comunistas e o PTB dos fisiológicos, o PTB hegemônico no Rio Grande do Sul e o PTB paradoxalmente fraco em São Paulo e o PTB "carismático" no Distrito Federal (...)

Pensamos, assim, que para o PTB da Frente Parlamentar Nacionalista, FPN - uma de suas questões residia na luta pela afirmação de estruturas de representação para as classes dominadas no campo, o que o levava a atritar-se aos padrões arbitrários da dominação exercida pela grande empresa agrária, arbítrio que era, até então, sustentado pelo PSD e pela Igreja Católica.

Paralelamente ao PTB da FPN e próximos a ele, o Partido Comunista Brasileiro e outras forças políticas disputavam a liderança da classe operária. Assim, nos anos sessenta, tais partidos tentariam formular projetos de lutas sindicais mais independentes do estado.

Parte-se, assim, das propostas sociais do PTB, como por exemplo a reforma da previdência, entendidas em seus efeitos participativos sobre o movimento sindical, destacando-se a demora no que se refere a efetiva formulação de decisões políticas para as massas rurais. Nesse embate de forças políticas, pode-se atribuir essa demora ao bloqueio do Congresso Nacional ou, ao risco do PTB perder essas potenciais "bases eleitorais" para outras forças políticas?

No entanto, a crise de representação é geral no país e atinge quase todas as forças políticas. Se o PTB divide-se em algumas correntes, dando origem a alguns novos trabalhistas, como seria o caso do Movimento Trabalhista Renovador e do Grupo Compacto, algo semelhante ocorre com as demais forças

políticas de peso, como o Partido Social Democrático - PDS - e mesmo a Igreja Católica. Como se sabe, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos, - CNBB - talvez uma dentre as primeiras entidade de coordenação nacional dessa igreja, traria, para um plano importante, uma estratégia de enfrentamento a questão da "pobreza", que passaria a ser equacionada como um polo oposto ao desenvolvimento econômico, sendo que essa relação era considerada como espúria e éticamente condenável.

Internamente, no entanto, como se sabe, a Igreja se polarizava. Estreitava-se uma aliança entre bispos, Ação Católica Brasileira e setores laicos, na direção acima apontada, com a formação da CNBB e do Movimento de Educação de Base. Paralelamente, um "grupo de renovadores" se opunha a tal maneira de entender a laicização e engajamento da cristandade no apostolado secular e tentava afirmar o projeto do circulismo e da Confederação Nacional dos Círculos Operários. Não obstante, pensamos que o processo de fundação da Ação Popular tem afinidades com tais questões internas à igreja, e também, a questões externas a ela, como o desenvolvimentos da questão agrária.

Sugiro que a resolução da questão sindical rural no Governo João Goulart, setembro de 1961 a abril de 1964, corresponderia a múltiplas intenções, entre as quais, uma tentativa de montar esquemas e bases sociais na estratégia de dar continuidade e revigorar o velho trabalhismo e, penso na estratégia de dar continuidade ao sistema de representação democrático. Muitas intenções. Penso na existência de um partido comunista que operava através de frentes e que, reiteradamente, era impedido de transformar-se num partido de massas. Penso nas propostas da Igreja Católica que se desenvolveria via tentativas de

“organizar” a cidadania do trabalhador rural, para o que contava com sua tradicional aliança com o Partido Social Democrático. Pondero as diversas iniciativas da sociedade civil em organizar seus interesses de modo mais autônomo, vis a vis, aos padrões corporativos da sociedade brasileira.

Fundamento, de todo modo, tais afirmações na seguinte sugestão interpretativa:

(...) retratar uma mudança prolongada ou uma transição ideológica como um processo endógeno, é mais complexo do que descreve-lo como a ascensão de uma nova ideologia insurgente, concebida independentemente, a qual coincide com o declínio de uma ética até então dominante. Uma descrição desse tipo envolve a identificação de uma seqüência de idéias concatenadas, cuja consequência final não é necessariamente desvendada aos defensores dos elos individuais dessa cadeia, ao menos nos primeiros estágios do processo, pois eles poderiam estremecer e rever seu pensamento, se tivessem conhecimento do fim último para o qual suas idéias se encaminhariam(...) Hirschman, 1979: 14.

Desse modo, outras questões e a crise institucional colocam na cena política uma Igreja Católica que enuncia propostas para enquadrar o movimento camponês e, principalmente, promover caminhos para enfrentar a miséria econômica e social das massas rurais e, por isso mesmo, a questão educacional ganha tanta importância naquele período. Francisco Julião e as bem sucedidas Ligas Camponesas demonstraram como a aplicação do Código Civil podia ser revolucionária nos quadros da ignorância e do atraso em que eram mantidas as populações rurais. Quem conseguisse falar e construir uma “linguagem para o povo” teria altas chances de obter legitimidade junto a ele.

Constitui-se, desse modo, o eixo dessa tese, uma tentativa de relacionar o conjunto de questões, até aqui enunciadas, às questões mais específicas

colocadas pela Sociologia Rural. Nesse sentido, apoio meu trabalho na vasta e excelente bibliografia sobre os temas agrários e num diálogo com tais interpretações, busquei, na medida do possível, preencher lacunas e sugerir retificações quando considere que fosse o caso.

Resta observar, em termos de método, que organizo a exposição e os argumentos através da apresentação das interpretações a que fomos chegando, balizadas que foram pelas entrevistas com alguns políticos e dirigentes sindicais. Fizemos, assim, uma pesquisa empírica buscando levantar dados relativos ao início de uma política trabalhista rural.

Desse modo, a reconstrução dos projetos sindicais de intervenção que fiz, procura pontuar:

(...) essa característica essencial de participação em ações coletivas voltadas para o bem comum permite identificar, de imediato a limitação da visão econômica. A confusão entre lutas e conquistas implica no desaparecimento da distinção precisa entre custos e benefícios da ação de interesse público, pois a luta que deveria ser lançada no lado dos custos passa a fazer parte dos benefícios(...) Cf. Hirschman, 1983: 98.

Entendo, por essa via, a questão da formação do sindicato trabalhista agrícola como resultante de um processo histórico em que:

(...) a fusão entre luta e prazer caracterizam a ação pública inovadora, seja porque essa ação ocorre quando há uma mudança cognitiva radical e mudam-se as crenças, passa-se a pensar que a ordem social política possa vir a ser alterada (...) Cf. Idem: 1983.

Quase finalmente, devo acrescentar que Albert Hirschman é uma sugestão e um estímulo. Nesse sentido, registro que localizei profundas ressonâncias de suas teorias nos encontros que tive com algumas das

personagens dessa tese. Relatavam com paixão e com uma interessante retórica tentavam convencer a autora dessa tese de que eles estavam com a razão, com o único detalhe de que falávamos de fatos ocorridos há muitos anos. Essa observação do procedimento de tais atores sociais me transmitiram uma certeza de que:

(...) a história não se baseia no ator racional da teoria econômica, mas num elemento de caráter bem menos desenvolvido. Tais tipos humanos são superiores ao ator racional, na medida em que concebem estados de felicidade, são capazes de transcender um para atingir outro e escapar, assim, ao tédio de viver com base num único estável conjunto de preferências(...) Hirschman.

Finalmente, a complexa questão da democracia brasileira, situada no polo inferior do atual "mundo moderno" nos ocupa como melancolia portuguesa. Descobre-se um compacto sentimento de culpa e um recolhimento às vidas privadas já que o país não dá certo. Muito lentamente parece possível recuperar o sentido das conquistas de nossa história recente, amparados na idéia de que:

(...) não existe dúvida de que as ações humanas e as decisões sociais tendem a ter conseqüências totalmente diferentes da intenção inicial. Mas, por outro lado, essas ações e decisões são freqüentemente empreendidas porque se espera com toda sinceridade que venham a ter certos efeitos, os quais, no fim das contas, deixam inteiramente de se materializar (...) Hirschman, 1979: 124.

Capítulo 1

Desenvolvimento da Agricultura, Estado e Questão Social

Agrária

Introdução

O sindicalismo rural, como se sabe, despontaria na conjuntura brasileira no final da década de cinquenta e início de sessenta, resultando da quebra da resistência oposta por diversos segmentos da sociedade brasileira. Esta resistência seria vencida pelas forças políticas que se voltaram no Brasil para a organização dos setores populares, entre as quais se destacariam o Partido Comunista Brasileiro, a Igreja Católica e outras forças de menor expressividade nacional. Deste modo, a "questão sindical agrícola" delineia-se a partir do momento em que seria uma prioridade para o conjunto do movimento pela "organização popular", o que corresponde aos últimos anos da década de cinquenta.

Simboliza, esse esforço pela cidadania, a realização das primeiras conferências de trabalhadores agrícolas e de lavradores que culminaram com a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - a ULTAB - em 1954 e a fundação do movimento pelas "Ligas Camponesas" , também naquele mesmo ano. Esse movimento nacional pela cidadania encontraria seu auge com a realização do 1º Congresso de Trabalhadores e Lavradores , em Belo Horizonte , em 1961 , a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores -CGT - em 1962 e a realização da "Iª Conferência dos Bispos do Nordeste" , em Recife - em 1956 ¹.

Desse modo, um conjunto de posições políticas diversas, com suas respectivas propostas de organização, operava no sentido de propiciar e implantar condições de inclusão social e política para o trabalhador rural. Tais

¹ A primeira conferência dos Bispos do Nordeste, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, teria como resultados uma politização dos problemas do Nordeste do país, denunciando os males sociais causados pela estrutura fundiária concentradora de propriedades. Proporia, portanto, a necessidade

posições estendiam-se desde pressões por reformas sociais extremas na estrutura fundiária até aquelas que buscavam espaços na política trabalhista. No entanto, todas elas contribuíram e construíram um movimento sindical rural. Assim, essas pressões levariam a que o Estado brasileiro reconhecesse o direito à representação sindical e aos direitos sociais, forjando legitimidades e formulando mecanismos políticos e institucionais que, de algum modo, incluíam os trabalhadores rurais no jogo político do poder.

Outra questão importante para o surgimento de uma questão sindical de trabalhadores rurais é a consideração dos padrões de organização da produção agrícola e de suas transformações. A evidência de conflitos agrários a eles relacionados é fartamente tratada pela literatura sociológica sobre esse período histórico. De algum modo, esses estudos visualizam tais conflitos como massivos, recorrentes e resultantes de alterações significativas nos padrões de organização do trabalho agrícola. Pode-se afirmar que há um consenso quanto ao fato de que eles ocorrem em regiões caracterizadas tanto, por produções agrícolas mais tecnificadas, especializadas e articuladas ao mercado internacional quanto, naquelas regiões de fronteiras agrícolas.

Nesse sentido, parte-se nesta tese das seguintes sugestões interpretativas: 1) A questão agrária neste período histórico apresenta-se como expressão de uma dupla face das condições da produção agrícola nacional. Assim, a extensão da propriedade capitalista da terra, via um monopólio organicamente organizado, condiciona a oposição entre propriedade titulada e livre ocupação, o que resulta em conflitos sociais. Mas é, também, uma resultante do crescimento do produto agrícola por sobre a produção de meios de

de promover o acesso à terra e combater, por essa via, a continuidade do binômio latifúndio e minifúndio.

vida, conforme testemunham os conflitos envolvendo “moradores”, “foreiros”, “colonos” e “arrendatários”; 2) Este conjunto de conflitos relacionam-se e dão origem a diversas representações políticas e sociais que operam no sentido de construir legitimidades e institucionalidades. Igreja Católica e partidos políticos são seus autores; 3) No entanto, devem ser ponderadas as características do poder político nacional, em que à vigência de uma política populista para os mecanismos de dominação somam-se ou chocam-se outras mediações e mecanismos políticos de outra natureza. Desse modo, a própria produção das condições de dominação e de legitimação dos conflitos constitui-se num palco de disputas em que o trabalhismo é um de seus atores e autor decisivo.

Por tais razões, penso que a consideração dos termos em que tais transformações são pensadas, assim como, o modo como a literatura trata de compreender seus nexos às questões políticas nacionais e às modalidades de representação, devem ser estudadas na compreensão da questão sindical rural.

1.1. Personagem Central da Dominação na Agricultura

Nazareth Wanderley (1979) estuda o sentido das transformações agrárias na economia açucareira de Pernambuco, no período de 1945 a 1964 e para ela:

(...) a expansão da produção do açúcar na região ocorre pela extensão da cultura da cana para fora dos limites da Zona da Mata. Essa incorporação das terras próximas ao Agreste pernambucano processa-se em colisão com as produções de pequenos arrendatários - foreiros, desalojando-os. Por outro lado, a continuidade dos métodos de cultivo extensivos de cana tem por efeito um movimento de substituição das terras ocupadas pelas produções de subsistência dos “moradores” dos Engenhos e Usinas. Desse modo, as relações sociais de produção sofrem deslocamentos e mudanças. Foreiros e moradores perdem direito às terras de produção de

subsistência, o que tem efeitos negativos sobre suas remunerações (...). Wanderley , 1979 : 63 e 88 ²

Conforme , ainda , aquela autora :

(...) No final dos anos 50, a amplitude que assume a proletarização da força de trabalho e suas repercussões na conjuntura política do momento (anos 50 e 60, LMS) permitiram que se manifestasse uma reação massiva de foreiros e trabalhadores rurais, dando origem ao que se chamou globalmente de movimentos camponeses (...) (Wanderley , 1979 : 90)

Teresa Sales (1982) em seu estudo sobre os padrões históricos de desenvolvimento da economia agrária do açúcar, nos anos de 1945 a 1964, sustenta também que:

(...) O crescimento extensivo da lavoura canavieira foi, portanto, assegurado por duas alavancas básicas: a política protecionista do governo, assegurando à produção nordestina cotas de produção e preços preferenciais e a superexploração da força de trabalho (...) (Sales , 1982: 69)

Para ela, portanto, a política governamental de proteção ao açúcar nordestino no período fornece as condições básicas de:

(...) garantia da rentabilidade da exploração e disponibilidade de mão de obra, colocam para a economia açucareira as condições necessárias para iniciar um processo de mudanças nas relações de produção (...) Sales , 1982: 73.

Nessa economia em mudança, a redução das áreas para foros-aluguéis de terra e para os pequenos produtores libera força de trabalho e intensifica o mercado de trabalho regional. Aponta, ainda a autora, fundamentando-se em estudos de Sigaud (1979), alguns mecanismos utilizados na organização da produção canavieira que ampliariam os limites da exploração sobre o trabalho, como se segue:

(...) quanto aos moradores, a exigência de sua maior dedicação à atividade comercial em detrimento de seu trabalho nas lavouras de subsistência cultivadas em seus sítios é viabilizada

² Sobre as transformações na produção da cana de açúcar no Nordeste e suas decorrências sobre a organização do trabalho agrícola ver : SALES , Teresa Cassacos e Corumbas , Ensaios , SP : Ática , 1972 ; SALES , Teresa Agreste,Agrestes , SP , Paz e Terra -Cebrap : 1982 .

por uma nova organização do trabalho na cana, onde a “tarefa” é substituída pela “conta “ na remuneração do trabalho por produção (...) (Sales ,1982 : 73)

Tais alterações datam do final dos anos 40 e início dos 50 e nesta nova modalidade de “contrato”, ainda que a área de cana a ser tratada seja reduzida, a conta passa a corresponder a um dia de trabalho. Assim, no regime de tarefa - em que a área de cana a ser cuidada era maior- o morador tinha mobilidade de seus dias de trabalho e podia intensificar ou reduzir sua jornada nos tratos com aquele produto principal, sobrando tempo para conciliar com seu trabalho nas roças de subsistência.

(...) a medida da conta passa a equivaler a um dia de trabalho, com conseqüências dadas para aumentar a disponibilidade do trabalhador ao serviço da lavoura comercial (...) (Sales , 1982 : 74) .

Em conseqüência, conclui: (...) E é (...) por essas vias de expansão da cultura canavieira em terras antes cedidas em aforamento e pela intensificação do trabalho do morador dentro dos engenhos e usinas (...) que nada mais é do que extração da mais valia absoluta da força de trabalho progressivamente expropriada do sítio (...) que resultam os movimentos de lutas de camponeses e moradores, expressas pelas ligas camponesas e pelas lutas dos trabalhadores por condições de trabalho, salários, direitos em fim (...) Sales , 1982: 75)

Interessante destacar alguns traços comuns às abordagens de Sales (1982) e Wanderley (1979 e 1979 *) ³ . Afirmam, as autoras, a particularidade do desenvolvimento capitalista da produção agrícola que aprofunda, progressivamente, uma superexploração da força de trabalho agrícola. Indo além, Nazareth Wanderley (1979 *) postula a importância de considerar a

³ Ver WANDERLEY , Maria de Nazareth B. “Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira “ , In ARAUJO , Braz José (org.) Reflexões sobre Agricultura Brasileira , RJ , Paz e Terra , 1979* e WANDERLEY ; M.N.B.Capital e Propriedade Fundiária : suas articulações na Economia Açucareira de Pernambuco, RJ : Paz e Terra , 1979 . A propósito da unificação entre a propriedade da terra e a classe burguesa, ver SILVA, Sérgio A Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil

particularidade das condições de vigência da propriedade capitalista da terra no país ⁴.

Desse modo, a expansão das relações de produção capitalistas na agricultura implica na proletarianização do trabalhador - separação do produtor de suas condições de trabalho - assim como, também, na recriação de formas camponesas.

(...) O período pós Abolição da escravidão que generaliza o trabalho livre e que, pode, igualmente, ser subdividido: uma primeira fase, em que sobre a base do trabalho livre, o produtor direto não é completamente separado de suas condições objetivas de trabalho, isto é, em que os meios de vida não são obtidos exclusivamente pelo salário; e uma segunda fase, na qual esta separação se realiza totalmente, pelo menos em alguns setores da produção agrícola (...) Wanderley, 1979*: 30.

No entanto, esse processo de proletarianização ganha contornos específicos na afirmação da propriedade capitalista da terra no país e condiciona a que : (...) Não existiu, nem existe, uma classe de proprietários fundiários (...) uma classe que se define socialmente, pelo direito que adquiriu sobre uma parcela do solo (...) (Wanderley, 1979* : 30).

Essa particularidade relaciona-se ao fato de que:

(...) a apropriação da terra no Brasil tem outras conotações, decorrentes do fato de que a classe que a realiza não se distingue daquela que possui os meios de produção agrícola e se define fundamentalmente como dirigente do processo produtivo (...) É em função dessa direção que ela se torna proprietária (...) não só de terras, mas do conjunto dos recursos produtivos que entram nesse processo(...) (Wanderley, 1979: 30).

Tem-se, por essa via, uma estrutura de classes que de um certo modo, reitera a reprodução de formas não monetárias de pagamento ao trabalho. A identificação do proprietário de terra a mesma figura do detentor- dirigente da produção agrícola, permite que o preço da terra (preço de compra) não tenha um custo de produção e, desse modo, pode esta personagem repassar a terra em posse, evitando que o trabalho tenha um "custo" monetário. Igualmente viabiliza o crescimento da produção agrícola em bases extensivas sobre as terras.

⁴ Ver também : MARTINS, J. Souza " Modernização e Problema Agrário no Estado de S.Paulo " ,

Ainda assim, mesmo que a propriedade da terra não seja um custo da produção, o monopólio da propriedade fundiária é, evidentemente, uma condição para o desenvolvimento e reprodução do capital, porque cria :

(...) contingente de trabalhadores dependentes para a subsistência da venda de sua força de trabalho (...) instrumento que é de não separação total do produtor direto de suas condições de trabalho (...) Wanderley , 1979* .

Para José de Souza Martins (1975 : 79), a vigência da renda em moldes capitalistas condicionaria o desenvolvimento de relações de trabalho tipo colonato , como por exemplo, é o caso do colonato do café:⁵

(...) No regime do colonato das antigas fazendas de café, a coexistência de economia de mercado com a economia de excedente, isto é, a produção de mercadoria e a concomitante produção direta dos meios de vida, possibilitava ao colono viver, no plano da subsistência, com fartura e no plano do consumo de mercadorias, com a riqueza variável que a característica de instabilidade da cafeicultura permitia (...) Essa combinação foi a culminância do espírito da Lei de Terras de 1850, que institucionalizou a propriedade capitalista da terra, definiu as condições do trabalho livre e estabeleceu os pressupostos de uma ética do trabalho que nada mais é do que a tradução proletária da consciência burguesa (...) (Martins , 1975: 78 e 79).

Desse modo, a expansão de relações capitalistas na agricultura está acoplada a uma modalidade específica da propriedade e da renda da terra, o que coloca alguns obstáculos ao crescimento da composição orgânica de capital porque possibilita a reiteração e a vigência de mecanismos de intensificação do trabalho livre.

1.2) Conflitos , Estado e Questão Agrária Política

Caberia perguntar-se, no entanto, pela natureza da questão agrária nos anos 60. Quais seriam seus vínculos e seus condicionantes aos quadros de uma

In MARTINS , J.S . Capitalismo e Tradicionalismo , SP : Edi Pioneira , 1975 .

democracia representativa. De acordo com as perspectivas teóricas até aqui examinadas é possível sustentar algumas de suas características.

Conforme Nazareth Wanderley (1979*: 37), as condições de vigência de lucros extraordinários na produção agrícola, dadas as articulações dos interesses burgueses, seriam objetos da intervenção do Estado. Desse modo , esse último atua na direção de organizar o mercado de terras cultivadas ou a cultivar, o que tem por efeitos uma redistribuição de benefícios :

(...) A renda diferencial (...) depende (...) da possibilidade de realização do próprio lucro (...) os terrenos que a produzem são relativamente restritos. O Estado também interfere nesta questão, ampliando a quantidade de terras que produzem rendas, através de investimentos em infra-estrutura (...) oferecendo serviços básicos do tipo pesquisa e experimentação agropecuária e outros (...) Mais do que favorecer lucros extraordinários, o Estado intervêm também para reduzir ou eliminar os custos do capital na compra de terras(...)

Desse modo, o Estado sustenta e reproduz os poderes sociais e políticos arbitrários de tais proprietários, arbitrários porque não estão submetidos a leis e regulamentações de validade universal:

(...) Ele o faz seja diretamente, através de subsídios criados com esta finalidade, seja indiretamente, na medida em que legitima e reforça o poder de pressão dos proprietários diante de outras categorias de trabalhadores(...) posseiros por exemplo (...) Wanderley , 1979* : 38 .

Conseqüentemente, a autora pode concluir que:

(...) a capacidade desta burguesia de se definir enquanto classe dominante é uma condição fundamental para que se reproduza a forma que assume o capital na agricultura (...) ela tem conseguido até o presente, utilizar o Estado como instrumento de sustentação econômica (...) Wanderley , 1979* : 39 e 40 .

Para José de Souza Martins (1975) a “questão agrária” no Brasil caracteriza-se pela presença de conflitos entre as classes sociais e que são,

⁵ Cf. MARTINS, José de Souza: ob. cit.

basicamente, de dois tipos. Primeiro, aqueles que ocorrem a partir do rompimento entre relações de trabalho e meios de vida e segundo, aqueles conflitos que ocorrem nas áreas de ocupação de terras novas nas fronteiras econômicas do país. Neste segundo caso, ocorre um encontro entre a frente pioneira - aquela em que a atividade que a caracteriza não se fundamenta numa apropriação capitalista da terra- e a frente de expansão - ou seja aquelas atividades agrícolas fundadas numa propriedade legalmente titulada da terra. Desse modo, a superposição das duas frentes ocasiona o surgimento de choques e conflitos ⁶.

Francisco de Oliveira (1972), em seu clássico estudo dos mecanismos de intervenção do estado, anos 45 a 64, propõe, exatamente, uma abordagem centrada no estudo dos compromissos deste com os interesses da burguesia. Para ele, a industrialização realiza-se sem acarretar divisões essenciais nos interesses setoriais daquela classe. Conforme aquele autor, isto ocorreria porque a:

(...) intervenção do Estado, no pós 30, na esfera econômica operando a regulamentação dos fatores (...) na distribuição de ganhos e perdas entre os diferentes extratos ou grupos de classe capitalistas, no gasto fiscal (...) na esfera da produção de certos subsídios (...) seu papel (refere-se ao estado, LMS) é criar bases para que a acumulação capitalista industrial (...) possa se reproduzir (...) Oliveira, 1972: 13. ⁷

Nesta abordagem, a substituição dos preços do mercado por preços sociais, ainda que atingisse a agricultura, como por exemplo é o caso do confisco cambial sobre o café, não significaria localizar penalizações

⁶ Cf. MARTINS, José de Souza "Frente Pioneira: contribuições para uma caracterização sociológica", In MARTINS, José de Souza Capitalismo e Tradicionalismo, SP: Pioneira, 1975.

⁷ Cf OLIVEIRA, Francisco "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista", In Estudos Cebrap 2, outubro, Editora Brasileira de Ciências, SP, 1972.

generalizadas para o setor agrícola. Sem embargo, afirma-se a existência de uma questão agrária e seus termos seriam:

(...) a solução do chamado problema agrário nos anos de passagem de economia de base agrária para urbana industrial é fundamental para a reprodução capitalista (...) (Oliveira, 1972 : 15 e 16) .

No entanto, a resolução dessa questão inclui um “complexo de soluções” (sic) que podem ser resumidas seja, pela afirmação via Estado de condições de uma superexploração sobre a força de trabalho agrícola seja, pela reprodução de padrões de uma expansão agrária fundada em baixa taxa de capitalização (Oliveira, 1972 : 19). Ainda conforme este autor :

(...) processo em que não se expropria a propriedade (...) mas o excedente que se forma pela posse provisória da terra (...) na abertura de fronteiras externas como internas, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata e destoca, cultiva culturas temporárias (...) Oliveira , 1972 : 16 e 17) .

Interessante registrar a particularidade deste enfoque que une dois mecanismos de reprodução, via conceito de fronteira externas ou internas, à vigência de exploração sobre a posse provisória da terra pelos pequenos agricultores. Assim, nas:

(...) fronteiras externas o processo se dá mediante o avanço da fronteira agrícola que se expande com a rodovia: norte do Paraná com o café nas décadas de 40 e 50, Goiás e Mato Grosso com a pecuária, década de 60; Maranhão na década de 50 com a penetração do arroz e da pecuária; Belém Brasília na década de 60; Oeste do Paraná e Sul de Minas Gerais nos últimos 15 anos com a produção do milho, feijão e suínos (...) No caso das fronteiras internas a rotação de terras e não de culturas dentro do latifúndio tem o mesmo papel (...) Oliveira , 1972 : 17 e 18.

Finalmente, Oliveira sustenta que tal “complexo de soluções” porque permite a diversificação da produção e incrementos na produtividade agrícola,

resulta em não incorrer na necessidade de mecanismos de distribuição da propriedade fundiária. O crescimento industrial concilia-se àquele agrícola:

(...) se é verdade que a criação de novo mercado urbano industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, é também verdade que isso foi compensado (...) pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu as atividades agropecuárias manterem seu padrão primitivo baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (...). Oliveira, 1972: 19.

Sem dúvida, acredito que a argumentação até aqui exposta é contundente para demonstrar a forte articulação de interesses burgueses à propriedade da terra, assim como, àquela estrutura política que a sustenta. Claro que a realização de uma reforma agrária depende do enfrentamento da propriedade e no caso brasileiro ela está entrelaçada aos interesses gerais da burguesia.

Ainda assim, a realização de tal bloco de interesses não pode nem ser entendida de modo unívoco, nem, muito menos, como isenta de contradições. Desse modo, algumas políticas do Estado na década de 50 e 60, trazem para um primeiro plano um relativo enfrentamento de interesses, de crise social e de conflitos, em decorrência.

Desse modo, cabe enunciar a direção maior das transformações na produção de arroz e de trigo, no Rio Grande do Sul, na década de cinquenta e sessenta. Para José César Gnaccarini, 1980, tais produções, com padrões elevados de tecnificação de suas lavouras seriam resultantes de políticas de subsídios.

(...) esse fenômeno liga-se estreitamente à atuação governamental iniciada por Getúlio Vargas quando ainda era governador do Rio Grande do Sul e seguida depois por diferentes governos federais. Essa política resumia-se a: crédito oficial subsidiado através do governo federal; importação de maquinária e fertilizantes químicos a preços de custo e com subsídio cambial (...) produção de novas variedades de arroz e trigo apropriadas às condições ecológicas locais e novos processos de cultivo e sua distribuição através de uma rede de estações experimentais e um serviço de extensão agrícola federal (...) Gnaccarini, 1980: 92.

No entanto, a crise daquelas produções, na metade dos anos cinquenta, estaria vinculada diretamente à integração da economia ao mercado mundial e às alterações na política cambial.

(...) Essa política viria a ser sustada entre os anos de 1956 e 1958, quando são retirados aqueles favorecimentos cambiais que tornaram economicamente viável a importação de maquinarias pelos agricultores riograndenses de arroz e de trigo. A nova restrição é explicada tanto pelos efeitos da crise cambial de 1954, quanto pelas perspectivas (...) de acúmulo de estoques invendáveis no mercado mundial de arroz (...). A nova política de restrições cambiais inaugurada pelo ministro Lucas Lopes no governo de JK é mais favorável que a anterior a interesses e oposições externas(...) logo em seguida, coloca-se em prática uma política de proteção à entradas maciças de trigo americano no mercado brasileiro (...). Gnaccarini, 1980: 92.

De todo modo, os agricultores arrendatários gaúchos responderiam a essa crise de produção com um *lockout* contra o Governo, no que receberiam o apoio dos sindicalistas urbanos.

Assim, tal questão agrária, decorrente, ao menos em parte, das transformações dos padrões das relações de trabalho agrícola, resultam também da execução das medidas de intervenção da política agrícola, como seria o caso do arroz e do trigo, e outros. Conseqüências sociais como deslocamentos populacionais e desemprego regionais de grande porte também ocorreram e o caso da política de erradicação dos cafezais talvez seja um bom exemplo.

Desenvolve-se a seguir, alguns traços da política agrícola dimensionada para o Sudeste, para o café e cana de açúcar. No entanto, deve-se ressaltar que café e cana de açúcar, nas décadas de 50 e 60, além de serem produtos importantes como valor de produção, concentravam também a ocupação da mão de obra na agricultura. Apenas para citar alguns dados, estimava-se que a área agrícola do café representava algo como 16 % da área cultivada do país, com

5,5 milhões de pessoas empregadas em 1958. Essa cifra representava metade da população presente na agricultura ⁸.

Talvez não seja exagero afirmar que esses dois complexos agropecuários foram palcos privilegiados de cenas da questão social agrária. Tanto São Paulo, Paraná e Pernambuco, quanto Rio de Janeiro, áreas do Leste e Sudeste na produção daqueles dois produtos, foram também regiões que concentraram conflitos agrários. E, certamente, se não são as regiões exclusivas de manifestação de conflitos, como atestam as tensões sociais em Goiás, Rio Grande do Sul e Nordeste, a sua visibilidade e absorção pela opinião pública naquelas regiões mais urbanizadas, condicionam a terem uma qualidade de pólos com altos efeitos demonstradores de uma questão agrária.

Ainda Gnaccarini, 1980, observa que a introdução da cana de açúcar em áreas paulistas ocupadas pelo café, início dos anos 50, teria efeitos importantes sobre a utilização da mão de obra assalariada. Se a expansão da cana utilizaria o pré existente sistema de colonato, suas particularidades de cultivo e a sazonalidade daquele produto, pressionaram pelo uso crescente da mão de obra temporária. A ocorrência de conflitos por direitos trabalhistas, resultaria em pressões sobre o judiciário e:

(...) esse processo está claramente associado à extensão de certas normas da CLT aos trabalhadores agrícolas da lavoura canavieira, a qual foi equiparada pela jurisprudência ao trabalho industrial e à tramitação no Congresso Nacional, desde fins de 1961, do ante projeto de lei do Estatuto do Trabalhador Rural (...) Compreende-se, desse modo, que a ação do Estado tenha sido decisiva para acelerar certas transformações que fundamentalmente são decorrentes da dinâmica inerente às relações de produção anteriores (...) Gnaccarini, 1980: 94.

⁸ Por população presente, cf. IBGE: entende-se pessoas presentes no setor agrícola e que tinham mais de 10 anos. Cf. IANNI, O. O Colapso do Populismo no Brasil, RJ, Civilização Brasileira, 1968, página 81.

Laura Guarnieri (1981), estuda a intervenção do estado no complexo cafeeiro. Nesse estudo, aponta a evolução da produção cafeeira, no período de 1930 a 1964, em função da política agrícola para a sua erradicação. Tais rupturas, via subsídios governamentais para o arranque do café, devem-se a intervenção do Grupo Executivo de Erradicação de Cafezais -GERCA- fundado em 1961, uma autarquia subordinada diretamente aos órgãos de controle financeiros nacionais ⁹.

Conforme aquela autora, competia ao GERCA:

(...) promover a concentração de café nas zonas ecológicas mais favoráveis, ampliar os níveis de produtividade da lavoura cafeeira, adequar a produção à absorção do mercado externo e interno, promover a diversificação de estruturas econômicas das zonas cafeeiras do país (...) Guarnieri, 1981 : 51 .

As novas diretrizes de intervenção na cafeicultura seriam apresentadas no "Primeiro Plano Diretor", tendo sua execução sido iniciada no ano de 1962. Este plano, fundado num diagnóstico de desempenho do setor, pontificava o que se chamava de "sentidos anti-sociais" da evolução daquele setor, diante do que se propunha a utilização preferencial daquelas terras para a produção de gêneros alimentícios ¹⁰. Planejava-se, assim, liberar 2 milhões de hectares de terras e reduzir a produção média anual para 24 milhões de sacas, em 1963, o que significava baixar a produção nacional a metade daquela obtida na safra 1959-1960. Guarnieri, 1981 : páginas 106 e seguintes.

⁹ Cf. Guarnieri, o GERCA resultaria de uma negociação e de acordos gestados entre Instituto Brasileiro do Café - IBC - Conselho Nacional de Economia e entidades empresariais. Criado por Decreto nº 79, 26-10-61.

¹⁰ Para tanto, avaliava as influências do setor às possibilidades de expansão da economia nacional, onerada que era por uma estrutura de custos de produção alta. Diagnosticando os efeitos inflacionários de custos de estocagem, por exemplo, propunha a diversificação da produção agrícola nas regiões cafeeiras. Em termos numéricos propunha as seguintes metas: erradicar dois bilhões de cafeeiros, metade logo após a colheita 1961-1962 e a outra metade na colheita seguinte.

Quando se considera as metas alcançadas com a erradicação, tem-se que seriam mais fortemente atingidas as regiões cafeeiras paulistas e mineiras, com o plantel de 34% e 32% , respectivamente, de cafezais arrancados ¹¹. Algo como 120 mil colonos seriam desempregados, conforme a execução do plano 61-62. Deve-se, ainda, fazer uma última consideração. Os proprietários das grandes fazendas seriam os principais optantes do plano, o que condicionaria, ainda conforme Guarnieri (1981), ao fracasso nas metas de diversificação da produção, posto que eles optariam, preferencialmente, pela introdução da pecuária extensiva.

Em síntese, pode-se afirmar que essa eliminação de empregos massiva e concentrada no tempo, que persiste, com a continuidade do plano, até 1967, claramente resultaria em tensões e conflitos sociais envolvendo grandes contingentes populacionais. E pode-se, igualmente, sugerir a presença de pressões internas aos aparelhos do estado favoráveis à aprovação de leis sociais para regulamentar e proteger o trabalho na agricultura.

1.3) Política Populista e Movimentos Sociais Agrários

Caberia, a essas alturas desse assentamento de perspectivas de análise, situar os termos em que a Sociologia identifica uma espécie de questão sócio política agrária, nos anos 50 e 60.

As condições e o desenvolvimento da “questão agrária” no Brasil, no período de 1945 a 1964, têm nos estudos de Camargo (1973) enfoque sugestivo e mais ou menos completo de alguns de seus dilemas e impasses. Tais lutas sociais são compreendidas por seus nexos à questão nacional e ao populismo :

¹¹ Para o conjunto dos estados cafeeiros liberava-se algo como 678 mil hectares de terras cultiváveis

(...) Le populisme brésilien se compose donc de trois éléments distincts que s'articulent: 1- le conflit entre paysans et propriétaires, représenté par le mouvement paysan; 2- le populisme urbain, orienté vers le peuple - les exclus des villes et des campagnes - contre les oligarchies parasites (le latifundium) et contre un ennemi extérieur l'imperialisme L'Etat (...) 3- L'Etat Populiste ou la Politique Populiste d'Etat, qui cherche à réarticuler ses bases par l'agencement d'alliances d'alliances politiques et de classe (...) (Camargo , 1973 : 385).

Desse modo, considera, ainda a autora, importante distinguir entre “movimento populista” e “política populista” na compreensão dos conflitos sociais e de trabalho, quando considerados em suas vinculações à organizações de seus interesses por entidades mais amplas. Nos quadros de um sistema de poder que aceita a negociação, que dependem dela para o desenvolvimento do processo político, os movimentos populistas tratam de mobilizar o “povo” para expandir a pressão social por demandas mais globais, como por exemplo a política anti-capital estrangeiro. Essa interação estado-movimento social, ou política de estado, implicava em tentativas de enquadrá-lo à bases organizativas que o pudessem sustentar.

Outra senda interpretativa interessante aberta por Camargo (1973) seria a distinção entre política populista e política de frente popular, como por exemplo seria o caso da Frente Popular de Recife. Caso extremo no sentido da esquerda, o estado torna-se o porta voz das massas mobilizadas e distancia-se das classes dominantes locais. Diferencia-se da política populista nacionalmente considerada, em que essa distância é mais simbólica do que real, passando o estado a assumir compromisso real com o povo. Essa localização dos conflitos agrários no contexto da política local, que no caso de Pernambuco assume conteúdo “popular”, pode permitir compreender as diferentes ressonâncias e

respostas "regionais" do estado em suas relações com aqueles movimentos por direitos sociais.

Ainda assim, Camargo considera que:

(...) O projeto populista situando o camponês no coração de sua problemática, lhe concede um papel global que ultrapassa o plano regional do conflito, porque reivindica em seu nome salário justo, usufruto da terra e direito ao voto (...) Camargo, 1973 : 389 .

Caberia ainda, registrar, estudos posteriores de Camargo (1981) sobre as trajetórias das inúmeras agências do estado, criadas no período 1945 a 1964, e que voltam-se para implantação de políticas protetoras e assistenciais, assim como, desenham projetos de reforma agrária para os trabalhadores rurais. Essa trajetória político institucional é relacionada às oposições das oligarquias rurais. Centro dessas oposições, o Parlamento brasileiro, através de complexo jogo de forças, conseguiria bloquear algumas dessas iniciativas do poder executivo. Talvez, como uma de suas conclusões maiores, mereceria destacar um certo sentido de retórica vazia que a autora atribui às políticas do estado, o que me parece não incluir sua interpretação sobre as Ligas Camponesas e suas determinações pela política populista regional.

Ainda que adotando abordagem que também coloca em destaque a "questão agrária", portanto, trabalhando com o movimento social em seu contexto nacional histórico particular, Élide Bastos (1984) chegaria a resultados diversos em seu estudo sobre as Ligas Camponesas. Sugere, a autora, a necessidade de operar analiticamente com níveis interpretativos distintos e é dessa maneira que transita de um estudo de âmbito regional para postular seus nexos à questão em suas dimensões nacionais.

Para Bastos (1984: 14), o movimento social das Ligas Camponesas deve ser compreendido levando-se em conta a diversidade de seus períodos históricos, que se desenvolve de uma reivindicação dos foreiros pela permanência na terra em que trabalham, portanto, lutando pela "terra de trabalho", o que corresponde ao período de 1954 a 1957 com a criação da Liga da Galiléia, para uma regionalização do movimento, de 1957 a 1961 e, finalmente para uma "nacionalização partidária" do movimento, de 1961 a 1964, tal como ocorre com a fundação de "ligas" por todo o país.

Assim, Bastos trabalhando com abordagem etnográfica daquele primeiro período das ligas, busca discutir as possibilidades de um movimento social autônomo e de conteúdo classista :

(...) a luta dos camponeses (...) não é uma luta por qualquer terra, mas sim uma luta pela terra que tem incorporado seu trabalho (...) luta pelo objeto e meio de trabalho (...) (1984: 21)

Para ela, portanto, o desenvolvimento posterior do movimento e suas redefinições pela política populista como que dissolvem seu conteúdo inicial de classe:

(...) É pois através de sua representação como trabalhador autônomo que o camponês elide o caráter antagônico de sua situação (...) a ênfase que o camponês confere a sua condição autônoma indica a não percepção da subordinação de seu trabalho ao capital (...) que se acentua na medida em que se dedique à culturas industriais, como o algodão e a cana de açúcar (...) a transformação de uma luta que a rigor é uma luta pela posse dos meios de produção (seu sonho camponês é não deixar o sítio que conserva a marca de seu trabalho) (...), luta potencialmente revolucionária, numa luta dentro da ordem (...) (Bastos, 1984: 64).

Parece sugestivo, como aponta a autora, pensar que as condições de diferenciação do campesinato brasileiro, ou seja, realçar que as condições e relações de trabalho que se diferenciam regionalmente acabam por dificultar o

surgimento de interesses unificados de uma “classe camponesa” nacional. Para aquela autora, a luta dos foreiros é uma luta pela manutenção de suas condições de produção e não uma luta “pela propriedade da terra”. Ainda com Élide Bastos:

(...) a expansão do Capitalismo na agricultura produz e é produto de uma crescente diferenciação do campesinato (...) (Bastos, 1984: 11)

No entanto, interroga-se sobre os móveis das Ligas: (...) serão as condições de real empobrecimento do trabalhador rural - arrendatário, parceiro, posseiro, morador assalariado, as causas imediatas da luta? Ou possibilitarão apenas a criação de terreno favorável à difusão de certos modos de definição e de resolução das questões relativas ao poder em âmbito nacional? (...) (Bastos, 1984: 12)

A resposta da autora recai na pressuposição de uma crise orgânica do bloco histórico de classes que detêm o poder no país, pós Revolução de 1930.

Conforme a autora:

(...) No quadro dessa crise orgânica do bloco histórico pela sua própria definição é favorável à emergência de novas forças sociais, a mobilização camponesa no Nordeste encontra espaço para colocar as reivindicações do trabalhador rural (...) esse espaço que permite a brusca passagem de um estágio econômico corporativo para um estágio político, sem que haja de fato uma ação de intelectuais (Bastos, 1984: 13).

Desse modo, a autora, referindo-se às Ligas em seu período de nacionalização partidária, após 1962, conclui pela (...) reduzida organicidade do movimento social resultante do descolamento entre sua liderança política e sua base social(...) (Bastos , 1984: 14).

Assim , para Élide Bastos, o projeto político da Reforma Agrária, década de 60, é uma proposta “dentro da ordem”, burguesa, portanto, distante de um projeto político específico do campesinato.

No entanto, ainda que concorde sobre tal sentido “dentro da ordem”, os movimentos partidários e os movimentos pela sindicalização compunham um

quadro de forças sociais nacionalmente organizadas que operavam na direção de romper com as condições das alianças do bloco no poder, bloco de interesses fortemente ligados e articulados no pós Revolução de 1930.

Tais interpretações dessa autora, nos remetem a uma última questão que ainda queremos enunciar, ou seja, a controvérsia sobre o sentido de classe dos conflitos e dos movimentos sociais.

1.4)Partidos Políticos e Populismo : enquadramento dos conflitos

Evidentemente a questão social agrária está no coração, com toda a ambigüidade que o termo possa ter, de muitas questões políticas e sociais do rico período histórico da vida brasileira, década de 60. Personagens públicos e seus partidos polarizavam-se entre “reformismo, revolução, contra-revolução e manutenção da ordem social”, tanto no campo, quanto na cidade. Algumas opções partidárias à esquerda, contextualizadas por questões nacionais maiores, colocavam-se pela defesa do enfrentamento armado ao sistema de poder nacional, tal como é o caso da cisão no Partido Comunista Brasileiro que daria origem ao surgimento do Partido Comunista do Brasil.

De modo semelhante, uma dessas correntes constituiu um braço armado das Ligas Camponesas, desligando-se da liderança de Francisco Julião e propondo a formação de focos guerrilheiros no campo para organizar o “povo” contra o poder, como é o caso de alguns focos guerrilheiros no interior do país.

(...) A partir de 1961 (...) o que se percebe é que há uma transformação estrutural nas ligas, se nas suas origens, partem do encaminhamento da luta legal, evolui em direção às propostas de luta armada (...) vão sendo re-elaboradas concepções sobre a Revolução Brasileira e sobre o papel do camponês na revolução que acabam negando seu caráter pacífico e a viabilidade de reformas parciais, reformas essas que impediriam o confronto direto com o bloco industrial agrário (...) Bastos, 1984: 101 .

Completando sua interpretação, a autora afirma que:

(...) veremos o centro da luta ampliar-se incorporando ao seu projeto a questão nacional e desenvolvimentista (...) (Bastos, 1984: 75) (...) Os partidos e as organizações voltam-se apenas para a luta pelo poder a nível do Estado Nacional . Por isso a questão nacional assume preeminência sobre a questão social (...) Bastos,1984: 13.

Numa outra perspectiva, situam-se as interpretações de Aspásia Camargo (1973: 388). Para ela, o projeto populista enfocaria o camponês como questão chave, seja porque a sua inclusão ao pacto permitiria a resolução de questões importantes para o “desenvolvimento”, seja porque resultaria em duro golpe contra o “latifúndio”. Desse modo, a mediação de uma intelectualidade seria vital e positiva para o movimento social:

(...) Dans notre étude du mouvement paysan, articulé au mouvement populiste, nous avons accordé une place importante aux intellectuels et aux étudiants(...) Camargo,1973: 388).

E fundamentando essa heteronomia do movimento camponês, Camargo levanta argumentos estruturais de peso:

(...) nous sommes cependant tentés de croire que les mouvements autonomes n'auront pas de place dans une société(...) tributaire d'une système international qui définit les paramètres de sa vie économique bouleversant la composition de la classe dominante, introduisant une technologie qui déséquilibre le marché du travail, accentuant l'écart entre ouvriers qualifiés et la masse des travailleurs (...) provoquant l'augmentation démesurée du chômage, des sous-prolétaires, des marginaux, en somme -desarticulant les rapports sociaux (...) (Camargo, 1973: 392) .

Desse modo, para Camargo, a luta de classes aparece ou pode aparecer, numa sociedade que amplia seus vínculos mundiais, não de modo autônomo, mas sim no quadro de alianças classistas que definam projetos comuns. Por isso, o movimento camponês pôde ganhar expressividade se e quando definiu e galvanizou interesses e apoios de partidos políticos nacionais. E, assim, a

bandeira da extensão do voto ao analfabeto e da reforma agrária seriam os cimentos dessas alianças.

A maneira de conclusão

Finalmente, quero destacar que tais perspectivas e estudos situam os termos teóricos com que trabalho a questão da representação sindical, anos 50 e 60. Sugiro, desse modo, uma contribuição que complementa as linhas interpretativas resenhadas até aqui. Penso que os sentidos e trajetórias das transformações na produção agrícola, seriam em parte, induzidas pelo estado na implementação de políticas agrícolas mais adequadas à política econômica maior, redefinida, progressivamente, pelas condições de sua internacionalização. Ainda assim, tais direcionamentos políticos seriam construídos a partir de posições de relativo dissenso entre estado e empresariado. Desse modo, a política industrial internacionalizante acabaria por constituir-se num ingrediente na direção de mudanças nas relações de produção agrícolas, assim como, acabaria por condicionar o surgimento de novos contornos de uma “questão social agrária”.

Minha proposta de investigação versa sobre os seguintes temas:

1) o recorte das medidas daquele estado para o traçado dos mecanismos institucionais específicos de uma “política trabalhista” rural. Entre tais medidas, destacam-se: leis, instrumentos, portarias e determinações do Ministério do Trabalho e Previdência Social e agências congêneres, como a Superintendência da Política Agrária - Supra;

2) a retrospectiva das principais propostas sociais para a questão social agrária e sindical. Nesse estudo incluem-se: projetos de sindicato , agentes da sindicalização e ações empreendidas;

3) assim, colocar em foco, retrospectivamente, a trajetória das origens do movimento sindical pode caracterizar a existência de uma questão sindical. Entender o sindicato como questão tem, para nós, o significado de enfatizar suas contribuições para conquista ou reconquista da democracia, na medida mesmo em que possibilita uma redução na exclusão social dos trabalhadores rurais, ou no mínimo muda a sua cultura política e o modo de sua inserção na vida política e cultural. No entanto, significa, também, enunciar e descrever o modo concreto pelo qual a questão delinea-se no período estudado, ou seja, seu traçado institucional e organizacional ¹².

Finalmente, na intenção de pensar “sindicato na década de 60”, assume-se por “trabalhismo agrário” aqueles movimentos e tendências políticas que , caudatárias da herança getulista, de algum modo empenharam-se na afirmação institucional de canais de negociação para os conflitos de trabalho agrícola, em suas formas de relações de “moradores e colonos”, “assalariamentos temporários”, assim como, para os conflitos sociais decorrentes da marginalização social e política dos pequenos produtores agrícolas de então.

¹² Para esse levantamento histórico , trabalhamos o seguinte conjunto de dados : documentos , periódicos e portarias do Ministério do Trabalho , Indústria e Comércio ; documentos relativos a leis e decretos da República Federativa do Brasil ; leitura sistemática de Diários Oficiais da União ; documentos e periódicos do Departamento Estadual do Trabalho de S.Paulo - Ministério do Trabalho, Pensões e Seguros; documentos, periódicos, relatórios e anais de congressos; Arquivos da Confederação Nacional dos Círculos Operários; documentos da Federação Estadual dos Círculos Operários de São Paulo; jornais “Novos Rumos” e “Terra Livre” -órgãos do Partido Comunista Brasileiro, assim como Relatórios e Ativos do PCB; documentos e relatórios da Delegacia Regional-São Paulo da Superintendência da Política de Reforma Agrária e, finalmente, documentos, relatórios e planos de trabalho da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de S.Paulo.

Tal trabalhismo tinha seu contraponto numa “questão social agrária”. Essa questão, que sem dúvida, prolonga-se por toda a vida republicana, seria potencializada, particularmente nas décadas de 50 e 60 pelas condições particulares da industrialização brasileira, assim como pelas pressões sociais por sobre o sistema de dominação e de poder. No entanto, as possibilidades de democratizar tal sistema de poder apontavam no sentido da construção de uma outra nação. Talvez a cidadania plena para os camponeses e os trabalhadores rurais não coubesse dentro de instituições políticas que eternizam, sucessivamente, suas heranças de um estado construído de cima para baixo e sem cidadãos, reiterador da tradição política colonial escravista.

Capítulo 2

***Trabalhismo, Questão Agrária e Representação: novos personagens
e conflitos sobre uma pauta de direitos***

(...) Aranha:

Isso é uma armadilha, As emendas pelo monopólio estatal partiram da UDN.

Getúlio: Isso prova, Oswaldo, que a história também gosta de fazer suas piadas.

Aranha:

E porque a UDN de repente botou a máscara de nacionalista?

Getúlio:

Para me desmoralizar. Eles pensam que eu não vou sancionar o Decreto. Tens razão é uma armadilha. Só que eles sabem que eu também lhes preparei um arapuca quando mandei aquele projeto entreguista. Era justamente para que eles apresentassem as emendas pelo monopólio, pensando que assim me roubavam a bandeira nacionalista. E eles caíram na arapuca, Oswaldo.

Só se vive uma vida, Oswaldo. E a minha está no fim. Já passei dos setenta, meu tempo está se esgotando. O que não fizer agora, não vou poder mais fazer. (Toma da pena e vai assinar) (...) Dias Gomes e Ferreira Gullar, 1968: 43)

Apresentação

Neste capítulo, traçamos um perfil das principais personagens públicas envolvidas com a sindicalização rural e questão agrária. Para tanto, estuda-se as propostas e os processos de formulação de decisão política, ou de não decisão, tentando ressaltar, ainda que como aspecto menos explorado, o personalismo desses agentes políticos, via de regra, portadores de uma cultura presidencialista.

Para tanto, delineamos a figura política de João Goulart e sua trajetória, o que implica em apontar as mudanças pelas quais passava o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Desse modo, referencia-se: a crise de alianças PTB-PSD e o surgimento de novas correntes trabalhistas, como o Grupo Compacto, sob a liderança de Almino Affonso, e o Movimento Trabalhista Renovador, sob a liderança de Fernando Ferrari. Enuncia-se, também, alguns dos significados da ascensão de Jânio Quadros ao poder na perspectiva da luta contra o trabalhismo, o que quer dizer, na adoção de medidas contrárias à velha máquina sindical e de algumas orientações voltadas para as massas rurais na mira da conquista do eleitorado rural.

Finalmente, referencia-se a nova proposta sindical do trabalhismo e suas repercussões na projeção e na importância política que passaria a assumir o sindicato urbano. Esse nos parece ser o ambiente político da construção de um sindicato "trabalhista" de trabalhadores agrícolas, também na mira do voto rural. Nesse rumo, pensamos que um dos principais protagonistas deste conjunto de mudanças seria o operariado urbano do período Juscelino Kubitschek, desde que a diversificação e a modernização das relações produtivas traria esta classe para o processo político, e ela reivindicaria a sua autonomia organizativa.

(...) Até que o Brasil se fixe e se firme numa vida de país adulto, a única forma de peça histórica possível será uma forma que transmita o fluido, o vacilante de uma vida política nacional que depende de personalidades, e suas paixões, e não de uma estrutura política estável e respeitada. De um Brasil em que as novas situações criam para si mesmas novas Constituições, como se de uma roupa nova se fizesse um corpo para poder andar na rua. O único ponto fixo de referência da vida nacional está fora dela, no exterior, nos Estados Unidos, e enquanto isto assim for, desfilaremos pela História como num Samba-enredo - o povo de cabeleira empoada e sapato de fivela, dançando um estranho minueto que no entanto é samba de verdade, samba de cuíca e pandeiro. (...) Antônio Callado, 1968: terceira página de Prefácio, Dr. Getúlio. Sua Vida e Sua Glória, Dias Gomes e Ferreira Gullar, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

Apresentando Hipóteses

Em suas memórias ¹ sobre sua participação no Governo João Goulart, setembro de 1961 a março de 1964, Francisco Lage Pessoa, o Padre Lage, afirma que o Partido Trabalhista Brasileiro -PTB- não se mobilizava para organizar sindicatos de trabalhadores rurais porque o analfabeto não votava: (...) pobre gente que não tem voto(...) Pessoa, 1988:119.

Padre Lage fala com o conhecimento de quem esteve entre os coordenadores da Comissão Nacional de Sindicalização Rural - Consir, de junho de 1963 a abril de 1964, órgão oficial do Governo João Goulart, vinculado à Superintendência Política da Reforma Agrária -Supra- e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social -MTPS . Fala também, com esse mesmo aval, da extrema dificuldade na realização dessas funções de estado.

Inúmeros relatos de episódios de enfrentamento, por ele vividos, quando de seu comparecimento à fundação de sindicatos de trabalhadores rurais, seja em Minas Gerais, seja no Norte do país, atestam alguns desafios e ameaças com que os donos do poder local responderam a esta política oficial ².

Um outro episódio curioso sobre a fundação daquelas entidades, conforme ainda o Padre Lage, acaba por reunir elementos de uma verdadeira "chanchada". Ainda que tenha ocorrido em novembro de 1963, logo nos momentos finais daquele governo, o seu enredo desafia a imaginação de quem

¹ Cf PESSOA, Francisco Lage, O Padre do Diabo. A Igreja ausente na hora de mudar , SP: Edi.EMW, 1988.

² Conforme Padre Lage, a polícia dos fazendeiros do município da Luz, oeste mineiro, quase teria conseguido impedir a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Luz: (...) estava marcado o dia da fundação (...) à hora de fundar o sindicato na oficina de sapateiro de um senhor de idéias vermelhas(...) o único que ofereceu espaço para o novo sindicato(...) já estava fundado o sindicato(...) eu não tinha dito dez palavras quando senti (...) que a chusma de gente era empurrada para cair em mim(...) vi que eles (os jagunços do fazendeiro, LMS) estavam armados(...) um pequeno incidente abriu espaço vital na rua apertada (...) mínimo espaço para que nosso chofer entrasse rápido com a Rural e pulássemos dentro(...) Cf. PESSOA,F.L., ob. cit.,130)

sonha com a universalidade das leis, recusa o arbítrio ou não dá importância ao significado da "Guerra Fria" ³. A equipe da SUPRA estava em Lagoa da Prata, oeste de Minas, para fundar o sindicato de Luciânia quando é escorraçada pelos jagunços do fazendeiro Antônio Luciano Pereira Filho. E os motivos de tais hostilidades seriam:

(...) Ciente o homem(refere-se a Antônio Luciano, LMS) de que íamos fundar um sindicato nos seus domínios, bateu para lá dias antes da data marcada, em fins de novembro de 1963. Acontece que a 22 desse mês mataram o presidente americano em Dallas, Texas. Luciano sobrevoou Lagoa da Prata, espalhando milhares de volantes que dessa maneira alertavam a população: os homens que assassinaram Kennedy vão chegar tal dia a nossa cidade; vêm a pretexto de fundar sindicatos, introduzir aqui o comunismo, para acabar com a religião, a família e a propriedade (...) Pessoa, 1988:131.

Seguindo, um pouco, nessa linha de ouvir depoimentos, outro relato importante de Padre Lage refere-se ao descaso com que seus protestos eram recebidos por setores do governo. Protestava, então, contra a repressão com que as polícias dos estados os recebia. Cita, inclusive, audiências que teve para pedir segurança a Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais e a Jair Dantas Ribeiro, Ministro do Exército ⁴, não tendo recebido daquele governador nenhuma garantia, com o argumento de que de fato os fazendeiros não aceitariam a sindicalização feita pela Consir...

³ Conforme Hobsbawm, 1995, 224, no período que se segue ao final da Segunda Guerra Mundial, 1945: (...) gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, poderiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade(...) A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos não existia perigo eminente de guerra mundial (...) os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças(...) A URSS controlava uma parte do globo(...) Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista(...) Cf HOBBSAWM, E. Era dos Extremos.O breve Século XX, SP: Cia das Letras, 1996.

⁴ Cf. Padre Lage: (...) É preciso recordar que Magalhães Pinto estadeava liberdades públicas no seu governo; atraia para seu lado militantes de esquerda(...) Nesse dia foi franco comigo.Disse-me que os fazendeiros rejeitavam a sindicalização de seus trabalhadores e se tinham deixado que essa cláusula figurasse no Estatuto do Trabalhador Rural, "não pensavam nunca que uma pessoa como eu viesse para esse lugar(...) Cf.PESSOA,F.L, ob cit, 133.

No entanto, se nas interpretações usuais sobre João Goulart em que, muitas vezes, é retratado como “vacilante e conciliador”, senão “covarde e traidor”, ao contrário nas opiniões e crenças de Francisco Lage Pessoa transparece um Jango pessoalmente empenhado no sucesso daquela campanha de sindicalização. Comenta, ainda, como aquele presidente encaminhava a ele, para que solucionasse, os pedidos específicos de ajuda, de apoio e de denúncias de repressões e perseguições enviadas pelos posseiros e trabalhadores rurais à Presidência ⁵.

Pensando nestas memórias, me ocorre a pergunta se sabemos porque a sindicalização rural teria se realizado naquele período e não em outra conjuntura, posto que o conflito de terras é uma constante na história do país e também a resistência das classes dominantes. Penso em alguma coisa que pudesse levar a reflexão um pouco mais além das explicações do tipo “crise institucional”, ou que contribuísse para caracteriza-la melhor, ou mesmo, que fosse além das interpretações clássicas da Sociologia, fundadas no sentido maior do trabalhismo e de suas instituições restritamente pensadas como instrumento de controle e de negociação dos interesses da classe operária. Sempre se pode pensar que as Ligas Camponesas poderiam estar na eminência de levar a uma irrupção de uma revolta popular e enfrentar o poder, o que tem afinidades com a tese de que a extensão do sindicato oficial para os camponeses e trabalhadores rurais viria para apaziguar os espíritos ⁶ e esvaziar aquelas incipientes organizações, entendidas que são como fruto de pressões avassaladoras...

⁵ Cf. PESSOA, Idem, 120 e seguintes.

⁶ Cf. DREIFUSS, R. Armand, 1964. A conquista do estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Petrópolis: Vozes, 1981. Ver páginas 299 e seguintes.

Será que não pode haver explicações mais relacionadas ao desenrolar do próprio trabalhismo, em que poderia haver uma correspondência entre suas próprias necessidades que se somariam à demandas próprias e autênticas do movimento popular, sem que com isto cada uma daquelas "entidades", travestidas em suas categorizações teóricas, deixe de ter sua autonomia no real? Penso que é uma hipótese interessante para pensar essa questão e enuncio melhor, em seguida, para então apresentar, os meus, e os de outros, argumentos pela sua validade.

Ao final da década de cinquenta e início de sessenta, o sindicalismo brasileiro vivência grandes mudanças ⁷ que culminam com a fundação, em agosto de 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores -CGT, central sindical horizontal e independente, de certo modo, em relação ao Estado Brasileiro e que se pretende a representar o conjunto dos trabalhadores nacionais. O desafio à estrutura sindical oficial reside na não reverência aos seus ditames, que condicionavam que as centrais só pudessem ser reconhecidas e ter legalidade quando sua representatividade estivesse limitada a uma dada categoria de trabalhadores, como por exemplo é o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria -CNTI ⁸. De todo modo, a fundação do CGT reflete uma indisposição com o governo trabalhista, posto que é uma tentativa de maioria do movimento sindical que afirma poder andar sobre suas pernas e "dizer de si" ⁹. Opera-se com essa fundação no sentido de

⁷ Ver : RODRIGUES, L.M. "Sindicalismo e Classe Operária-1930-1964", In FAUSTO,B. (organizador) O Brasil Republicano , 3. Sociedade e Política. 1930-1964 , SP: DIFEL, 1981.

⁸ Ver : DELGADO, L.A.N. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil- 1961-1964 , Petrópolis: Vozes, 1986.

⁹ Sobre a autonomia do sindicato frente ao estado, ver: TROYANO, Ignes Estado e Sindicalismo , SP: Edi. Símbolo, 1978. Afirma a autora: (...) As alianças políticas entre as diversas tendências que se uniam e se separaram no decorrer da década de 1950, podem ser unificadas (...) em duas orientações distintas. De um lado, a orientação amarela, liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores

quebrar o esquema tradicional de funcionamento da política trabalhista, em que as reivindicações pulverizadas dos trabalhadores acabavam por serem manipuladas pelas forças políticas do poder ¹⁰. Reflete, também, um poder real de fundar, manter e assegurar a continuidade de uma instituição nos limites da ordem.

Fundamento meus argumentos, em defesa dessa afirmação, em algumas evidências pertinentes àquele processo político brasileiro, tais como: 1) a inexistência de uma tradição de um partido operário classista, mas sim um partido comunista que operava e intervinha através da formação de frentes, não tendo alcançado impor-se e ser reconhecido como partido de classe; 2) ao fato de que alguns setores importantes da Igreja Católica terem desenvolvido uma proposta de “organizar” a cidadania do trabalhador rural, assim como, ter investido e trabalhado por sua afirmação, caminho este iniciado por tais setores em meados dos anos 50; 3) as diversas iniciativas da sociedade civil em organizar seus interesses particulares de modo mais autônomo, em relação aos padrões corporativos da cultura brasileira; 4) a crise institucional que afetava a representação, assim como, as divergências dentro do Partido Trabalhista Brasileiro que incidiam sobre o modo de gerir a dominação sobre o trabalho. Passo a seguir a expor minha argumentação.

Industriais - CNTI - que se fortalece (...) também pelo apoio da União Democrática Nacional - UDN. (...) Por outro lado, a aliança PTB-PCB (...) assume a direção dos sindicatos mais expressivos(...) Pode-se observar que a tática dos comunistas(...) revela seu limite(...) Cf. Troyano, 1978: 47.

¹⁰ Cf. Troyano, 1978: 78: (...) No entanto, em nenhum momento os conservadores foram alijados do poder(...) Os comunistas, recém saídos de um período de maior repressão ao movimento sindical, adotam a política de criação de uma estrutura sindical paralela à oficial, uma vez que se recusam ao trabalho dentro dos sindicatos existentes(...) Aos nacionalistas se apresenta como solução, os organismos paralelos, surgindo dessa alternativa o Pacto de Unidade Intersindical - PUI, o Forum Sindical de Debates, o Pacto de Unidade e Ação - PUA (...). De todo modo, após a “Greve dos 300 mil” funda-se o PUI resultante de uma ampla frente formada por sindicatos de São Paulo, ABC paulista, Santos e Ribeirão Preto. Tal central lutava por aumentos salariais, por autonomia e liberdade sindical, contra a “carestia da vida” e pelo direito universal da assistência social. TROYANO, idem.

2.1) João Goulart e o Trabalhismo: a personagem

Num país em que a cultura do presidencialismo parece resistir a violentas transformações sociais, políticas e econômicas, parece interessante interrogar-se sobre a figura e a personalidade do distante João Goulart, o Jango. Não sou nada original nessa senda. Talvez seja um dos mais controvertidos dentre os nossos presidentes. Vice que assume a presidência da República na renúncia de seu ocupante, como é o caso de Jânio Quadros, eleito em novembro de 1960 e deixando este cargo em agosto do ano seguinte.

Ainda assim, a trajetória de Goulart o afasta de tais adjetivos incapacitadores, como aqueles de que é o “vice que assume”. Sua vida pública segue um curva ascendente em que de deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro -PTB, em 1950, chegaria a ser um dos grandes articuladores nacionais daquele partido, assim como, presidente de seu diretório nacional de 1952 a 1964, destacando-se pela montagem de sistemático esquema sindical e por ter conseguido se manter na cúpula do poder durante mais uma década consecutiva ¹¹.

Como se sabe, Goulart integraria, como candidato a vice presidente, a chapa de coalizão de seu partido ¹² com o Partido Social Democrático -PSD na candidatura vitoriosa de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Formava-se ampla frente política do PTB-PSD com o movimento sindical, a saber, o Movimento Nacional Popular e Trabalhista - MNPT ¹³. E, nesta eleição, Goulart consegue

¹¹ Cf. BELOCH, I. e ABREU, A. A. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. 1930-1983, vol.2, RJ: Forense-FGV-Finepe, 1984 ; Idem , vol.4.

¹² Nas eleições de 1955, o programa do PTB sofre algumas modificações dirigidas para contemplar reivindicações dos trabalhadores agrícolas. Redigido por Fernando Ferrari e por Lúcio Bitencourt, postulava a necessidade da extinção do latifúndio improdutivo, a relevância de instituir o crédito para os pequenos produtores rurais e a aplicação das leis sociais e da previdência para os trabalhadores rurais.

¹³ O MNPT expressaria uma tentativa de unificar sindicalistas “urbanos” e representantes camponeses. Nesse sentido, promoveria a realização de uma convenção nacional no Estádio do Pacaembu ,

uma votação mais expressiva do que a do presidente, tendo recebido três milhões e seiscentos mil votos contra três milhões dados a JK. Se este governo, 1956-1960, sustentava-se na aliança PSD-PTB, o mesmo não ocorre com aquele que o sucede. O Movimento Popular Jânio Quadros -MPJQ- expressa o rompimento dessa clássica coalizão. Assim, Goulart apesar de concorrer a vice pelo seu partido, numa candidatura que tinha o Marechal Henrique Teixeira Lott na cabeça, seria também apoiado como vice pelo sindicalismo na informal chapa "Jan-Jan", Jânio-Jango ¹⁴.

Ainda assim, consegue eleger-se com quatro milhões e quinhentos mil votos e assume este mandato junto a um presidente que tem cinco milhões e seiscentos mil votos em seu cacife. O abortamento deste governo, iniciado em janeiro de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto daquele ano, levaria Goulart à presidência.

Tais fatos permitem ilustrar o sentido profissional e militante de sua vida pública. Sua popularidade e seu poder de voto se afinavam a uma máquina e rede de relações sociais e políticas, minuciosamente construídas. Pensar o trabalhismo em seu governo, significa entender o desenvolvimento de uma proposta reiterada de controle sobre a classe operária, via negociação e trocas. Para o trabalhismo, Goulart era o expert por excelência.

Erickson (1979), em seu estudo sobre este período, detalha como a rede trabalhista se monta e como funciona. A construção da base popular daquele

em São Paulo, na perspectiva de "produzir" uma continuidade àquela representação que se criara durante a campanha eleitoral. De todo modo, suas reivindicações eram: lutar contra a carestia produzida pela inflação e insuficiência da produção agrícola, pela defesa da Previdência Social, entre outras. No entanto, suas lideranças sindicais sofreriam pressões por parte do Ministério do Trabalho e acabariam por perder a presidência do movimento que passaria a ser dirigido por um militar reformado. Cf. Troyano, 1978: 84.

¹⁴ Para Maria Vitória Benevides , 1978: 100 : (...) o movimento Jan-Jan originou-se de uma dissidência do PTB paulista, promovido, principalmente, por Dante Pelacani, presidente da Federação

partido implicava num circuito que se desenrolava desde uma cooptação e distribuição de favores individuais, o que significava também uma distribuição seletiva de empregos nos serviços assistenciais e outros órgãos do estado, até o controle sobre as nomeações das direções daqueles mesmos órgãos.

Parece inquestionável sua capacidade de cimentar a aliança PTB-PSD como principal esquema de poder nacional. Por isso mesmo, à base popular somava-se a máquina sindical, que ganharia seus contornos durante o segundo governo de Getúlio Vargas, 1950-1954. Tendo ocupado neste governo o cargo de ministro do Trabalho, cargo que deixaria por pressão dos militares, iniciaria uma política de flexibilizar o rígido controle do estado sobre o sindicato e tentar iniciar o trabalhismo no campo ¹⁵. Corresponde, assim, à iniciativa daquele gabinete ministerial, o anúncio da campanha oficial de sindicalização rural, em 1954, que ainda que não tenha se realizado, provocaria um violento pronunciamento militar contrário que postulava que propor a formação de sindicato de trabalhadores rurais era atentar contra a segurança do estado ¹⁶.

Programa Agrário do PTB e a Reação Conservadora

Abriu-se, de todo modo, debate parlamentar liderado pelo PTB sobre a extensão dos direitos de cidadania para o trabalhador rural, o que resultaria em conflitos de perspectivas ideológicas e lutas políticas parlamentares que

Nacional dos Trabalhadores Gráficos (...), cf. BENEVIDES, M.V. O Governo JK. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política, RJ: Paz e Terra, 1978.

¹⁵ Essa liberalização da vida sindical tinha como mecanismos: retirada do controle do Ministério do Trabalho sobre o uso dos recursos provenientes do imposto sindical; retirada da exigência do atestado ideológico para os dirigentes sindicais e relaxamento do controle sobre a vida sindical que, até então, exercia-se com a presença constante de fiscais daquele ministério.

¹⁶ Como se sabe, João Goulart deixaria o ministério do Trabalho por pressão dos militares e da UDN, conforme o famoso "Manifesto dos Coronéis". Sobre a primeira campanha de sindicalização rural desenvolvida pelo Estado Brasileiro, ver: STEIN, L.M. Corporativismo e Sindicato na Agricultura. Brasil-

perdurariam até meados da década de 60. De todo modo, anteprojeto de lei seria apresentado ao Congresso Nacional pelo deputado Fernando Ferrari, a saber, o código de trabalho agrícola, em fevereiro de 1956 (Projeto de Lei n.º 1837) ¹⁷. Tal projeto posicionava-se eletivamente diante das duas possíveis vertentes do legado varguista de política de integração dos trabalhadores rurais à cidadania ¹⁸. Ferrari fiel à tese da mobilização política defendida por seu partido em sua proposta de lei, fundava-se na pura extensão da política trabalhista e propunha, portanto, a formação de sindicatos similares aos urbanos, dotados de “competência” para fazer cumprir a Consolidação das Leis de Trabalho - CLT- no campo ¹⁹ e instituir a “carteira de trabalhador rural”, regulamentando, de acordo com a política trabalhista brasileira, a “categoria trabalhadores rurais”. Apresentaria, também este deputado, projeto de lei

1930-1945, Mimeo, SP, dissertação de mestrado, PUC-SP, 1991; ver também: CAMARGO, A A A Questão Agrária

¹⁷ Seguindo orientação de seu partido, o deputado Fernando Ferrari presidiria Comissão parlamentar para elaborar código de trabalho rural, que era formada pelas seguintes personalidades e parlamentares: Georges Galvão, Sylvio Sanson, Jonas Bahiense, Divansir Cortes, Chagas Rodrigues, Azis Manzon, Josué de Castro, Manuel Barbuda e Frota Moreira.

¹⁸ A legislação varguista deixaria duas possibilidades de encaminhamento para essa questão. Tratam-se de leis, datadas dos anos de 1944 e 1945 respectivamente, em que pela primeira lei estendia-se, pura e simplesmente direitos trabalhistas ao campo, enquanto que pela segunda se criaria, de fato, uma estrutura específica de representação agrária. Assim, apenas a segunda seria implementada, com o que se criariam as “associações rurais” enquanto organismos poli classista de representação. Tais “associações rurais” tiveram uma organização similar à estrutura sindical oficial, tendo, inclusive, âmbitos municipais, estaduais e nacional. No entanto, diferenciava-se daquela porque: 1) não se tratava de entidade patronal, mas sim de extensionismo rural; 2) esta estrutura era tutelada pelo Ministério da Agricultura. De todo modo, a lei de sindicalização trabalhista estabelecia condições muito duras de controle por parte do estado, o que impedia o reconhecimento de sindicatos reivindicativos. Cf. Decreto Lei 7038, de 10 de novembro de 1944, regulamentado pela Portaria MTIC n.º 44 - Sindicatos Rurais Processo de Reconhecimento, de 19 de março de 1945; Decreto Lei 7449 - Organização Associativa Rural, 9 de abril de 1945 e Decreto Lei n.º 8127 - Altera e dá nova redação ao Decreto 7449, de 24 de maio de 1945. Cf. Lex-Marginália, 1945, Departamento de Imprensa Nacional e Diário Oficial da União Sec. I- P. I : 9459, 26 de maio de 1944.

¹⁹ Essa importante lei que ficaria conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural - ETR- partia de uma definição ampla pela qual seriam enquadrados como “trabalhadores rurais” todos aqueles que trabalhassem no setor agrícola, ou seja, passavam a ter direitos sociais trabalhistas as diversas modalidades de contrato agrícola, como: parceiros, meeiros, colonos etc. Para este “trabalhador rural” aplicavam-se os seus dez títulos e 183 artigos, versando e detalhando as seguintes situações: normas especiais e gerais de proteção ao trabalho rural; normas do contrato individual de trabalho e de contrato coletivo de trabalho; normas de organização sindical; normas para dissídios coletivos e multas administrativas e serviços sociais. Estendia-se para o trabalhador agrícola: o salário mínimo, o aviso prévio, o direito ao sindicato, a

estabelecendo controle sobre as condições vigentes para os arrendamentos de terras.

No entanto, a oposição ao Estatuto do Trabalhador Rural - ETR - seria acirrada. Por isso mesmo, o anteprojeto do Estatuto do Trabalhador Rural sofreria violento combate e teria um longo percurso dentro da Câmara dos deputados ²⁰ e, fora dela, a mobilizar fortes paixões e interesses. De todo modo, uma das primeiras reações viria da União Democrática Nacional que apresentaria um Substitutivo, em 1958, àquele anteprojeto ²¹. Interessante examinar o modo como o deputado Carlos Lacerda, autor deste projeto e deputado federal pela UDN da Guanabara, codificava o trabalho agrícola, o que, de todo modo, se consolidaria no argumento principal da defesa desses interesses “agraristas”. Em primeiro lugar, reduzia a abrangência da definição do trabalho agrícola porque a restringiria que aos “empregados rurais”, retirando dessa condição, por essa fórmula, o colono e outras condições de trabalho entendidas como não trabalhadores mas como “empreiteiros de serviço”. Desse

indenização por tempo de serviço, aposentadorias e pensões, assim como, regulamentava-se o trabalho do menor e da mulher, entre outras.

²⁰ Quando o ETR teve aprovado o “regime de urgência para sua votação”, o relator Daniel Faraco encaminharia contra, argumentando com a “especificidade do trabalho rural”, ao que Segadas Viana responde com a apresentação de um “substitutivo”. Apenas em julho do ano seguinte o projeto entra em votação, sendo derrotado por 106 votos contra 62. Ainda assim, em dezembro daquele ano Ferrari encaminharia à mesa da Câmara novo projeto (Projeto de Lei n ° 3563, 4 de dezembro de 1957) ao que a UDN opõe-se novamente, acabando por redigir um novo “substitutivo”. Designa-se uma comissão especial, no início de 1958, presidida por Carlos Lacerda e que tinha como relator Afonso Arinos, no início de 1958. De todo modo, o mesmo projeto inicial seria reapresentado pelo deputado Ferrari sob o n ° 1837-D/60, em 1960, e o PTB pediria, de novo, “regime de urgência” e o ETR seria, em fim, aprovado na Câmara em 28 de junho de 1961, quando seguiria para o Senado. Ainda assim, a Federação das Associações Rurais de São Paulo - Faresp- apresentaria ao presidente daquela casa, senador Auro de Moura Andrade, um memorial contendo inúmeros pareceres jurídicos contrários àquele projeto. Ver: Substitutivo ao Projeto n ° 3563/1957, Congresso Nacional, 1957 (xerox); Pareceres Jurídicos da Faresp, SP: Faresp, 1961.

²¹ Além do substitutivo citado, seria apresentada ao Congresso outra lei sobre o trabalho agrícola. De autoria do deputado Lourival de Almeida, tal anteprojeto receberia o número 1938/56. Este projeto mereceria o apoio da Faresp, que o endossaria em seu memorial ao Senado Federal, em julho de 1961. O percurso deste deputado no Congresso é do tipo “candidato a suplente”. Elege-se como suplente à deputado pela UDN, em 1950, pela primeira vez. Posteriormente seria eleito, em 1954, só que como primeiro

modo, somente a esse “empregado” caberia a “carteira de trabalho” que orientava-se, ainda, deveria ser fornecida pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio - MTIC. E mais, para esse registro do trabalho, o ministério podia contar com a colaboração de comunidades religiosas ou mesmo da estrutura das associações rurais- AARR. Em segundo lugar, nada se formulava sobre a sindicalização rural, porque se postulava que já estava regulamentada pelas leis e disposições do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Ou seja, nesta questão já tinham todas as precauções e anteparos fornecidos pelo funcionamento da rede nacional das “associações rurais”, ainda que se desconsiderasse o fato de que elas não representavam os trabalhadores.

E, finalmente, indicaria, ainda aquele projeto da UDN, algumas condições de proteção ao trabalho, como: limites a sua duração máxima e horas suplementares, definindo horário de trabalho noturno até as 21 horas e trabalho normal a se iniciar as 4 horas da manhã, limites de idade e definição do trabalho infantil até os 14 anos, adequação aos impedimentos climáticos, aposentadoria etc. Propunham, ainda, a revogação do único artigo da CLT que regulamentava o trabalho agrícola. De fato, algumas condições daquela consolidação já valiam para o trabalhador agrícola ²², no entanto, a arbitrariedade com que se dava a dominação sobre o trabalho no campo obscurecia a possibilidade de lutar por elas ²³ e pretendia-se, portanto, eliminar tal possibilidade de proteção.

suplente, na coligação PTB, Partido Republicano e Partido Social Progressista - PSP. Depois disto ingressaria no PSP.

²² Cf CLT: (...) Art. 505. São aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II e VI do presente título (...), ou seja, valiam: determinações sobre o “aviso prévio”, sobre o salário e sobre disposições gerais sobre o contrato individual de trabalho. Cf. CAMPANHOLE, Adriano Consolidação das Leis de Trabalho e Legislação Complementar, SP: Edições Atlas, 1973.

²³ No entanto, inúmeras seriam as lutas de trabalhadores rurais pela sua aplicação. Considerando-se apenas aquelas levadas individualmente, muitos trabalhadores, orientados por advogados trabalhistas, apresentaram queixas às Promotorias públicas através de “processos trabalhistas”. Tais processos foram tão frequentes que fundaram uma jurisprudência específica sobre o assunto.

Cheias de ironias e sutilezas, tais polêmicas demonstram que os udenistas articulavam-se à estrutura semi oficial, porque tutelada pelo Ministério da Agricultura, da Confederação Rural Brasileira, cúpula maior das AARR. Os argumentos construídos, ao longo do período, lançam suas âncoras na pretendida especificidade do trabalho agrícola e idealizam o quadro agrário pela suposta ausência de conflitos, representando o trabalho agrícola enquanto uma relação entre sócios ou como contratos de parceria.

2.2) Trabalhismo no Governo JK

A política de distensão e promoção sindical teria relativa continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, em que o ministério do Trabalho permanecia como reduto do PTB ²⁴ e consolidavam-se mecanismos de cooptação para dentro da estrutura sindical oficial de sindicalistas de outras correntes políticas, especialmente do Partido Comunista Brasileiro. Simboliza esta aliança a “1ª Conferência Nacional do Trabalho”, realizada no Rio de Janeiro, em março de 1956, sob o patrocínio do ministério do Trabalho ²⁵.

Não obstante, no Governo JK o trabalhismo não tinha passagem livre. A presença de ministros do Trabalho do PTB não era condição suficiente para a estratégica promoção do sindicato. Assim, os ministros petebistas José Parsifal Barroso (de 31 de janeiro de 1956 até 6 de junho de 1958), e Fernando Nóbrega (de julho de 1958 a abril de 1960) alinhavam-se aos ditames da política

²⁴ Cf BENEVIDES, M. Vitória, ob. cit., Idem.

²⁵ Nesta conferência que reunia representantes sindicais e autoridades discutia-se, entre outras questões, a reforma da previdência social no sentido de torna-la mais eficaz na defesa do trabalho e uma das propostas em discussão incidia sobre as condições de gestão dos serviços prestados por ela, e os sindicalistas defendiam a sua própria participação na direção daquele órgão.

financeira de contenção de salários e ajustes definida pelo Fundo Monetário Internacional - FMI ²⁶ e não incentivariam a participação sindical.

Pode-se dizer que o trabalhismo no Governo JK atua, também e principalmente, por outros mecanismos que não estritamente sindicais. Tais seriam os estilos de Leonel Brizola e João Goulart que pressionavam seu partido e lideraram a formação da Frente Parlamentar Nacionalista- FPN , em 1956 ²⁷. Participaram da frente, de modo majoritário parlamentares do PTB, seguida da participação significativa de políticos do Partido Socialista Brasileiro -PSB, de membros Partido Social Democrático- PSD e diversas agremiações menores. Assim, pelo Partido Social Trabalhista- PST estaria Almino Afonso, pelo Partido Social Progressista - PSP, Neiva Moreira, pela União Democrática Nacional - UDN, Gabriel Passos e pelo Partido Democrata Cristão - PDC, Eusébio Rocha ²⁸, entre outros.

Simboliza a FPN o início das rupturas na aliança PTB-PSD ²⁹ e aponta para um estilo de fazer política que se prolongaria por todo o início da década de sessenta. Aglutinava parlamentares e políticos de diversos partidos, empresários e militares, tendo por bandeiras a defesa do nacionalismo e abria espaço para o debate da tese das necessárias "reformas de base". Assim, da

²⁶ Cf. BELOCH, I. e ABREU, A. . Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, vol 3, RJ: Forense-FGV-Finepe, 1983.

²⁷ Essa frente tinha por programa lutar pelas indústrias de base, por limitações à entrada de capital estrangeiro e remessas ao estrangeiro de lucros de capital, nacionalizar as agências de publicidade, preservar o patrimônio histórico brasileiro, combater os monopólios privados, promover uma legislação para melhores condições de trabalho no campo e nas cidades, reestruturação do sistema bancário, luta contra o pauperismo e por melhor distribuição de rendas para os municípios. Conforme Israel Beloch e Alzira Abreu ,(1984:1393) participavam da FPN de modo mais estável, os seguintes parlamentares do PTB: Abguar Bastos, Clidenor Farias, Domingos Velasco, Fernando Ferrari, Fernando Santana, Josué de Castro, Sérgio Magalhães e Wilson Fadul. Cf. BELLOCH, I e ABREU, A ob.cit., vol. 2.

²⁸ Posteriormente, Eusébio Rocha integraria os quadros do PTB, sendo presidente daquele partido em São Paulo. Almino Affonso também ingressaria naquele partido, e ocuparia a posição de líder do partido, em 1959.

defesa do desenvolvimento industrial autônomo e da liberdade da nação brasileira em sua política internacional, sem ater-se ao Bloco Ocidental, os reformistas lutaram, em muitas outras frentes para ampliar a cidadania para os trabalhadores nacionais urbanos e rurais ³⁰.

Outro seria o estilo reformista seguido por Kubitschek, o que o levaria a atuar na direção de estreitar a aliança PSD e Igreja, aliança esta construída a partir dos novos posicionamentos sociais da Igreja Católica, tal como pontificava a Conferência Nacional dos Bispos do Nordeste - CNBB - no "1º Congresso dos Bispos do Nordeste", em Campina Grande em maio de 1956, organizado por D. Hélder Câmara, bispo auxiliar da diocese do Rio de Janeiro e depois Arcebispo de Olinda e Recife. Esse congresso ficaria conhecido como o "congresso de salvação do nordeste". Nesta direção, após a realização do "2º Encontro dos Bispos do Nordeste", realizado em Natal, em 1959, que contaria com a participação de representantes da administração pública, se estabeleceriam compromissos entre Igreja e governo para uma intervenção junto à "questão social" rural ³¹.

Um dos encaminhamentos práticos, seria a formação de "grupos de trabalho" voltados para planejar e executar programas sociais de "educação de

²⁹ Para Maria Vitória Benevides : (...) a ruptura dessa aliança se deve a grupos interpartidários - FPN e ADP- que passam a dominar a arena parlamentar, mas principalmente ao aumento e radicalização do PTB que ganha força econômica e se distancia do PSD (...) Benevides, *idem*, 1978: 129.

³⁰ A FPN integraria uma comissão no Congresso Nacional e que formularia um programa de reformas constitucionais, em 1958. Formularam tal programa os seguintes deputados: Doutel de Andrade, César Pinto, Oswaldo Lima Filho e San Tiago Dantas e sua pauta incidia sobre a necessidade de: reforma agrária, reforma constitucional e reforma da lei de remessas de lucros. Definia, também, a necessidade de que se procedesse a reformas constitucionais, desde que as bandeiras reformistas eram inconstitucionais.

³¹ Como se sabe, a Operação Nordeste - OPENO - resultaria destas alianças e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, em dezembro de 1959, corresponderia a uma grande frente política nacional, formada por industriais e governo. Neste sentido, contava com o apoio da Igreja que pressionava por mudanças sociais, conforme programa de princípios da 1ª Conferência dos Bispos do Nordeste".

base”³² e que funcionariam sob a coordenação da Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, órgão do Ministério da Educação e Cultura, formado em março de 1956. Indo mais longe, tal trabalho de colaboração estado e Igreja resultaria na formalização de um conjunto de convênios com objetivos de cunho social educativo que delegavam à Igreja Católica papel principal na sua execução. Paralelamente a tais programações educativas, outros convênios seriam acordados, tendo com foco a promoção de desenvolvimento econômico regional e de melhorias na infra-estrutura urbana, fundados na colaboração entre governo federal e estaduais.

Assim, tais convênios, provenientes de um conjunto de decretos baixados em 7 de julho de 1959³³, seriam assinados em 6 de abril de 1960, ocasião em que os recursos financeiros para sua execução seriam colocados em disponibilidade³⁴, para uso imediato. De todo modo, entre os “convênios sociais educacionais” sob a coordenação da Igreja estariam: um projeto que se propunha executar programas de educação através do rádio com abrangência para todo o Nordeste do país; projeto de radiodifusão com os mesmos objetivos, mais dirigidos especificamente para o estado de Sergipe; programas de

³² No início deste governo, em 1956, seria reformulado um projeto de educação de base. A Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, instituída em maio de 1952, que estava subordinada ao Ministério de Educação e Cultura, tinha por horizontes melhorar o padrão de vida dos trabalhadores rurais. A sua reformulação, no entanto, incidiria sobre a criação de uma estrutura institucional especializada e adequada para tais fins. Assim, passaria a caber a CNER: promover a educação de base via “missões rurais”, centros sociais e centros de treinamento de líderes rurais e outros, devendo, para tanto, formar centros de treinamentos de professores e auxiliares. Previa-se, assim, a formação de equipes especificamente treinadas para tais empreendimentos. Cf. Decreto 38955, de 27 de março de 1956, Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural, Lex Legislação Federal e Marginália, XX, 1956, página 84.

³³ Trata-se dos seguintes decretos, todos de 7 de julho de 1959: 1) de âmbito social: Decreto 46376, Decreto 46378, Decreto 46377 e Decreto 46380. Ver: Lex Legislação Federal e Marginália, XXIII: 208 e 209; 2) outros: Decretos de número 46365 até número 46375. Ver: Lex, *idem*: 208 e 209.

³⁴ Cf. Decreto 48047, Dispõe sobre os Convênios Inter-administrativos assinados para execução dos decretos resultantes do Encontro dos Bispos do Nordeste, 6 de abril de 1960, Lex Legislação Federal e Marginália, XXIV, 1960. Interessante notar que pelo seu artigo 2º as contribuições financeiras foram autorizadas para uso imediato, liberadas de quaisquer formalidades relativas à execução orçamentária. Entre as autarquias envolvidas nos convênios estavam: Departamento Nacional de Obras contra a Seca,

educação de base para a região norte de Alagoas; projeto de formação de um grupo de trabalho para executar programa de formação e treinamento de lideranças e de dirigentes rurais no estado do Maranhão ³⁵.

Finalmente, pode-se concluir afirmando-se que o presidente Kubitschek estreitaria suas articulações às bases nacionais do Partido Social Democrático e iniciaria novos canais de alianças políticas daquele partido com a Igreja Católica, colaborando para o desenvolvimento de uma política social, e para tanto, investindo verbas públicas. Evidentemente, sendo aquele um ano de eleições presidenciais, todos os lances eram trunfos no jogo político nacional ³⁶. De todo modo, registre-se esse primeiro delineamento de uma política reformista agrária fundada na aliança PSD e Igreja Católica.

Relativizo, a propósito, a interpretação de Camargo (1981:155) para quem Juscelino Kubitschek:

(...) Apesar de seus esforços visíveis de se apoiar em uma ala moça pedessista, que o ajuda a eleger-se, a fim de fazer face aos caciques do Partido (...) a política do possível parece ter sido a de conseguir da facção ruralista uma posição de neutralidade diante do Programa de Metas em troca da conservação das relações sociais no campo (...) com o recuo do Executivo, a iniciativa mais agressiva caberá ao PTB no Congresso que propõe sem êxito, a extensão das leis trabalhistas ao campo(...).

Ministério de Viação e Obras Públicas, Departamento Nacional de Produção Mineral - Ministério da Agricultura, Comissão do Vale do São Francisco, Companhia Hidrelétrica de São Francisco e outras.

³⁵ Por outro lado, um outro conjunto de convênios teria objetivos mais pragmáticos, entre os quais incluíam-se: projetos para desenvolvimento e fomento da criação de gado e indústrias de leite; aproveitamento econômico dos vales úmidos dos estados de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; diversos projetos para obras de saneamento em Natal e Teresina e programa piloto de colonização no Maranhão, entre outros.

³⁶ No entanto, sem desprezar a importância do conhecimento dos mecanismos históricos utilizados nas democracias representativas para manter-se no poder, quero chamar a atenção para as dificuldades colocadas para o pesquisador entender o sentido das leis, dada a necessidade do legislador, muitas vezes, de ocultar as reais intenções. Sem dúvida e antes de mais nada, tais procedimentos indicam a profunda luta e disputa pelo poder que cercaram as eleições de novembro de 1960, em que ter a Igreja Católica a seu favor parecia ser uma senha mágica...

2.2.1) Movimento Sindical, Lutas Operárias e Novas

Estratégias Trabalhista

No entanto, as hostes trabalhistas também formulavam suas estratégias. Assim, apresentavam-se alternativas para restabelecer o controle trabalhista sobre o sindicato ³⁷, como por exemplo seria o caso da tentativa de criar um "sindicato partidário". Durante a IX Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, em meados de 1960, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria -CNTI apresenta moção pela ampla liberdade sindical e pela extinção do controle do ministério do Trabalho, tanto sobre as atividades do sindicato, quanto no tocante a restrições à filiações políticas do sindicato ao movimento sindical mundial ³⁸. Mais definidamente, essa moção considerava que se a legislação vigente vedava a participação político partidária do sindicato e se (...) a linha político partidária do PTB atendia aos anseios dos trabalhadores brasileiros(...), deveria esse partido promover: (...) o alistamento ideológico do trabalhador(...) que permitisse (...) participação ativa e permanente dos trabalhadores na direção e administração política do PTB (...) ³⁹. Essa moção seria aprovada e seriam tomadas providências necessárias para seu encaminhamento legal ⁴⁰. Nesse rumo, seria enviado um anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, de autoria do deputado petebista Oswaldo Lima Filho,

³⁷ Entre as centrais sindicais criadas pelo movimento sindical, merecem destaque: o Pacto de Unidade Intersindical - PUI, criado em S.Paulo, em 1953; o Conselho Sindical dos Trabalhadores Paulistas - CSTO, também em S.Paulo, em 1958; o Pacto de Unidade e Ação - PUA, fundado no Distrito Federal em 1960.

³⁸ O manifesto da CNTI colocava a necessidade de que se afirmasse: (...) direito das entidades sindicais de realizarem seus estatuto e regulamentos administrativos, elegendo livremente seus representantes e organizarem livremente sua administração e atividades e de traçarem seus planos de lutas. (...) proibição de qualquer intervenção tendente a limitar esse direito, não ficando sujeitas a dissolução ou suspensão por via administrativa (...) direito amplo de filiação às organizações internacionais de trabalhadores(...) A personalidade jurídica dos órgãos sindicais não pode estar sujeita a condições cuja natureza limitem a liberdade(...) Ver TELLES, Jover O Movimento Sindical no Brasil, RJ: Vitória, 1962, pag. 68 e seguintes.

³⁹ Idem.

visando introduzir a política partidária nos sindicatos e facultando a participação de sindicalistas nos cargos de direção do PTB ⁴¹.

Num primeiro momento, apenas o movimento sindical paulista recusaria essa proposta, para ser seguido por uma recusa em âmbito nacional. Na conferência preparatória ao “III ° Congresso Sindical Nacional”, realizada em abril de 1960, o posicionamento contrário a tal vinculação partidária, uniria as diversas correntes e tendências sindicais. Declaram-se contra: o imposto sindical e a tutela do Ministério do Trabalho e contra aquele projeto do líder do PTB; posicionam-se contra Portaria nº 55 do MTIC de autoria do ministro do Trabalho Fernando da Nóbrega, que prorrogara os mandatos das diretorias sindicais até o ano de 1962 ⁴² e, ainda, propuseram lutas pela efetiva aplicação da CLT, entre outras ⁴³. Desse modo, as duas tendências majoritárias do sindicalismo naquele estado ⁴⁴ “reformistas” e Movimento de Renovação Sindical, uniram-se contra a proposta do PTB e acabaram por derrotá-la.

⁴⁰ Nesse sentido, seria feita uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral sobre sua legitimidade.

⁴¹ TELLES, J. Idem. O anteprojeto de Lima Filho recebe o n. 1738/60 e propunha modificações nos artigos 511 e 521 da CLT. Tais artigos permitiam a associação da categoria, apenas para defesa e coordenação dos interesses econômicos e proibiam o sindicato de exercer atividades de cunho político partidário.

⁴² Cf. BENEVIDES, 1978:91. No governo JK, os líderes dos altos postos da burocracia sindical eram nomeados pelo presidente, de quem recebiam as coordenadas principais. No entanto, João Goulart permitia certa liberdade nos níveis de representação média. De todo modo, acabaria por inexistir uma base trabalhista como mecanismo de pressão para maior participação trabalhista. Para aquela autora, os ministros Parsifal Barroso e Fernando Nóbrega garantiam o controle do PSD sobre a política trabalhista e, por isto mesmo não trabalhavam com a frente política PTB e PCB. Assim, Barroso anulava eleições de diretorias sindicais vencidas pelo PCB e Nóbrega prorrogaria os mandatos das diretorias sindicais até o ano de 1962, para tentar barrar o avanço dos sindicalistas reformistas.

⁴³ Cf. Jornal O Estado de São Paulo, SP, 12 de abril de 1960. Na matéria: “Fortalecimento do Sindicalismo no país”, transcreve-se uma declaração de princípios dos sindicalistas que faria uma referência a : (...) defesa das eleições para Presidente e para Vice Presidente da República ameaçadas pela forças do atraso coordenadas por Armando Falcão visando obter um mandato tampão(...).

⁴⁴ Entre as correntes sindicais destacavam-se três: os sindicalistas das alianças PTB-PCB, os sindicalistas do Movimento de Renovação Sindical- MRS e os “ministerialistas”. Entre esses últimos citados, estavam os “pelegos” históricos, como por exemplo era o caso dos dirigentes das grandes confederações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Os renovadores sindicais formavam um grupo de algo como uma centena de sindicalistas, aglutinados em torno de Carletto Ferrer Ferali. Esse trabalhador metalúrgico era dissidente do PCB, desde 1957, quando formaria o movimento e, finalmente, o numeroso grupo que compunha aquela aliança clássica do trabalhismo brasileiro. De todo

Interessante observar que ⁴⁵ para Vera Chaia (1980: 148), este movimento tem suas origens no Pacto de Unidade Intersindical - PUI, formado pela coordenação da "Greve dos 400 mil" trabalhadores paulistas, realizada naquela capital, em 1957. Entre as lideranças maiores do PUI estava Salvador Lossaco que se aliara aos comunistas, petebistas e pecebistas. Justamente na esteira dessa mobilização é que seria fundado o MRS, a partir de iniciativas do Secretário do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, Paulo Marzagão. Visava-se reduzir ou anular a importante presença do petebismo no sindicato ⁴⁶.

Pode-se concluir, afirmando-se que o conjunto do movimento sindical recusaria o trabalhismo, ainda que essa proposta fosse derrotada por uma esdrúxula aliança que juntava PCB e MRS. Conseqüentemente, em maio de 1960, a CNTI presidida por Deocleciano Cavalcanti, a Confederação Nacional de Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT- dirigida por Sindulfo Pequeno e a Confederação Nacional de Trabalhadores no Comércio - CNTC- presidida por Ari Campista, assumiriam publicamente suas filiações à Confederação Interamericana de Organizações de Sindicalistas Livres- CIOSL e à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores- ORIT. Repudiavam, por essa via, qualquer compromisso com a política externa independente e tinham como pressupostos a "defesa da democracia", defesa essa que

modo, os renovadores posicionavam-se contra a estrutura sindical oficial e a tutela do ministério. Em dezembro de 1959 tomariam posição contra a intervenção do ministério do Trabalho na Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, que impedia a posse do sindicalista eleito Domingos Alvares, que era ligado ao janismo, assim como, os renovadores. No entanto, a saída de Carletto Ferali, juntamente com cinquenta sindicalistas, do MRS, em 1961, resultaria num esfriamento e enfraquecimento que o levaria a desaparecer. Cf. BELLOCH, I. e ABREU, A. ob. cit., vol.3: 2324.

⁴⁵ Ver a propósito: BELLOCH, I. e ABREU, A. ob. cit. ; PELEGRINI, V.M.C O PTB em São Paulo, xerox, dissertação de Mestrado, PUC-SP, SP, 1989 e CHAIA, V.L.M. Os Conflitos dos Arrendatários em Santa Fé do Sul- SP (1959-1969), mimeo, dissertação de Mestrado, FFCL-USP, 1980.

⁴⁶ No entanto, neste contexto de uma crise de legitimidade do trabalhismo, o Vice Presidente João Goulart transferiria, inclusive, sua moradia para São Paulo, no intento de influenciar e de negociar o revolucionamento das bases trabalhistas e sindicais, fortemente atingidas em suas alianças tradicionais. Cf. PELEGRINI, V.M.C., ob.cit., pag. 116.

considerada necessária pela suposta ameaça comunista do trabalhismo janguista. Pregavam, assim, a necessidade de manter a unidade continental dos trabalhadores, repudiando qualquer apoio à Cuba ⁴⁷.

Em direção semelhante, em junho daquele mesmo ano, a “IIª Convenção Sindical” dos sindicalistas do Rio de Janeiro rejeitaria também a proposta do deputado Lima Filho. Finalmente, o “IIIº Congresso Sindical dos Trabalhadores”, em agosto, proporia a formação de uma “central única” dos trabalhadores, assim como, a filiação à Federação Sindical Mundial- FSM - de orientação socialista e vinculada ao bloco de países da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ⁴⁸. Ainda, entre as resoluções daquele congresso, merece destaque a defesa de uma reforma na legislação eleitoral de modo a que o direito de voto fosse ampliado para analfabetos, cabos e soldados das Forças Armadas.

Por essa via, as vinculações ideológicas passariam à ordem do dia e neste mesmo congresso, acima citado, ocorreria uma violenta divisão do movimento sindical, separando os comunistas e partidários da Frente Parlamentar Nacionalista das outras demais tendências sindicais. Além das questões ideológicas, a defesa da fundação de uma central sindical única,

⁴⁷ Os “ministerialistas” divulgariam um manifesto, em maio de 1960, postulando: necessidade de revisão das leis sindicais que deveriam ajustar-se às normas da Organização Interamericana do Trabalho - ORIT - para possibilitar o estabelecimento de convênios com tais entidades; defendiam amplos direitos, proibidos pela CLT, como: greve, contratos coletivos de trabalho, direito de organização sindical para funcionários públicos e trabalhadores rurais; necessidade de formar quadros sindicais de base e de promoção de uma reforma agrária, fundada no desenvolvimento econômico do país, entre outros. Cf. Jornal O Estado de São Paulo, SP, 6 de maio de 1960, matéria “Começam a ceder os Mentores do Sindicalismo em nosso país”.

⁴⁸ Esse congresso publicaria uma extensa resolução política, de cunho “desenvolvimentista” e nacionalista. Assim, postulava que o desenvolvimento da produção traria a “libertação dos povos” e no caso do Brasil, passaria pela nacionalização dos: frigoríficos e campos de invernadas, pela ampliação do monopólio estatal para: petróleo, eletricidade, álcalis, setor de comunicação e pelo controle das multinacionais exportadoras de ferro e de manganês. Cf. Jornal O Estado de São Paulo, SP, 16 de agosto de 1960, matéria “Tumultuada a Reunião de Encerramento do 3º Congresso Sindical Nacional”,

defendida pelos petebistas, pecebistas seria repudiada pelos “ministerialistas” e “renovadores” que se retirariam do congresso ⁴⁹.

Analisando, ainda, este mesmo congresso, Jover Telles, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, afirmaria que a recusa à proposta do PTB significava a defesa da classe operária contra as divisões no movimento sindical, o que comprometia a unidade operária:

(...) diante da manobra do PTB (...) visando a subordinar a si o movimento operário(...) manobras em prol da pluralidade sindical e a conseqüente divisão da classe operária em sindicatos trabalhistas, sindicatos social cristãos, sindicatos janistas, perrepistas etc, o que enfraquece a luta operária (...) Quanto aos comunistas, devem esforçar-se para conservar a independência do movimento sindical(...) ⁵⁰.

Gestão Sindical da Previdência e Trabalhismo

Essa abertura do movimento sindical que se espraia na busca de apoios externos ao Ministério do Trabalho e que pretendia explorar as divergências colocadas pela Guerra Fria ⁵¹, acabaria por impulsionar o trabalhismo na direção de novas alternativas participativas. Assim, ao final do governo de JK, com o Gabinete do Trabalho ocupado pelo petebista João Batista Ramos ⁵², o trabalhismo definiria uma estratégia política e lutaria para aumentar sua influência, como se pode verificar pela aprovação da Lei Orgânica da

⁴⁹ Abandonam o congresso e assinam manifesto contra a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores as seguintes tendências: Movimento de Orientação Sindicalista da Guanabara, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo; Frente Nacional do Trabalho; Movimento Consultivo e Deliberativo de Pernambuco; União Operária e Camponesa do Brasil. Cf. Jornal Estado de São Paulo, idem.

⁵⁰ Cf. TELLES, J. ob. cit. : 199.

⁵¹ Naquele período, a American Federation of Labor-Congress of Industrial Organisation- AFL-CIO buscava uma aproximação com os sindicalistas da América Latina e a visita do seu vice-presidente ao país, em março daquele ano, abriu a perspectiva de intercâmbios e convênios com os sindicatos brasileiros, o que abria novas possibilidades no jogo de barganhas políticas. Cf. Jornal O Estado de São Paulo, 2 de março de 1960, matéria “Aproximação Sindical Brasil- Estados Unidos”.

⁵² João Batista Ramos seria o terceiro ministro do Trabalho do Governo JK, tendo assumido a pasta em meados de 1960, em abril e deixado o cargo em novembro.

Previdência Social - LOPS ⁵³. Esta lei determinava a representação tripartite na gestão dos serviços sociais, ou seja, definia uma direção paritária formada por igual número de representantes de empresários, governo e sindicatos ⁵⁴. Abria, portanto, canais de poder e influência para o sindicalismo, ao mesmo tempo em que, regulamentava, como se citou mais acima, uma antiga reivindicação do movimento operário.

A interpretação de Erickson, 1979:17, aponta para o sentido de estímulo à participação contida no efetivo cumprimento da lei ⁵⁵. A gestão tripartite estendia-se a toda a rede da previdência, de seus órgãos centrais àqueles regionais e resultaria em incremento de poder político nas mãos dos sindicalistas. O controle das verbas e dos empregos de tal máquina nacional teria efeitos importantes para o crescimento do movimento sindical nacional.

Ainda conforme Erickson:

(...) essa nova lei daria aos líderes sindicais uma base firme de empreguismo, importante moeda corrente na política brasileira. A Previdência Social empregava cem mil dos setecentos mil funcionários federais(...) Erickson, 1979: 101 ⁵⁶.

Colocar em evidência a conjuntura da sucessão presidencial de JK, realizada em novembro de 1960, ilustra a crise institucional, expressão que é da questão nacional e do enfraquecimento da tradicional aliança PTB-PSD. Sob a liderança de Goulart e Brizola, o PTB aproxima-se do Partido Comunista

⁵³ Cf. Lei 3807, de 27 de agosto de 1960; regulamentada por Decreto n° 48959, de 19 de setembro de 1960.

⁵⁴ Cf. Troyano, ob. cit.: 84(...) A luta contra a carestia é uma constante durante todo esse período, bem como as reivindicações sobre a Lei Orgânica da Previdência Social(...).

⁵⁵ Para Wanderley Guilherme dos Santos, a principal modificação introduzida pela LOPS está na uniformização dos serviços médicos efetivamente prestados pelos institutos de pensões, de tal modo que, qualquer trabalhador de uma categoria reconhecida pelo MTPS teria direito de atendimento em qualquer dos inúmeros serviços de saúde dos distintos institutos daquela rede. Opera-se na direção de um atendimento igualitário, o que é uma vantagem para o conjunto dos conveniados. Cf. SANTOS, W.G. Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira, RJ: Edi. Campus, 1979.

⁵⁶ ERICKSON, K.P. Sindicalismo no Processo Político no Brasil, SP: Brasiliense, 1979.

Brasileiro -PCB , dos militares nacionalistas congregados no Clube Militar, do Partido Socialista Brasileiro, dos sindicalistas e outros.

A UDN também fundaria sua “frente”, na Aliança Democrática Parlamentar -ADP- e buscaria ganhar aliados em sua oposição tradicional ao reformismo trabalhista, aproximando-se do PSD. No entanto, como se sabe, o “janismo” implode tal possibilidade específica de composição anti trabalhista, dado o apoio de Carlos Lacerda a Jânio Quadros e dada a mudança nas regras do jogo eleitoral sucessório. Desse modo, o “Movimento Popular Jânio Quadros” seria lançado, um ano antes das eleições, criando-se um debate sucessório aberto ao eleitorado, em moldes de um movimento militante de crítica ao trabalhismo e que tinha entre seus parceiros parte expressiva do movimento sindical, tal como seria a adesão do Movimento de Renovação Sindical.

Interessante registrar que para Lucília Delgado, 1986: 54, a partir do ano de 1961, o movimento sindical e as suas lutas não seriam mais liderados pelos presidentes das grandes confederações sindicais nacionais:

(...) eles ou se omitem ou se opõe a elas. A observação mais atenta daquelas lutas, deixa perceber que seus principais líderes são elementos desvinculados das confederações da estrutura sindical e ligados às inter sindicais nacionais e estaduais. A exceção é a Confederação Nacional de Trabalhadores Industriais - CNTI - após a eleição de Clodomith Rianni e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Crédito - Contec - cujo presidente Armando Ziller é do Partido Comunista Brasileiro(...).

2.3) Cisões no Trabalhismo: Movimento Trabalhista Renovador e Grupo Compacto

Do lado trabalhista também ocorreriam cisões. Se parte do trabalhismo optaria pela chapa Jânio, presidente e Goulart, vice, os militares nacionalistas fechariam em torno da chapa General Henrique Teixeira Lott, presidente e

Goulart como vice. No entanto, na campanha da candidatura Lott-Goulart, o vice passaria a dianteira do titular e agitaria a causa nacionalista juntamente com alguns políticos do PSD. Assim, posicionava-se contra a política de estabilização financeira de JK, contra o Fundo Monetário Internacional- FMI, pelo apoio às emendas constitucionais, pela reforma agrária, pela redistribuição de rendas aos estados mais pobres da União, pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e pela regulamentação do direito à greve ⁵⁷.

Por outro lado, a crise de representação se expressaria, também, pela pressão por mudanças no interior do trabalhismo e a renúncia de Fernando Ferrari à liderança da bancada do PTB no Congresso Nacional é ilustrativa de tais rupturas. Integrante histórico da fundação da FPN, criticaria fortemente o petebismo ⁵⁸. Proporia a sua democratização e a realização de eleições internas, o que não ocorria há quase uma década e pressionaria, também, por uma definição clara e mobilizadora frente a questão agrária e a extensão de direitos sociais para os trabalhadores rurais. Na sucessão presidencial de JK, lançaria, junto com o deputado Aarão Steinbruck, o partido do Movimento Trabalhista Renovador ⁵⁹ para tentar organizar as bases dissidentes de seu ex partido e candidatar-se a vice presidente da República com o lema das “mãos limpas”, numa denúncia aos esquemas de utilização de verbas públicas pelo outro candidato. Ainda que fosse derrotado, obteria algo como dois milhões de

⁵⁷ Cf. BELOCH, I e ABREU, A., ob. cit., vol. 3.

⁵⁸ Em um manifesto público Ferrari defende que o PTB devia definir-se ideologicamente e passar a atuar efetivamente junto às massas rurais e urbanas e critica o empreguismo que minava aquele partido. Criticava o continuísmo de suas direções e acusava Goulart de querer monopolizar a figura de herdeiro de Getúlio Vargas (Cf. BELOCH, I e ABREU, A., idem).

⁵⁹ O MTR teria a adesão dos seguintes deputados federais: Sebastião de Souza Neri, pela Bahia; Jairo Brum, pelo Rio Grande do Sul; Tenório Cavalcante, pelo estado do Rio de Janeiro; Roberto Saturnino Braga, pela Guanabara e Demistocles Batista.

votos, tendo recebido, inclusive, apoio de alguns setores do Partido Democrata Cristão ⁶⁰.

Tais divergência no interior do PTB expressaram-se, também, na formação do “Grupo Compacto”. Esse grupo lutava pela construção de um PTB ideológico, o que parecia significar construir um partido mais profissionalizado, independente do estado, comprometido com a justiça social e com a “defesa da nação” diante da internacionalização. Por isso mesmo, era fortemente identificado aos movimentos populares do período.

De todo modo, o grupo Compacto teria sua polaridade na personalidade de Almino Affonso. Membro da ala jovem do partido e originário do Partido Social Trabalhista, ingressa, em 1959, na FPN e transfere-se para o PTB. Assim, formariam essa articulação os seguintes parlamentares: Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, Fernando Santana, Armando Temperani, Clidenor de Freitas, Rubens Paiva, Artur da Távola e muitos outros. Congregavam-se, de modo semelhante ao MTR, por um posicionamento crítico frente ao trabalhismo de Goulart e exigiam um compromisso firme na defesa dos “interesses dos trabalhadores e camponeses”. Tinham em seus currículos inúmeras iniciativas na defesa das causas populares, como por exemplo: integrariam a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Ligas Camponesas e concluiriam pela necessidade de defesa e apoio àquele movimento; defendiam a desapropriação da propriedade agrária por “interesse social”, negando o pagamento em dinheiro mas sim em títulos de dívida pública e a imediata extensão do voto ao analfabeto.

⁶⁰ Concorrem às eleições presidenciais, em novembro de 1960, as seguintes chapas: Henrique Teixeira Lott e João Goulart, pela coligação PTB-PSD-PCB e outros; Jânio Quadros e Milton Campos, pela coligação UDN, Partido Liberal, Partido Trabalhista Nacional, Partido Democrata Cristão, e outros;

No entanto, diferiam de Fernando Ferrari porque optariam pela permanência dentro do trabalhismo. Passariam a ocupar espaços na liderança do PTB no Congresso: Clidenor de Freitas seria vice líder da bancada, maio de 1959 e Almino Affonso seria líder da bancada a partir de março de 61 ⁶¹. Ocupariam postos no Governo Goulart e Almino Affonso seria ministro do Trabalho, em 1963 ⁶², e Clidenor de Freitas seria presidente do Instituto de Pensões e Aposentadorias do Servidor Público- IPASE, março de 63 a março de 64.

2.4) Reformismo Cristão, Partido Democrata Cristão e a ascensão do janismo

No Brasil de pós 2ª Guerra Mundial, os católicos seguiriam posicionamentos sociais e políticos relativamente distanciados da prática da “questão social cristã” tal como orientava a Igreja Católica do Vaticano. Assim, o papa Leão XIII, em sua Encíclica Rerum Novarum pregava um projeto reformador e progressista que integrasse e organizasse a sociedade civil na perspectiva cristã. Propunha uma terceira posição entre Capitalismo e Comunismo que pudesse promover um “capitalismo humanizado”.

Desse modo, na América Latina essa perspectiva de ação cristã no âmbito da “construção da nação” produziria lideranças políticas cristãs do porte de Eduardo Frei Montaldo, no Chile e de Rafael Caldeira, na Venezuela, entre

Adhemar de Barros, pelo Partido Social Progressista; e Fernando Ferrari, candidato exclusivamente a vice presidente, e apoiado por setores do Partido da Democracia Cristã.

⁶¹ Com a saída de Affonso da liderança da bancada para ocupar o ministério do Trabalho, esse lugar seria ocupado pelo autêntico Bocaiúva Cunha.

⁶² Sobre o ministério de Almino Affonso, ver: ERICKSON, K, *idem*.

outros ⁶³, o que não ocorreria no Brasil. Werneck Viana (.) entende que para a Igreja Católica brasileira resultava difícil concorrer com a proposta modernizadora do varguismo. Para que ela marcasse sua posição e conquistasse apoio popular, teria que romper de fato com o pacto feito pelas classes dominantes e assumir a bandeira da reforma agrária e das reformas sociais ⁶⁴.

A oportunidade histórica para a democracia cristã no Brasil, viria com a crise daquele pacto dominante que atingia as bases agrárias do PSD, desde que o PTB apoiava, de muitos modos, o movimento popular pela cidadania no campo, o que tinha efeitos corrosivos sobre aquelas alianças passadas. Essa concorrência do PTB acabava por minar as alianças locais do PSD com a Igreja Católica.

De todo modo e ainda que após um longo período, de mais de dez anos, sem uma presença marcante na cena política nacional, o Partido Democrata Cristão conseguiria afirmar-se, nem tanto como um partido nacional, mas ao menos como um partido expressivo no estado de São Paulo. Um breve histórico da trajetória do PDC argumenta nessa direção.

2.4.1) Breve Histórico do PDC e seus personagens

Fundado em 1945 por iniciativa de Antônio Cesarino Júnior ⁶⁵, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o PDC teria a adesão de algumas personalidades católicas, entre as quais Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara de Pernambuco, assim como, teria o apoio de líderes católicos do porte de Alceu Amoroso Lima, Heraclito de Sobral Pinto, Altino Arantes e José Carlos

⁶³ Ver BELLOCH, I e ABREU, A ,ob. cit.

⁶⁴ Ver: VIANA, L. Werneck "O Sistema Partidário e a Democracia Cristã" e SOUZA, L.A Gomes A JUC: os estudantes católicos e a política, Petrópolis: Vozes, 1984.

de Macedo Soares. Ainda assim, tais lideranças não abrem mão de suas opções partidárias próprias e participam da democracia cristã mais como apoio extraparlamentar e assessoria, do que como militantes partidários ⁶⁶.

Para Souza (1984:61), o PDC não contaria com o apoio da hierarquia da Igreja Católica cuja opção maior privilegiaria uma presença indireta na cena política, seja via a Liga Eleitoral Católica, presidida por Alceu Amoroso Lima ou pela Ação Católica e tratava-se de construir um diálogo direto com o estado, em que se ombreava “poder a poder” ⁶⁷. No início da década de cinquenta, cresceria a democracia cristã, como partido político, com o ingresso do grupo católico “Vanguarda Democrática” ⁶⁸, liderado por Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio. No entanto, essas origens militantes e ideológicas perdem-se, ao menos temporariamente e o PDC afirma-se, como partido, inicialmente, colado ao janismo. Assim, coliga-se ao Partido Socialista Brasileiro e ao Partido Trabalhista Nacionalista e cresceria em São Paulo, com a eleição de Jânio Quadros para prefeito.

Outro momento da vida daquele partido estaria na eleição, em 1956, de Antônio Queirós Filho para a sua presidência, derrotando Monsenhor Alfredo Arruda Câmara, em que essa vitória do “grupo de São Paulo” levaria a um certo distanciamento em relação a Jânio Quadros. Na campanha eleitoral para o governo do estado, JQ recusara-se a aceitar Queirós Filho como vice de sua

⁶⁵ Interessante observar que esse democrata cristão também migra, posteriormente para o PTB.

⁶⁶ Ver: BELLOCH e ABREU, *idem*. Vol 3,

⁶⁷ Ver SOUZA, Luis A Gomes A JUC: os Estudantes Católicos e a Política, Petrópolis: Vozes, 1984.

⁶⁸ Esse grupo reunia jovens da Ação Católica e da Juventude Operária Católica - JUC - para discutir e debater os problemas sociais e apontar rumos de ação. Assessorados por frades dominicanos, como frei Rosário Jofler, seguiam o pensamento de Jacques Maritain e Alceu Amoroso Lima. Entre seus integrantes estariam: Antonio Queiroz Filho, Helena Junqueira, Nadir Gouveia, Luis Mello, João Batista de Arruda Sampaio, Odilon Costa Manso, Chopin Tavares de Lima, Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio e Teófilo Ribeiro de Andrade Filho. Ficariam conhecidos no PDC com o “grupo de São Paulo”.

chapa, e se lançando-se, sem o PDC, pela coligação Partido Trabalhista Nacional e Partido Socialista Brasileiro.

De todo modo, seria com a eleição do democrata cristão Carlos Alberto de Carvalho Pinto para governador, em 1958, que o PDC teria seu primeiro exercício de governo. Assim, Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio e Queirós Filho comporiam o secretariado deste governo, enquanto que o deputado federal por São Paulo, Franco Montoro e Franco Baruzelli⁶⁹ colaborariam como assessores para a “questão social”.

De todo modo, um segundo momento da vida interna do PDC teria como protagonista a “Juventude Democrata Cristã”- JDC- que reunia jovens da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica- JUC. Assim, tanto a convenção partidária, realizada em abril de 1961, como encontro em maio daquele mesmo ano, colocavam em pauta a necessidade de mudar o programa partidário. Propunham a adoção de uma posição clara diante da reforma agrária e de uma opção pelo nacionalismo econômico que se contrapusesse ao programa tradicional da democracia cristã de defesa da “livre empresa” e de ataques ácidos ao papel do estado e ao governismo no país. Em documento intitulado “Manifesto dos Jovens” postulava-se a necessidade de lutar pela desapropriação dos latifúndios improdutivos e pelo aproveitamento de terras em torno das cidades para a realização da reforma agrária, pela extensão das leis sociais e previdenciárias para o campo e luta pelo nacionalismo econômico.

Ainda assim, apenas em março de 63, em encontro em Águas da Prata, é que as divergências internas apareceriam claramente, envolvendo a disputa

⁶⁹ Nos anos 60, Franco Baruzelli, italiano de nascimento, era participante dos movimentos da Ação Católica Operária - 60 - entidade laica ligada à Confederação Nacional dos Círculos Operários - CNCO- e a sua federação paulista. Tal confederação cristã participaria do movimento da Igreja pelos sindicatos

pela presidência do partido, então ocupada pelo deputado federal Franco Montoro. Alinhavam-se na corrente “progressista” o deputado federal, Plínio de Arruda Sampaio e Paulo de Tarso que propunham um programa de ação fundado nos seguintes princípios: necessidade de promover mudanças estruturais no país com a extensão do monopólio estatal do petróleo para distribuição e refino do petróleo; estatização da produção e da distribuição da energia elétrica; aplicação da lei anti truste, revisão das leis sobre royalties e patentes; nacionalização da indústria farmacêutica, revisão da propriedade da terra com indenização paga em títulos de dívida pública, entre outros. Venceria, de todo modo, a “oposição progressista” que votaria em Nei Braga para a presidência do partido ⁷⁰. Considerava-se que se derrotara a “direita” do Partido.

2.4.2) Jânio Quadros e o Interregno Trabalhista

Como se sabe, o governo Jânio Quadros, de janeiro a agosto de 1961, teria sua marca registrada na instalação de “comissões de sindicância” e de inquéritos administrativos dirigidos pelas Forças Armadas. Logo nos primeiros dias de seu governo, formaria inúmeras dessas investigações. Assim, assustava a muitos, desde o pequeno funcionário público ameaçado de demissão porque teria sido contratado fora dos prazos legais, até as altas esferas da administração pública. Visavam, tais atos também, e talvez principalmente, os articuladores da política trabalhista ⁷¹, assim como as empresas estatais ⁷².

rurais. Na década de 80, Franco Baruzelli se elegeria deputado estadual. Sobre a CNCO, ver: Capítulo 5 desta tese.

⁷⁰ Nei Braga, governador do estado do Paraná, de 1959 a 1962, oriundo do Partido Trabalhista Nacional, entraria para o PDC em 1957.

⁷¹ No entanto, neste contexto de séria crise de legitimidade do trabalhismo, o vice Presidente da República João Goulart transferia suas atenções e sua residência para o PTB paulista. Evidentes seus intentos e suas tentativas de influenciar e negociar o revolucionamento das bases sindicais e trabalhistas,

Nesse sentido, ⁷³ os órgãos encarregados de desenvolver a política sindical não saíam incólumes ⁷⁴. De todo modo, o presidente escolheria como ministro do Trabalho o seu correligionário, Francisco Carlos de Castro Neves ⁷⁵, rompendo, evidentemente, com a tradição anterior e alterando sensivelmente os padrões correntes da política trabalhista. Castro Neves era janista, participando ativamente do ambiente político das coligações da democracia cristã e, com a eleição de Carvalho Pinto para governador de São Paulo, passaria a ocupar a presidência da "Comissão de Imposto Sindical" da seção paulista daquele órgão do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos anos de 1960 a 1961. Era um ministro do Trabalho partidário do Movimento de Renovação Sindical e favorável ao "sindicalismo livre", contrário à obrigatoriedade do imposto sindical, defendendo a sua extinção.

Assim, a tentativa de demolir a política trabalhista começaria por cima e, golpeando fortemente, o presidente baixaria alguns decretos que intervinham naquele ministério. Entre tais medidas destacaram-se as comissões de investigações nos principais órgãos de coordenação da política trabalhista. Neste rumo, seriam demitidas as diretorias de duas importantes comissões, ou

fortemente atingidas em suas alianças tradicionais. Ver PELEGRINI, V.M.C. O PTB em São Paulo. 1945-1964, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1989, microado.

⁷² Logo no início do governo, a 2 de fevereiro, seriam instaladas cinco comissões de inquérito, a saber: na Superintendência Política da Valorização Econômica da Amazonia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, Comissão Federal de Abastecimento e Preços - Cofap, Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc, Rede Ferroviária Federal, Companhia Siderúrgica Nacional- CSN, Vale do Rio Doce e muitas outras.

⁷³ Ver : CHAIA, V.M. A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990), SP: Humanidades, 1991 e CAMARGO, A A A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base(1930-1964), In FAUSTO, B. (org.) III O Brasil Republicano. 3. Sociedade e Política (1930-1964), SP: Difel, 1981.

⁷⁴ Ver Quadro 1. Medidas Trabalhistas no Governo Jânio Quadros (jan-agosto de 1961). Brasil.

⁷⁵ Jornalista e político, esse homem da mídia estaria entre os fundadores do Jornal Última Hora e posteriormente ingressaria no Jornal A Noite. Originário do PTB paulista teria sua projeção garantida com o acompanhamento do Partido Democrata Cristão, onde integraria o janismo. Participaria da campanha de JQ para prefeito, colaborando para a montagem da mitologia que cercava o janismo.

seja aquelas que administravam o “Fundo Social Sindical” ⁷⁶ e que sofreriam uma investigação ⁷⁷. Tais sindicâncias objetivavam investigar os recursos financeiros dos fundos sindicais e suas aplicações e, documentar supostas malversações de recursos públicos, no caso, eram alvos: a Comissão de Imposto Sindical e a Comissão Técnica de Orientação Sindical.

Esta intervenção perduraria até quase ao final do curto governo de JQ ⁷⁸ e dirigia-se, por definição legal, contra o ministro do Trabalho anterior, posto que o regulamento da CIS determinava ser sua a responsabilidade maior na gestão. Nesse sentido é importante apontar para algumas orientações de uma resolução da CIS, já naquele governo ⁷⁹, datada de 26 de janeiro de 1961. Mudava-se seu regulamento e ampliava-se suas atribuições, posto que se atribuía a ela a tarefa de colaborar na arrecadação do imposto sindical. Passava, também, a CIS a constituir-se num órgão colegiado e subordinado ao Departamento Nacional do Trabalho. De todo modo, um dos resultados desta sindicância seria a suspensão

⁷⁶ Este fundo, previsto por decreto de 1956, significa uma verba correspondente a uma proporção de 20% sobre o total do imposto sindical arrecadado e relativo a cada sindicato. Prevê, ainda, que do total da verba destinada a CIS, 25% deveriam ser repassados a CTOS que poderia utilizá-lo sob a responsabilidade da CIS. Cf. Decreto n.º 40401, de 21 de novembro de 1956, Expediente Regulamento para a Comissão de Imposto Sindical e Comissão Técnica de Orientação Sindical, Lex. Legislação Federal e Marginália, XX, 1956.

⁷⁷ Cf. Decreto n.º 50270, de 9 de fevereiro de 1961, Dissolve a Comissão de Imposto Sindical e dá outras providências, Lex. Legislação Federal, XXV, Tomo II, 1961 e cf. Decreto 50323, de 7 de março de 1961, Dispõe sobre a composição da Comissão de Orientação Sindical e dá outras providências, DOU, de 7 de março de 1961.

⁷⁸ Cf. DOU SI-PI, de 29 de março de 1961, folha. 3085, Portaria MTIC de 15 de março de 1961, Prorroga o prazo da Comissão de Inquérito na Comissão do Imposto Sindical - CIS; DOU S I- PI, 9/5/61, Administrador da CIS dispensa e designa funcionários; DOU PI-SI, 29/5/61, Portaria MTIC de 20 de maio de 1961, Administrador da CIS dispensa e designa funcionários e DOU PI-SI de 28 de junho de 1961, Presidente da CIS nomeia funcionários.

⁷⁹ Cf. DOU SI-PI, de 30 de janeiro de 1961, f. 867, MTIC: Comissão de Imposto Sindical, Resolução n.º 5701 de 26 de janeiro de 1961. Presididos por Newton da Silva Lima, assinam esta resolução os seguintes “conselheiros”: Sindulfo de Azevedo Pequeno, Ari Campista, José de Azevedo Pio, Antonio Rodrigues de Paula Pio, Aluisio Andrade Moura, Adolfo Justino Pereira e Francisco Milton de Queiroz Barros, assessorados por Pécio Gomes de Mello.

do funcionamento de duas seções regionais da CIS, a saber, aquelas dos estados de Alagoas e de Santa Catarina ⁸⁰.

De todo modo, Jânio Quadros prestigiaria o sindicalista, por exemplo, na abertura de uma linha de crédito para uso das verbas do Instituto da Previdência Social, de modo preferencial, para financiamento de construção ou de aquisição de “sede própria” para “associações sindicais de trabalhadores”(sic). Tal orientação, firmada por decreto ⁸¹, estabelecia um teto de financiamento que dependia das disponibilidades financeiras da entidade.

Finalmente a este breve levantamento dos atos janistas sobre sindicato, sem pretender interpretações maiores, vale registrar que nos últimos dias de seu governo, no mês de julho, seria fundado e lançado, com ampla publicidade, o “Movimento Sindical Democrático”, num encontro em São Paulo, intitulado “1º Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático”. Patrocinado e convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT, este movimento apresentava-se como uma articulação política de oposição ao trabalhismo. Tendo como lideranças Antônio Magaldi e Sindulfo Pequeno, aglutinaria políticos como Carlos Alberto de Carvalho Pinto e Herbert Levi, pelo Partido Democrata Cristão e Carlos Lacerda, pela União Democrática Nacional; e ainda de representantes do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD- através de seu presidente Hans Hashlocher. Representantes do movimento sindical internacional via CISL e ORIT- também se faziam presentes. Obviamente, anunciava-se através de um proposta de lutas contra o comunismo

⁸⁰ Cf DOU PI-SI, de 21 de março de 1961, f. 2777.

e pela defesa da livre iniciativa que se considerava profanada pela intervenção do Estado Brasileiro. Rejeitava, ainda, a estrutura sindical oficial e postulava a sua liberação da tutela do estado, portanto, contra o imposto sindical e política trabalhista ⁸².

Reformismo Agrário e Igreja Católica

Nos discursos de campanha eleitoral para a Presidência, Jânio Quadros comprometia-se com uma proposta orgânica de transformações para o país, amoldando num todo as seguintes proposições específicas: política externa independente, extensão das leis sociais e previdenciárias para o campo e reforma agrária ⁸³. No entanto, a despeito de suas eventuais intenções, nada disto se concretizaria. De todo modo, a descrição de algumas das medidas do Executivo, permite sugerir as alianças e as oposições que então se formariam.

No mês de abril, seriam formadas pelo ministro do Trabalho três “comissões especiais” com objetivos de propor medidas para a extensão da previdência social para trabalhadores rurais e empregados domésticos, assim como, seria constituído um grupo de trabalho para propor alterações na legislação sindical, em maio ⁸⁴. E, no mês de abril, constituía-se um grupo de

⁸¹ Cf. Decreto 50270, de 3 de abril de 1961, Dispõe sobre financiamento para construção ou aquisição de imóvel destinado à sede de entidades sindicais, Lex. Legislação Federal e Marginalia, XXV, tomo 1.

⁸² Cf. BELOCH, I e ABREU, A ob. cit.

⁸³ Cf. CAMARGO, A A , ob. cit., páginas 168 e seguintes.

⁸⁴ Cf. Portaria n. 191, de 29 de abril de 1961, DOU, P1-S1, de 4 de maio de 1961, Designa comissão especial para estudar a extensão da Lei Orgânica da Previdência para os trabalhadores rurais; Portaria n. 180, de 17-4-61, DOU- P1-S1, de 4 de maio de 1961, Designa comissão especial para estudar a extensão da Lei Orgânica da Previdência para os empregados domésticos; Portaria n. 194, 3-5-61, DOU de 5-5-61. Cria grupo de trabalho para propor alterações nas leis sindicais, Cf. Boletim do Ministério do Trabalho, jan-dez de 1961. A “comissão especial” que estudaria a questão da LOPS para os rurais foi presidida por Gastão Quartim Pinto de Moraes e representavam o MTPS Silvio Pinto Lopes e Estanislav Fischlovitz. Contava ainda com: um representante do Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura, Eliseu Alvarez Pujol; um representante da Confederação Rural Brasileira, Raul Renato Cardoso de Mello Filho e uma representante do Sindicato das Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, Vera Arantes Antunes.

trabalho para discutir e equacionar a reforma agrária. Presidido por Milton Campos, contaria com a participação de D. Hélder Câmara, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e mais as seguintes personalidades: os economistas Rômulo de Almeida e Inácio Rangel, os deputados Barbosa Lima Sobrinho e Nestor Duarte e, finalmente, Edgar Teixeira Leite, representando a Confederação Rural Brasileira ⁸⁵.

No entanto, diante desta disposição de decidir a questão, a reação conservadora seria violenta e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD - patrocinaria importante seminário, reunindo o empresariado e suas associações, que acabaria por definir-se por uma reforma agrária que não significasse mobilizações camponesas e que fosse dirigida por uma autarquia a ser criada pelo governo ⁸⁶.

Diante de tais pressões, esse reformismo minguaria e ainda que nada mais concreto se fizesse para os trabalhadores, as alianças de Jânio Quadros com o Movimento Trabalhista Renovador de Fernando Ferrari e a publicidade que cercava o debate da "reforma agrária", criariam um ambiente favorável a aprovação, em primeira instância, para extensão de leis sociais ao campo. Desse modo, o projeto de Ferrari - Estatuto do Trabalhador Rural - ETR - seria aprovado na Câmara dos deputados, em 28 de junho daquele ano.

Caberia, ainda mencionar algumas decisões do Executivo, relativas à Campanha Nacional de Educação Rural - CNER - pelas quais Jânio Quadros ⁸⁷ ampliava o aval por Juscelino Kubitschek à Conferência Nacional dos Bispos.

⁸⁵ Os resultados dos trabalhos deste GT seriam concluídos apenas em março de 1962, quando seriam formalmente entregues ao primeiro ministro Tancredo Neves e receberia o nome de Estatuto da Terra.

⁸⁶ Cf. CAMARGO, ob. cit., páginas 168 e seguintes.

⁸⁷ Cf. Decreto 50241, 28 de janeiro de 1961, Modifica do decreto 46376 de 7 de julho de 1959 e dá outras providências, Lex. Legislação Federal e Marginália, XXV, tomo 1. Atribuía, o decreto, a

Assim, pela decisão do executivo ⁸⁸, o Movimento de Educação de Base -MEB - passaria a ter o apoio e a contar, de novo, com financiamentos do governo, que recomendava, para o período de 1961 a 1965, a fundação de quinze mil escolas radiofônicas nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país.

Assim, o MEB deveria estar efetivamente na direção dos trabalhos, coordenando todas suas fases, desde a eleição de projetos prioritários até sua execução. Orientava, ainda a decisão do executivo, para que colaborassem com o MEB os seguintes órgãos públicos do Ministério da Educação e Cultura: Campanha Nacional da Educação Rural, Campanha Nacional de Educação de Adultos, Campanha Nacional da Merenda Escolar, Campanha de Erradicação do Analfabetismo e Sistema Rádio Educativo Nacional - Sirena. Pelo Ministério da Agricultura deveriam colaborar: o Serviço de Endemias Rurais, Instituto Nacional de Imigração e Colonização e, finalmente, Serviço de Transportes da Força Aérea Brasileira, Departamento de Obras contra a Seca, Sudene e Comissão do Vale de São Francisco ⁸⁹.

competência para diversos outros órgãos colaborarem com a CNER, entre os quais: Serviço Social Rural, Sistema Rádio Educativo Nacional, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e outras.

⁸⁸ Cf. Decreto 50370, 21 de março de 1961, Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias a sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro Oeste a serem empreendidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Nordeste, Lex.Legislação Federal e Marginália, XXV, Tomo 1. Esse decreto destinava uma cota de 414.300 milhões de cruzeiros, para o exercício de 1961, verba esta que deveria sair dos orçamentos dos órgãos públicos envolvidos em convênios com o MEB. Tais verbas seriam liberadas bimensalmente e depositadas por antecipação em conta no Banco do Brasil.

⁸⁹ Além dos já citados, estavam também envolvidos os seguintes órgãos: Serviço Social Rural, Superintendência do Ensino Agrícola, Departamento Nacional de Produção Animal, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Serviço de Informações Agrícola, Comissão Técnica do Rádio, Departamento Nacional de Correios e Telégrafos, Departamento Nacional de Obras e Saneamento e Superintendência de Valorização da Amazônia.

Tinha, portanto, a CNBB muitas portas abertas para cobrir os gastos da campanha educativa e social, bastando que fizesse convênios com tais órgãos.⁹⁰

No entanto além de financiar o MEB, Jânio distribuiria mais verbas e investiria, também, na Associação Brasileira de Crédito e Assistência Social Rural - ABCAR e suas filiadas as “associações rurais”. Tais entidades, reconhecidas como de colaboração com o Governo Federal, teriam seus “planos diretores quinquenais” por ele aprovados e seus orçamentos cobertos em 60%, por verbas da União.

Para tanto, Jânio Quadros se propunha a cobrir tais despesas, para os exercícios de 1961 e 1962, via dotações orçamentárias dos anexos dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Cultura e Saúde, além de contribuições através de instituições oficiais de crédito e recursos do “3º Acordo do Trigo” (acordos Brasil- Estados Unidos). De todo modo, o orçamento do plano diretor da ABCAR girava em algo como dois bilhões e seiscentos e noventa e dois milhões de cruzeiros ⁹¹.

Algumas Conclusões

Ao final da década de cinquenta, a Igreja Católica ⁹², através da Conferência Nacional dos Bispos, acrescentaria, através de seus trabalhos de

⁹⁰ Ver Decreto 50241, de 28 de janeiro de 1961. Modifica o Decreto 46376, de 7 de julho de 1960 e dá outras providências. Cf Lex.Legislação Federal e Marginalia, XXV, tomo 1, 1961, folha 76. Atribuía-se, assim, ao Serviço Social Rural, ao Sistema Radio Educativa Nacional, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e outras as competências para executar o programa de educação de base.

⁹¹ Cf. Decreto n° 50623, de 19 de maio de 1961, Disciplina a assistência financeira da União à ABCAR e dá outras providências, Cf. Lex. Legislação Federal e Marginalia, XXV, tomo 1, pag. 482.

⁹² A Ação Católica Brasileira, como se sabe, expressa um movimento da Igreja Católica que com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, passaria a contar com maior autonomia em relação às diretrizes dos bispos de cada diocese. Tinha, portanto, competência para ditar orientações de âmbito nacional, afastando-se, assim, dos limites das políticas paroquianas e do poder local. Abrigaria

educação popular e assistência, outros atores políticos às bases sociais e políticas agrárias.

De todo modo, o bispo de Natal, D. Eugênio Sales seria pioneiro nesse trabalho social e desde o início da década de 50, lançaria programas de educação e assistência rural, o que resultaria na fundação do Serviço de Assistência Rural - o SAR. Num sentido mais amplo, a CNBB em seu esforço de conscientização das populações, representaria um fórum de debates e de intervenções importantes, tanto no que se refere a “questão nordeste”, quanto as “questão da miséria e da ignorância” no todo do país.

Neste rumo, a reunião dos bispos do Nordeste no “Congresso de Salvação do Nordeste” projetaria a Conferência Nacional do Bispos no cenário político nacional e abriria caminhos para seu programa de desenvolvimento social. Interessante, portanto, registrar a aproximação da “ala jovem” do Partido Social Democrático da Igreja Católica na consolidação do trabalho de “educação de base”, tendo obtido apoios do Governo Juscelino Kubitschek e incentivos financeiros.

Por essa via, também, o apoio do presidente Jânio Quadros seria importante para o crescimento deste programa de educação social e política. Desse modo, o MEB se expandiria para todo o Nordeste e Norte através da constituição de equipes especializadas, e se consolidaria, avançando na conquista das bases rurais que tanto ocupavam a imaginação do trabalhismo.

No entanto, enquanto o trabalhismo buscava construir uma legitimidade para sua proposta de modernização do campo, via debate parlamentar e pressões sociais difusas, enfrentaria disputas com outras forças políticas que se

importante trabalho social e político que operava na direção de uma maior secularização das relações

organizaram junto as suas “bases populares” urbanas. Desse modo, as divisões do movimento sindical urbano compunham a luta pelo poder político nacional. “Ministerialistas” e “renovadores sindicais” passariam a contar com financiamentos externos ao trabalhismo, sejam recursos externos ao país, sejam recursos provenientes de setores do empresariado.

Em outra direção, o trabalhismo janguista conseguiria rearticular a herança trabalhista e suas bases sindicais, na medida em que a modernizaria, criando um modelo sindical que trazia o sindicalista para dentro dos mecanismos de gestão da política trabalhista. Projetavam-se, assim, novas formas de remontar algumas das antigas alianças com as tendências pecebistas e petebistas. Potencializava-se, efeitos positivos na luta pela conquista das bases rurais.

Outras forças trabalhistas enfrentariam, em termos, o janguismo, tais como o Movimento Trabalhista Renovador e o grupo Compacto. No entanto, tais trabalhistas uniam-se na proposta agrária, defendendo o camponês e a reforma agrária.

Deve-se indicar, no entanto, as grandes diferenças entre as três correntes trabalhistas ainda que em unidade quanto à questão agrária. Nesse sentido, o projeto Fernando Ferrari era o mais moderado, propondo a extensão das leis sociais e do sindicalismo ao campo, assim como, controles quanto ao sistema maior latifundiário. O Grupo Compacto, por seu lado, defendia a reforma agrária radical, com desapropriação da terra por interesse social e abria-se para alianças com o janguismo.

Desse modo, o Governo Goulart, de setembro de 1961 a abril de 1964, traria para um primeiro plano a questão da sindicalização dos trabalhadores rurais. E a Igreja já contava com seus trabalhos de educação popular e assistência social, o que a colocava em boas condições para essa disputa.

Os trabalhadores rurais e os camponeses, os grandes *outsideres* do trabalhismo, passam a constituir-se em peça importante dessa nova estratégia cristã. Pode-se concluir que a questão da promoção da organização das massas rurais entraria na ordem do dia, o que constitui assunto para o capítulo 3.

Quadro I - Medidas Trabalhistas no Governo Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961)

DECRETOS, LEIS E PORTARIAS- MTPS *	DATAS ASSINATURA DOU	OBJETIVOS
Portaria- Resolução Comissão de Imposto Sindical - CIS	30-1-61	Comissão de Imposto Sindical - CIS - passa a colaborar na arrecadação do imposto sindical
Decreto n. 50270	9-2-61	Dissolve a Comissão de Imposto Sindical- CIS- e instala comissões de sindicância
Decreto n ° 50323	7-3-61	Dispõe sobre a composição da Comissão Técnica de Orientação Sindical - CTOS - e instala comissões de sindicância
Decreto 50370 *	21-3-61	Dispõe sobre sobre Movimento de Educação de Base. Formaliza convênios e financiamentos
Portaria- Resolução da CIS	21-3-61	Suspensão do funcionamento das seções regionais da CIS em Alagoas e Santa Catarina
Portaria- Resolução CIS	29-3-61	Prorroga prazo de Comissão de Inquérito na CIS
Decreto 59397 *	3-4-61	Dispõe sobre financiamento de sede própria para sindicatos, verbas Institutos da Previdência Social
Portaria n ° 191	4-4-61	Cria "Comissão Especial" para estudar e propor a extensão rural da Lei Orgânica da Previdência- LOPS
Portaria n °. 194	5-5-61	Cria Grupo de Trabalho para propor alterações nas leis sindicais
Despacho Ministerial	18-5-61	Isenta o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreiros, Serinhaem e Rio Formoso, PE, de cumprir exigências da CLT
Decreto 50632	19-5-61	Disciplina assistência financeira da União às Associações Rurais que menciona. Declara de utilidade pública as Associações de Assistência Rural e Crédito Agrícola que menciona: Abcar, Acar, Acares, Acaresc, Ancar, A scar, Acar-Go, Acar-RJ, Acarpa.
Resolução CIS	20-5-61	Aprova a previsão orçamentária do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Serinhaem
Decreto 50781	10-6-61	Prorroga Intervenção na CIS

Fontes: Diário Oficial da União , janeiro a agosto de 1961, Imprensa Oficial , Rio de Janeiro. * Lex. Legislação Federal e Marginália, XXV, tomo 1.

Capítulo 3

“Sindicato de Trabalhadores Rurais” no Parlamentarismo

Introdução:

O governo João Goulart, de setembro de 1961 a abril de 1964, se iniciaria num quadro político de instabilidades e polarizações. Esquemas de quebra da ordem constitucional, tendo o Congresso Nacional à frente, vetavam o nome de Goulart para suceder Jânio Quadros. Como se sabe, ampla frente política seria formada, reunindo reformistas e outras forças legalistas para garantir sua posse. A "Rede da Legalidade" se formaria e tinha como sustentação personalidades e forças políticas expressivas como os governadores dos estados de: Goiás, Mauro Borges, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, PTB e Paraná, Nei Braga, Partido Democrata Cristão - PDC. Tinha, também, o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista - FPN; dos militares nacionalistas, organizados no Clube Militar; do Partido Comunista Brasileiro; de sindicalistas e dos estudantes através da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira de Estudantes, além de outras forças políticas menores ¹.

Um acordo político com o PSD seria estabelecido e sacramentado em votação no Congresso Nacional ², sob a pressão de deslocamentos de tropas militares ³, implantando-se o parlamentarismo como forma de governo, regime que se prolongaria de setembro de 1961 até janeiro de 1963.

¹ Aldo Arantes, presidente da UNE e seu assessor Herbert de Souza apoiariam a Rede da Legalidade, deslocando-se para o Rio Grande do Sul para receber João Goulart. Cf. SOUZA, L.A. A JUC: os Estudantes Católicos e a Política, Petrópolis: Vozes, 1984.

² A Emenda Constitucional n. 4 instituiu o parlamentarismo como regime de governo, a 2 de setembro daquele ano, e previa o retorno ao presidencialismo em 1964. Este acordo seria referendado em votação na Câmara dos Deputados, com duzentos e trinta e seis votos a favor e nove contrários, sendo que quarenta e sete desses votos pertenciam à bancada petebista.

³ A votação se daria sob a "garantia" do general Machado Lopes, comandante do IV Exército, que marcha com suas tropas para o eixo São Paulo-Brasília.

Se esse governo divide-se, do ponto de vista do regime, em duas fases distintas, parlamentar, de setembro de 61 a janeiro de 63 e presidencialista, até abril de 64, para a questão do sindicato rural se deve trabalhar com outra periodização. De todo modo, a periodização que proponho leva em conta o início da adoção de decisões reformistas pelo executivo para a questão agrária e, portanto, considero dois períodos com datas diversas daquelas apresentadas acima, a saber, primeiro período: parlamentarista, setembro de 61 a julho de 62, abrangendo o gabinete do Primeiro Ministro Tancredo Neves; e o segundo período dividido em duas fases: fase do epílogo parlamentarista, de julho de 1962 a janeiro de 1963, com os gabinetes dos primeiros ministros Brochado da Rocha e Hermes Lima e, finalmente, fase propriamente presidencial, de janeiro de 1963 a abril de 1964.

Justifica-se, essa proposta, com a consideração de que a queda do Gabinete Tancredo Neves restauraria, quase inteiramente, os poderes presidenciais de Goulart. No período do epílogo parlamentarista, o movimento sindical ganharia força política e entraria no jogo do trabalhismo. Apoiaria, assim, o governo que implementaria parte de suas reivindicações, posto que os mecanismos da velha máquina voltariam a funcionar e operariam na direção de remontar antigas alianças. Por outro lado, como se sabe, no período presidencialista, o movimento popular explodiria em várias direções, levantando a bandeira da cidadania plena e da igualdade, tal como se pode apreender das lutas por direitos sociais, em que a luta dos sargentos das Forças Armadas por direitos civis seria apenas uma entre

muitas. Lembro, a propósito, o sugestivo título do livro de Moniz Bandeira “O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil. 1961-1964” ⁴.

Presidente, Sindicatos e a Estratégia do “Novo”Trabalhismo

Goulart assumiu o governo num quadro de compromisso com militares nacionalistas e sob a vigilância de um Congresso Nacional composto majoritariamente pelo PSD, mas que comportava, na prática, as articulações das duas grandes frentes políticas do período, a saber, a “reformista” da Frente Parlamentar Nacionalista e a “democrática” da Aliança Democrática Parlamentar, tal como então se auto denominavam. Ainda assim, compromissos uniriam o presidente aos sindicalistas e à FPN e relacionavam-se ao projeto de realizar as “reformas constitucionais” para a afirmação do projeto de “reforma da nação” e, com isto, “modernizar” o pacto getulista.

No entanto, a Igreja Católica sinalizaria, para o novo presidente, sua posição diante das “reformas” e apontava suas novas pretensões. Logo após a posse presidencial, em outubro daquele ano, o secretariado da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB - divulgaria documento arrolando as mudanças consideradas necessárias na sociedade rural e na estrutura política do país. Acatando as orientações papais contidas na Encíclica *Mater et Magister*, do papa João XXIII, que orientava a necessidade de construção de uma justiça social e promoção humana, a

⁴ Ver BANDEIRA, Moniz O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil. 1961-1964 , RJ: Civilização Brasileira, 1977.

CNBB conclamava as suas entidades a tarefa inadiável de promover a sindicalização dos trabalhadores rurais brasileiros ⁵.

No entanto e no meio de tanto compromisso, o presidente se apresentaria como prócer do trabalhismo e assumiria a trilha da mobilização sindical, o que implicava em substituir velhos pelegos por novos dirigentes sindicais afinados com as propaladas reformas. Erickson, 1979, sustenta que ocorreria um deslocamento daqueles sindicalistas “ministerialistas”, substituídos por sindicalistas de esquerda ⁶.

Indicativas, também, dessa estratégia de mobilização seriam, de um lado, a presença do presidente no “1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, o Congresso Camponês tal como ficaria conhecido, em novembro de 1961, e de outro, a sua interferência nas eleições para a diretoria da Confederação Nacional de Trabalhadores Industriais - CNTI ⁷.

Nesse rumo, nas eleições para a CNTI, também em novembro daquele mesmo ano, Goulart apoiaria a chapa de oposição encabeçada por Clodomir Riani, o que pode dimensionar o quanto se estava apostando na

⁵ Esse posicionamento do secretariado da CNBB resultaria nas orientações contidas no “Plano de Pastoral de Conjunto”, que instava pela necessidade do trabalho conjunto das diferentes entidades da Igreja. Assim, o Movimento de Educação de Base - MEB e a Ação Católica Brasileira - ACO deveriam trabalhar pela sindicalização juntamente com outros setores ligados à Igreja. Ver: BELLOCH, I e ABREU, A, ob cit, vol 1 e WANDERLEY, L.E.W Educar para Transformar. Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base, Petrópolis: Vozes, 1984.

⁶ Conforme Erickson, 1979: 146 (...) tensões entre velhos pelegos e os comunistas e outros ativistas de esquerda do movimento sindical (...) os dois grupos disputaram a liderança do movimento sindical e o domínio passou dos velhos pelegos para os esquerdistas dos sindicatos em greve e seus aliados em outros sindicatos. Assim na sucessão presidencial, a greve geral convocada pelos sindicalistas atingiria principalmente transportes e alguns setores industriais (...) Igualmente marca o conflito entre velhos pelegos e forças de esquerdistas, a greve geral sair apesar do não apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais - CNTI (...)

⁷ Não é necessário dizer que esta confederação tinha peso relevante no processo de direção e encaminhamento das lutas sindicais. Os imensos recursos provenientes das verbas sindicais - recolhia

retomada das lutas sindicais pelas reformas e nas alianças com o sindicato de esquerda. Por outro lado, esse episódio indica a disputa acirrada pelo controle das direções operárias que neste caso específico, estavam polarizadas entre aquela de esquerda e duas diferentes chapas à direita, concorrendo, assim, três chapas. A chapa PTB-PCB ⁸, com Clodomith Rianni na presidência, derrotaria dois adversários, a saber, Deocleciano de Holanda Cavalcante, dirigente da confederação há três gestões consecutivas, velho pelego e a chapa de Heraci Fagundes Wagner, representante do Movimento Sindical Democrático - MSD, corrente adversária do trabalhismo e apoiada pela União Democrática Nacional - UDN - e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD ⁹.

Para Lucília Delgado, 1986: 52, essa nova diretoria da CNTI daria grande sustentação para a futura criação do Comando Geral dos Trabalhadores- CGT, em agosto de 1962. Importa lembrar que a estrutura sindical participava da gestão dos órgãos da Previdência Social, ingrediente principal para a mobilização ¹⁰, e compunha, também, o quadro da disputa.

o imposto sindical de todos os trabalhadores industriais - e a potencial influência sobre o movimento dos operários industriais atestam a importância estratégica do controle sobre essa central.

⁸ De todo modo, a chapa encabeçada pelos comunistas apoiava um programa mínimo com os seguintes pontos: imediato cumprimento da LOPS, lei de reforma da Previdência Social; criação do 13º salário; participação dos empregados nos lucros das empresas; salário família; regulamentação do direito de greve; autonomia sindical e férias de trinta dias. A nova diretoria da CNTI contava, ainda, com os sindicalistas: Dante Pelacani, Hécules Correia, Tenório de Lima, entre outros.

⁹ O MSD agrupava os sindicalistas que não participavam da aliança PTB-PCB e tinha na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, presidida por Antônio Magaldi, e na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, presidida por Sindulfo Alves Pequeno, sua grande sustentação. Fundado no 1º Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, realizado em São Paulo, julho de 1961, com o apoio do Partido Democrata Cristão e com a presença do governador daquele estado Carlos Alberto de Carvalho Pinto, assim como, com a presença de um representante da UDN carioca e da personalidade de Carlos Lacerda, propunha-se a lutar contra o sindicalismo trabalhista. Posicionava-se contra o imposto sindical e pela defesa dos valores do Bloco Ocidental, identificando o trabalhismo com a comunização do país. Cf. BELLOCH, I e ABREU, A, ob. cit.

¹⁰ Ver DELGADO, L.A O Comando Geral dos Trabalhadores. 1961-1964, Petrópolis: Vozes, 1986.

Nessa orientação mobilizante, presidiria e financiaria, também Goulart, o Congresso Camponês, igualmente realizado em novembro de 1961. Falando aos participantes, se comprometeria com a realização da reforma agrária via desapropriação de terras sem indenização em dinheiro e com a sindicalização imediata dos trabalhadores rurais e extensão das leis sociais para a agricultura.

Ainda assim, neste congresso, as forças de esquerda se apresentariam divididas. Divergiam, os partidários do Partido Comunista Brasileiro e do movimento pelas Ligas Camponesas, quanto aos rumos do movimento, incidindo sobre as táticas para seu desenvolvimento. O PCB postulava a necessidade de encampar as demandas camponesas, como por exemplo, defendia a regulamentação legal dos contratos agrícolas de parceria e arrendamento. Na perspectiva dos representantes das Ligas, defender tais reivindicações identificava-se a reconhecer tais condições de trabalho e, com isto, enfraquecer a luta maior pela terra ¹¹. De todo modo, sairia desse congresso uma pauta de lutas em que se uniam as demandas do PCB àquelas das Ligas. Quer dizer, para aquele partido era importante a legalidade para as associações de trabalhadores e lavradores, tanto porque sem o apoio do trabalhismo elas não se sustentavam, quanto porque era partidário da negociação com o governo. ¹²

¹¹ Sobre o “congresso camponês”, ver também Costa, 1990:130. Cf. COSTA, Luiz F.C. O PCB e a questão do sindicalismo rural. Tese de Doutorado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, SP, 1990.

¹² Pela “declaração de Belo Horizonte”, tal; como ficaria conhecida, propunha-se, ainda, o seguinte programa: lutar pela reforma agrária, na lei ou na marra; reforma agrária entendida como expressão da ação organizada das massas; incentivar a aliança com os operários urbanos e estudantes e demais forças nacionalistas e democráticas; necessidade de alterar a Constituição e lutar pela desapropriação das terras via títulos de dívidas públicas; entre outros. Cf. BELLOCH, I e ABREU, A. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. 1930-1986, vol. 2, RJ: Forense/FGV, 1986.

Algumas medidas práticas do Executivo apontam para o fato de que se buscava a sedimentação de tais alianças políticas, ou melhor, se procurava reconstruí-las. E a estratégia de inclusão dos trabalhadores rurais a este pacto trabalhista não era mera figura de retórica ¹³. Passava, sem dúvida, pela organização sindical dos rurais e pela divisão da terra. Neste sentido, seus instrumentos políticos principais estavam, sem dúvida, na extensão da Previdência Social e na realização da reforma agrária.

Caberia, portanto, se perguntar porque essas medidas reformistas agrárias não seriam tomadas, o que implica em se indagar quais alianças e compromissos teriam tentado impedir a posse de Goulart em setembro de 1961 e mais especificamente, qual teria sido o papel jogado pela “questão agrária”?

Sem querer fornecer respostas completas para tais indagações, apenas indico algumas sugestões para pensa-las. Obviamente, sabe-se que a posse do presidente legítimo condicionava-se à aceitação de fortes limites ao poder presidencial, fruto, ao menos em parte, de chantagens sobre a possibilidade de malversação de dinheiro público, do que se acusava Goulart. Se o janismo e suas mitologias acabaria por se auto desestruturar, com a renúncia em agosto de 1961, restavam incólumes algumas de suas bases de sustentação e alianças, que estavam alicerçadas, de um lado, nas verbas e incentivos públicos recebidos pelo Movimento de Educação de Base - MEB - da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, de outro, nos

¹³ Na continuidade de seu governo, Goulart assinaria a Lei Delegada n.º 11, em 10 de outubro de 1962, criando a Superintendência da Política Agrária - SUPRA. Caberia a esta autarquia, subordinada ao ministério da Agricultura, equacionar e fornecer respostas institucionais aos dois movimentos populares, tão importantes, ou seja, pela reforma agrária e por direitos sindicais e sociais para os trabalhadores rurais.

trabalhos de sindicalização que a Igreja, então, organizara em algumas regiões do país ¹⁴.

Pensar tais dilemas significa, para nós, acompanhar seus desenvolvimentos e entender que, para a questão agrária, seus passos condicionavam-se aos limites colocados pelo regime parlamentarista, assim como, sua dinâmica relacionava-se a progressiva erosão que o parlamentarismo sofreria. Tais encaminhamentos justificam a periodização que propomos.

Nesse sentido, o trabalhismo já tinha outros estrategistas adversários a sua dianteira e que ocupavam trincheiras importantes dentro do aparato institucional do estado. Por isso, a defesa do parlamentarismo também não era figura de retórica e o primeiro ministro pedessista usaria de modo eficiente suas prerrogativas e, rapidamente, tentaria consolidar o resultado da “partida” agrária a seu favor. Em oito meses de gestão, deixaria um saldo de cinquenta sindicatos de trabalhadores rurais fiéis as suas alianças que se orientavam para impedir que o velho trabalhismo ocupasse o espaço de representação dos rurais.

No entanto, os parlamentaristas errariam ao adotar o “jogo da soma zero”, arrasando seu adversário, posto que na estrutura sindical que se implantaria não sobraria nenhum espaço para a corrente sindical reformista e trabalhista. Esse capítulo trata da história da montagem desse desenho institucional e do uso que se fez da máquina e das verbas públicas, em nome do “sindicalismo livre”, paradoxo, do controle ministerial.

¹⁴ Importa lembrar que a campanha de educação popular do MEB recebera recursos e verbas do governo anterior e ganhara a direção do programa, contando, portanto, com uma razoável infra-

3.1) Ministério no Gabinete Tancredo Neves

O ministério de Tancredo é formado, basicamente, por políticos de seu partido mas, em quase sua totalidade, partidários da Frente Parlamentar Nacionalista. Assim, entre os políticos do PSD estava representada sua “Ala Jovem”¹⁵; com Antônio de Oliveira Brito, na pasta da Educação; Ulisses Guimarães, no Ministério de Indústria e Comércio e Armando de Queirós Monteiro Filho, no Ministério da Agricultura. Ainda por aquele partido, Hermes Lima ocupava a chefia da Casa Civil e ao PTB caberiam: Viação e Obras Públicas, com Virgílio Távora; Saúde, ocupado por Estácio Souto Maior, liderança pernambucana das “oposições coligadas”, frente do PSB, PTB e UDN. A ala udenista da FPN estava representada por Gabriel Passos que dirigia o Ministério de Minas e Energia. O ministério da Fazenda era de responsabilidade do banqueiro Walter Moreira Sales. O Conselho de Ministros contava, também, com o líder de um “bloco partidário” no Congresso Nacional, formado pelas seguintes agremiações: Partido Democrata Cristão, Partido Socialista Brasileiro, Partido Republicano e Partido Trabalhista Nacional, na personalidade de André Franco Montoro, que ocuparia o ministério do Trabalho, e a democracia cristã estaria, pela primeira vez, a frente daquele ministério.¹⁶, deslocando o PTB de seu espaço tradicional.

estrutura oficial para fazer seus trabalhos políticos no campo. Ver capítulo 2 - Trabalhismo, Questão Agrária e Representação: novos personagens e conflitos sobre uma pauta de direitos, desta tese.

¹⁵ A “ala jovem” do PSD reunia os seguintes parlamentares: Armando de Oliveira Brito, do Rio Grande do Sul; José Joffly, da Paraíba; Cid Carvalho, do Maranhão; e Armando de Queiroz Monteiro Filho, de Pernambuco. Esse último integrava a FPN e tinha compromissos com a realização da reforma agrária.

¹⁶ Franco Montoro tinha em seu curriculum político, àquelas alturas, uma trajetória no executivo paulista, via a participação de seu partido na eleição de Carvalho Pinto para o governo do estado de São Paulo, em 1958, tendo integrado a secretaria daquele governo. Era também presidente

O programa de governo do gabinete Tancredo se definia por um posicionamento reformista e fundava-se nas seguintes orientações gerais: política externa independente seguindo os passos do governo anterior; política favorável à reajustes salariais corretores da inflação; apoio à reforma agrária; promoção à cidadania de acordo com a pastoral *Mater et Magister* do papa João XXIII; limitações às remessas de lucro do capital estrangeiro investido no país, entre outras ¹⁷.

3.2) Comissão Nacional de Política Agrária

No entanto, o tom político moderado da política agrária dessa fase parlamentar expressa-se no anteprojeto de lei de reforma agrária apresentado pela "comissão de notáveis", uma herança da abortada administração janista. Conforme Aspásia Camargo(1981: 194):

(...) O texto final do Estatuto da Terra, que será aprovado pelo Congresso e regulamentado no Governo Castelo Branco, é encaminhado a Tancredo Neves a 17 de janeiro de 1962 (...).

De todo modo, o sentido maior desse ante projeto ¹⁸ estaria em tentar institucionalizar parte das demandas das massas rurais sem alterar a Constituição, restringindo as desapropriações por interesse social apenas às terras inexploradas, ou àquelas com investimentos públicos, ou

daquele partido, assim como, militante da Ação Católica Brasileira. Na crise da posse de Goulart votaria pelo parlamentarismo.

¹⁷ Ver BELLOCH, I e ABREU, A, 1984., vol 3 e BANDEIRA, Moniz, 1977.

¹⁸ O Estatuto da Terra é de autoria dos seguintes componentes do grupo de trabalho formado na administração de Jânio Quadros: deputado Milton Campos; D.Helder Câmara, presidente da Ação Católica Brasileira e secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Thomas Pompeu Accioly Borges; Ignácio Rangel; D. Ivan Luz, presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; João Napoleão de Andrade, presidente da Associação Brasileira de Associações Rurais-

indispensáveis ao abastecimento público. Estabelecia, ainda, que os posseiros com mais de cinco anos na terra deviam ter acesso à propriedade e formulava condições de algum controle sobre os arrendamentos, estipulando limites para a cobrança dos aluguéis das terras e condições limitadoras para pagamentos de arrendamentos em produtos. Estendia a lei social para o trabalhador agrícola.

De todo modo, destacaram-se duas orientações do executivo sobre a “questão agrária”: a formação de um conselho para regulamentar a política agrária e o início de campanha de sindicalização. Comento, a seguir, algumas medidas do Executivo e seus desdobramentos.

Tancredo Neves criaria um conselho para equacionar a reforma agrária, seguindo a tradição de alguns governos do período ¹⁹. Criado por decreto, o Conselho Nacional de Reforma Agrária- CNRA - ²⁰ teria seus membros nomeados pela presidência da República, com a incumbência de formular diretrizes para aquela reforma. O CNRA seria presidido pelo ministro da agricultura Armando Queirós de Monteiro Filho e reuniria o secretário geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB- D. Hélder Câmara e personalidades políticas importantes, como Pompeu de Acioli Borges e Paulo Schilling, assim como um político do PSD e um representante da Sociedade Rural Brasileira.

ABCAR; Janes Angelo de Souza, Ministério da Agricultura; Edgard Teixeira Leite, Confederação Rural Brasileira- CRB. Cf. CAMARGO, A A ob.cit.

¹⁹ O presidente Jânio Quadros tomara a decisão de formar um “grupo de trabalho” para assessorar-lo na realização da reforma agrária. Entendia a sua necessidade urgente e pronunciara-se sobre o modelo a ser seguido. Assim, declarava que eram prioritárias: as terras dos latifundiários e as terras próximas aos centros urbanos. Por outro lado, considerava essa reforma mecanismo importante para: promover a distribuição das riquezas, possibilitar a extensão das leis sociais e previdência social aos trabalhadores do campo e elevar a produtividade da agricultura, onerada pela especulação imobiliária.

Interessante destacar os critérios que presidiram a formação do órgão executivo deste CNRA, contando com integrantes da ala jovem do PSD e, principalmente, com a personalidade do secretário geral da CNBB.

Cabia ao CNRA caracterizar e apontar as regiões do país prioritárias para a reforma agrária, levantar as terras públicas rurais da União e traçar diretrizes para o financiamento da distribuição de terras. Passaria a ter sob sua competência o Serviço Social Rural e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ambos órgãos, até então, de jurisdição do ministério da Agricultura ²¹.

Este ensaio de política agrária privilegiaria a realização de planos de extensão rural, que seriam cobertos financeiramente pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo e contariam com a sustentação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural do sistema da Confederação Rural Brasileira. Finalmente, teria a incumbência de acompanhar o debate parlamentar sobre a reforma agrária.

De todo modo, o reformismo agrário pedessista sofreria fortes recusas por parte do empresariado. Nesse sentido, os pronunciamentos e pareceres técnicos veiculados, naquele momento, pela mídia da Confederação Rural Brasileira, pela revista Gleba pontuavam uma oposição radical diante do Estatuto da Terra, o que os situavam à direita do moderado projeto do

²⁰ Cf. Decreto n. 612-A, 15 de fevereiro de 1962, DOU, 23-02-1962. Esse decreto extingue a Comissão Nacional de Política Agrária, criada pelo D. 29803, 25-7-1951 e cria o CNRA.

²¹ O Serviço Social Rural era um órgão do Ministério da Agricultura encarregado de coordenar uma “política social e assistencial” cujas diretrizes não eram muito claramente definidas. Cabia e ele promover a extensão rural, ou seja, levar aos “agricultores” as novas e milagrosas técnicas agrícolas que pensava-se poder resolver os “atrasos” da agricultura brasileira. De todo modo, seria criado, em 1957, por pressão da Confederação Rural Brasileira e pode-se afirmar que expressava uma tentativa de produzir uma resposta política e ideológica ao debate nacional do trabalhismo sobre a questão agrária.

CNRA. Assim, aquela revista postulava que: a) as terras valorizadas eram intocáveis, fossem aquelas próximas aos centros urbanos populosos ou aquelas localizadas em regiões econômicas estratégicas pelas economias externas que possuísem; b) as terras de propriedade pública eram prioritárias para a reforma agrária; c) as terras de particulares poderiam integrar-se à reforma, desde que pagas em dinheiro; d) propunha a formação de uma autarquia para encaminhar soluções para a questão agrária. De modo breve, é dessa natureza o mote em torno do qual a CRB, a Sociedade Rural Brasileira e outras aceitariam entrar no debate ²² e negociar a questão.

Antes de finalizar essa parte relativa a reforma agrária, importa destacar a atuação do ministro da Agricultura, Armando Queirós Monteiro Filho, vice líder do PSD no Congresso Nacional, de 1958 a 1961, e integrante da FPN. Tal ministro apresentaria uma proposta de reforma agrária fundada, duplamente, na distribuição de terras e em planos de mecanização da produção agrícola, relacionando a desapropriação a uma tributação progressiva das terras consideradas improdutivas. Ainda assim, previa a desapropriação por interesse social dos latifúndios e para a realização de sua proposta, defendia a transferência da cobrança municipal do imposto territorial para a alçada da União. Propunha, ainda, facilitar o acesso do pequeno produtor ao crédito oficial ²³.

De todo modo, este conselho executivo não conseguiria executar quase nada, funcionando muito mais como fórum de debates e

²² Ver Revista Gleba, n.º 84, ano VIII, jun-set de 1962.

acompanhamento dos debates parlamentares. Interessante observar que cabia ao Ministério da Agricultura responder, também, pelo encaminhamento das duas orientações políticas, reforma agrária e sindicalismo, dado que apenas o patronato estava organizado corporativamente.²⁴ Como se sabe, a Sociedade Rural Brasileira e o sistema da Confederação Rural Brasileira representavam um grupo de pressão sistematicamente contrário a quaisquer reformas e que defendia, intransigentemente, a manutenção do status quo agrícola.

Finalmente, como se sabe, dadas as pressões contrárias, o gabinete Tancredo Neves não conseguiria fazer funcionar e iniciar a reforma agrária, mas, conseguiria entrar em acordo com a Confederação Rural Brasileira e colocar seu ministro do Trabalho no comando da sindicalização rural, o que resultaria na oficialização, via aquele ministro do Trabalho, de uma rede nacional de sindicatos rurais formados e fundados pela Igreja Católica.

Não obstante Tancredo Neves ter tomado iniciativas para construir uma frente política com a Igreja Católica através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, deve-se mencionar que, no período das eleições presidenciais de 1960, o grupo dos "renovadores" daquela Igreja patrocinaram outras alianças políticas especificamente à direita.²⁵

²³ Criaria, também, a proposta do Fundo Federal Agropecuário- FFAP- na perspectiva de elevar as verbas de seu ministério. A implantação desse fundo, gestão Renato Costa Lima, elevaria a participação do MA no orçamento da União de 3 para 6%.

²⁴ Tal estrutura de representação era oficializada e vinculada ao Ministério da Agricultura, de modo semelhante àquela dos sindicatos de trabalhadores e do patronato ao Ministério do Trabalho

²⁵ Nos anos de 1960, importante aliança política se consolidara, unindo os bispos de Campos, estado do Rio de Janeiro, D. Antônio de Castro Mayer e o bispo de Diamantina, Minas Gerais, D. Geraldo Proença Sigaud, à Plínio Correia de Oliveira com a formação da Sociedade Brasileira de Defesa da Família e da Propriedade - TFP. O presidente da TFP, Correia de Oliveira tinha, desde a década de 50, fortes ligações com o bispo de Diamantina através do mensário, editado por aquele prelado, *O Catolicismo*. Nos anos 60, Correia de Oliveira, dirigente da "Congregação Mariana",

Não obstante tais radicalismos que se faziam em nome da Igreja, a CNBB na sua "5^a Assembléia Geral", em abril daquele ano, formularia diretrizes importantes para a questão sindical. Aprovaria-se um "Plano de Emergência" para uma reorganização do trabalho da Igreja, indicando a necessidade de renovar as paróquias e o clero para que pudessem se engajar nas "reformas sociais". Para tanto, seriam criados secretariados nacionais e regionais que deveriam programar os trabalhos sociais.

(...) Não deve ser minimizada a ação planejadora da Igreja como um todo, que por meio do "Plano de Emergência" e do "Plano de Pastoral em Conjunto", com a atuação dos vários secretariados nacionais, criou um clima propício em todas as regiões do território nacional e estimulou a que outros setores eclesiais e leigos aceitassem e participassem de uma Igreja Renovada e com forte presença social (...) Wanderley, 1984: 70.

3.3) Ministério do Trabalho no Gabinete Tancredo e os "Sindicatos de Trabalhadores Rurais"

O "Plano de Sindicalização" teria na regulamentação²⁶ da importante Comissão de Enquadramento Sindical um de seus primeiros atos administrativos, uma decisão partindo do Executivo, portanto, da alçada do presidente Goulart²⁷, que com esse ato trabalhava na direção de remontar

estaria à frente dos principais movimentos contra comunistas e trabalhistas e desenvolveria campanhas sistemáticas em defesa da manutenção do "status quo".

²⁶ Cf. Decreto Lei n. 1464, 18 de janeiro de 1962.

²⁷ Os gastos e orçamento do MT sofrem aumentos significativos no ano de 1962. Assim, no ano de 1962 passam a representar 6% do orçamento da União e quase dobra em relação aos anos anteriores. Em 1961 representa 3.6% do orçamento, em 1963, 3.6% e em 1964, 3.8. Tais aumentos devem-se a gastos com pessoal: se em 1960 há um incremento da ordem de 60% naquelas despesas em comparação com 1958, em 1962 cresceriam em 107% em comparação com 1960. Ver Erickson, 1979, páginas 104 e 114, quadros Q-D4 e Q-D7.

a máquina sindical trabalhista, atingida pelo governo anterior através de montagem de sucessivas intervenções e de comissões de sindicância.

A “campanha de sindicalização”, meta daquele Governo, seria iniciada através da Comissão de Imposto Sindical - CIS - com a realização de cursos de “formação sindical” financiados pelos fundos do imposto sindical em que a organização e a promoção dos cursos estava a cargo de convênios entre aquela comissão e entidades de direito público ou público privado. Deve-se, notar, no entanto que o orçamento do ministério do Trabalho sofreria incrementos significativos nesse ano. Neste rumo, tal orçamento representaria 6.2% do orçamento e despesas nacionais, e dobraria em comparação com os anos de 61, 63 e 64 (3.6%, 3.6% e 3.8%, respectivamente, sendo que os gastos com pessoal tem peso significativo ²⁸.

No entanto, contrariamente a este projeto trabalhista que se remontava, o ministro do Trabalho Franco Montoro ²⁹ conseguiria colocar a máquina trabalhista funcionando a seu favor. Teria a seguinte equipe ministerial: o Departamento de Organização e Assistência Sindical era presidido por Benjamin Eurico Cruz ³⁰, à frente da Comissão de Enquadramento Sindical estavam Néelson Marcondes Amaral, Justiniano José da Silva e Newton da Silva Lima ³¹.

²⁸ Se em 1960 há um incremento de 60% naquelas despesas em comparação com 1958, em 1962 cresceriam em 107% em comparação com 1960. Cf. ERICKSON, K., 1979., pag. 104 e 114, Quadros Q-4 e QD-7.

²⁹ Montoro teria a seguinte equipe de colaboradores e assessores: secretários João Carlos Meireles, Romeu Santoro, Ney Castro Neves, Jerônimo de Souza Leão e Nilo Campinho. Na equipe ministerial contaria com a colaboração de Benjamin Eurico Cruz, na direção do Departamento de Organização e Assistência Sindical - DOAS.

³⁰ Benjamin Eurico Cruz ocuparia o cargo de Ministro do Trabalho , de 14 de dezembro de 1962 a 23 de janeiro de 1963, em substituição a João Pinheiro Neto que se demite daquele cargo. Cf. Erickson , Benjamin daria continuidade a orientação de Pinheiro Neto, posto que eram próximos politicamente e da mesma corrente dentro do PSD.

³¹ Cf. Boletim do Ministério do Trabalho e Previdência Social , janeiro-dezembro de 1962.

Não obstante, formular uma pequena bagagem de atos administrativos, conseguiria muitas vitórias ³². Entre os atos administrativos do ministro do Trabalho, destacam-se portarias normatizando o uso dos fundos do imposto sindical, pelas quais se previam o financiamento de cursos de formação sindical. Eram medidas que restabeleciam as tradicionais atribuições trabalhistas da CIS, sustadas pelo Governo Jânio Quadros ³³.

De todo modo, e a título de curiosidade, registre-se uma certa burocratização nos procedimentos previstos por essa portaria, como se segue. Os cursos de formação deveriam ser solicitados àquela comissão e receberiam um parecer do Serviço de Assistência Educacional, considerando alguns critérios como: uma distribuição de recursos por unidades da federação que não ultrapassasse 1,5% do orçamento geral; cota máxima de dois cursos por sindicato; assim como, condicionava-se o deferimento dos pedidos à sua adequação ao plano traçado pelo SAE e seus setores regionais, entre outras normas ³⁴. Sugere, de todo modo, uma vigilância do ministro do Trabalho sobre os atos e as políticas do presidente Goulart.

Neste rumo, após a formalização de tais controles, dando prosseguimento a sua política de sindicalização, o ministro iniciaria o “processo de reconhecimento” de entidades sindicais rurais, usando de todas as suas prerrogativas. Como se sabe, o “sindicato oficial” (conforme

³² O conjunto das medidas administrativas tomadas podem ser visualizadas no Quadro 2 Medidas Trabalhistas Rurais- Ministério do Trabalho e Previdência Social (janeiro a junho de 1962.Brasil. Ver final desse capítulo.

³³ Cf. Portaria n. 66-A, de 1 de março de 1962, DOU de 8 de junho de 1962. Institui Cursos de Formação Sindical, Convênios entre a Comissão de Imposto Sindical e entidades de direito público ou direito público-privado Serviço de Assistência Educacional e Portaria 70, Regulamenta Cursos de Formação Sindical, via Comissão de Imposto Sindical, 13-03-62, DOU, 8-06-62.

expressão de Albertino Rodrigues, 1968) constrói-se na medida da tutela da vida sindical, o que se inicia com a oficialização da entidade. Em outros termos, o sindicato para ter existência legal, necessitava, em primeiro lugar, ser fundado como entidade pré sindical, para, algum tempo depois, após ter formalizado um “pedido de reconhecimento”, ganhar estatuto de sindicato. Ou melhor, a entidade, através de um “processo administrativo”, pedia autorização para funcionar, o que no jargão sindical é um “pedido de reconhecimento”. Apenas, sendo aceito este pedido, após exames e pareceres, receberia a “carta sindical”, fruto desse “apostilamento”, que é “concedida” diretamente pelo ministro do Trabalho.

Desse modo, sem, de longe desprezar a prática e procedimentos administrativos do MTPS, criaria-se um esdrúxulo e fisiológico sindicalismo rural, usando-se, para tanto, do poder indiscutível do ministro e de seus atos. Alguma coisa muda nessa nova prática oficializante e meia centena de sindicatos seriam legalizados, sem que tivesse transcorrido o tempo hábil para percorrer tais meandros administrativos.

Interessante, a propósito, a informação que Costa (1990: 168) registra sobre o processo de formação de tais sindicatos de trabalhadores agrícolas:

(...) Em maio de 1962, o Jornal “O Estado de S.Paulo publicava, um mês antes da divulgação da portaria, uma página inteira com trinta e seis editais de convocação de assembléias, algumas delas convocadas para se reunirem em dependências da Igreja Católica (...).³⁵

³⁴ Cf. Portaria n. 70, de 13 de março de 1962, DOU, 16 de março de 1962.

³⁵ Cf COSTA, Luis Flávio C. O PCB e a questão da Sindicalização Rural. 1954-1964 , xerox, Tese de Doutorado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, SP, 1990.

Assim, em decorrência desse “trabalho”, no mês de maio daquele ano, na simbólica data de 13 de maio, o Ministro do Trabalho baixaria portaria de reconhecimento e concessão de carta sindical a tais “sindicatos de trabalhadores rurais”.

Escolhia-se a data comemorativa da libertação dos escravos no Brasil e desprezava-se a data oficial do trabalhismo, ou seja, o “1º de maio” e atribuía-se cartas sindicais a vinte e duas entidades sindicais rurais, sendo assim distribuídas: cinco sindicatos de trabalhadores rurais no estado do Ceará, oito no estado de Rio Grande do Norte, quatro em Pernambuco, cinco em Sergipe ³⁶. De modo similar, no dia 9 de junho seriam entregues mais cinco cartas sindicais a entidades da Paraíba ³⁷.

No dia 25 de junho, seria a vez de contemplar com aquele diploma a onze entidades sindicais do estado de São Paulo e, também de entrega da carta sindical a onze entidades do Rio Grande do Sul, seguindo os caminhos da portaria ³⁸. E, finalmente, em 12 de julho, último dia da administração

³⁶ Cf. DOU, 6-06-62, folhas 6216. Reconhece e concede carta sindical para representar os trabalhadores rurais às seguintes entidades, no estado de Pernambuco : Sindicato de Trabalhadores Rurais- STR de Vitória de Santo Antão, STR de Limoeiro, Bom Jardim, João Alfredo e Orobó, STR de Caruaru, Santa Cruz e Riacho das Almas, STR de Lajedo, Canhotinho, Jurema e São Bento do Una, no Ceará: STR de Barbalha, Jardim, Jati, Penaforte e Porteiras, STR do Crato, Farias Brito, Santana Cariri, Altamira, Nova Olinda e Araripe, STR de Varzea Grande, Junco, Lavras, Mangabeira, Ipaumirim, Baixio e Vinari, STR de Brejo Santo, Mauriti, Milagres, Barro e Abaiara, STR Juazeiro do Norte, Missão Velha, Aurora, Cariacú no Rio Grande do Norte: SRT de Pendências, Ipanguaçu, Macau e São Rafael, STR de Canguatarama, Goianinha, Pedro Velho Várzea, Ivai e Barra do Norte, STR de Nova Cruz, Serra de São Bento, São José do Campestre, Santo Antonio e Japi , STR Serra Caiada, Januário Cico, Esequiel, São bento do Trairi, Santa Cruz e Caiada; STR de Angico, Santana de Matos, Afonso Bezerra, Pedro Avelino e Lages, STR de São Paulo do Potengi, São Tomé, Macaiba, São Gonçalo, Sítio Novo, STR de São José do Mipibu, Nizia Floresta, Parnamirim, Natal e Monte Alegre, STR de Santana de Matos, no estado de Sergipe: STR de Nossa Senhora da Glória, STR de São Simão Dias, STR Nossa Senhora das Dores , STR de Itaporanga d'Ajuda e STR de Japaruba.

³⁷ Cf. DOU, 18-7-62, folhas 7661. Reconhece os seguintes sindicatos na Paraíba: STR de Areia e Remígio; STR de Alagoa Grande, Alagoinha e Juarez Távora; STR de Serrana, Pilões, Arara e Borborema; STR de Mari e STR de Itabaiana, Mozeiro, Salgado, São Félix e Pilar.

³⁸ Cf. DOU, 2-07-62, folhas 7172, são reconhecidas as seguintes entidades sindicais: em São Paulo: STR de Assis, STR de Lins, STR de Piracicaba, STR de Porto Feliz, STR de Matão, STR de Guariba, STR de Rio das Pedras, STR de São João da Boa Vista, STR de Juquiá, STR de Porto Alegre

Montoro, seria entregue a carta sindical ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Catolé do Rocha, Brejo da Cruz, São Bento, Serrano, Riacho do Cavalo, Brejo dos Santos, Serrinha e Belém, desta vez no estado de Pernambuco ³⁹.

Algumas considerações devem ser feitas, frente à rapidez com que tal estrutura sindical rural se formaria. 1) Dentre os sindicatos reconhecidos por tais portarias, em número de cinquenta entidades, apenas os oito sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte e o STR de Nossa Senhora das Dores, em Sergipe, registraram seus pedidos de reconhecimento no MTPS no ano de 1961. No entanto, conforme algumas fontes, pelo menos doze outros sindicatos estavam apostilados no MTPS, com datas bem anteriores àqueles sindicatos citados acima e apostilados em 1961. Todos os demais processos correspondiam a apostilamentos realizados durante o ano de 1962, portanto, no mesmo ano em que são reconhecidos ⁴⁰; 2) Todos os

e STR de Marília. Cf DOU, de 23-07-62, folhas 7801: são reconhecidos: no estado do Rio Grande do Sul: STR de Santa Rosa, STR de Torres, STR de São Francisco de Paula, STR de Caxias do Sul, STR de Taquari, STR de Antonio Prado, STR de Erechim, STR de Santiago, STR de Garibaldi e Cf.DOU, 18-07-62, folhas 7661 são reconhecidos: STR de Mussum e STR de Veranópolis. Reconhecendo, ainda os STRs de Teresina, Piauí; STR de Timbauba, Aliança, Macaparana, Vicente Ferrer, em Pernambuco.

³⁹ Cf. DOU, 10-08-62, folhas 8448.

⁴⁰ Apenas como exemplo de apostilamentos anteriores a este rol de sindicatos reconhecidos, pode-se citar os sindicatos fundados no estado de São Paulo e que aguardavam reconhecimento. Tais eram: Sindicato de Trabalhadores e Lavradores de: Ribeirão Preto (Proc.MTPS n 112408/55), Franca (Proc. MTPS n. 131101/55) e Bragança Paulista (Proc.MTPS n. 178855/57). Cf.LEANDRO, J. ob. cit. pag.158. LEANDRO, J. Depoimento.Minhas Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil.Contag: uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963, Ceará: Imprensa Oficial do Governo do estado do Ceará, 1988. Ainda conforme outra fonte, estavam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho as seguintes entidades sindicais: Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiro, Rio Formoso e Serinhaem, PE, reconhecido em 1/3/56; Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte, BA, reconhecido em 7/12/55; Sindicato de Empregados Rurais de Campos, RJ, reconhecido em 9/8/46; Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão, SC, reconhecido em 29/7/52. Entre os sindicatos que aguardavam reconhecimento pelo MT: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, PE, fundado em 22/1/54; Sindicato dos Empregados Rurais de Maringá, PR, fundado em 4/6/58; Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Pacoti- Forquilha, CE, apostilado no MT em 1955; Associação dos Empregados Rurais de Governador Valadares, MG, apostilado no MT em 1954 e em 1956; Sindicato dos Colonos Rurais de Duque de Caxias, RJ, apostilado no MT em 1953; Sindicato dos Colonos e Camaradas de Monte Aprazível, SP, apostilado em 1954 e em 1956;

sindicatos ganhavam o título de “sindicatos de trabalhadores rurais”, indicando uma orientação única frente ao âmbito do sindicato, o que não era, naquele momento, consenso entre as tendências que fundavam entidades sindicais. Ao contrário, as “associações de lavradores”, as “associações de trabalhadores e agricultores sem terra”, as “ligas camponesas”, entre outras, organizavam, na prática, os trabalhadores por seus interesses específicos e definiam, portanto, diversas “categorias de trabalhadores”. Ainda assim, muitas dessas associações pré-sindicais já estavam fundadas e aguardavam seu reconhecimento pelo ministério do Trabalho, sendo que nenhuma delas foi reconhecida; 3) A estratégia dos formuladores de tal política trabalhista é claramente direcionada para montar e tentar reconhecer a confederação dos trabalhadores rurais e ocupar, assim, o espaço político institucional reservado pela lei de organização sindical rural (Lei 7038, de 11-10- 1944), fundada no princípio de unidade de representação por categoria e por base territorial; 4) Finalmente, desconsiderava-se o princípio da base sindical municipal, formando sindicatos com bases que abrangiam vários municípios.

Elucidamos, a seguir, os significados de tais casuísimo. Primeiro casuísimo: dado o enquadramento pulverizador regulamentado por aquela lei, contorna-se a lei fundando-se sindicatos com âmbito abrangente e genérico, ao mesmo tempo em que se hiper dimensiona suas bases territoriais que,

Sindicato dos Assalariados e Trabalhadores Agrícolas de Igarapava, SP, apostilado em 1958; Sindicato Profissional dos Trabalhadores Assalariados e Colonos Agrícolas de Ribeirão Preto, SP, apostilado em 1956; Associação dos Assalariados Agrícolas e Colonos de Franca, SP, apostilado em 1955; Sindicato dos Empregados Rurais de Bragança, SP, apostilado em 1956 e em 1958; Associação dos Colonos e Assalariados de Centenário do Sul, PR, apostilado em 1956; Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, PR, apostilado em 1958 e em 1961; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio do Sul, SC, apostilado em 1960. Incluem-se nesse levantamento os sindicatos do Rio Grande do Norte. Cf. CRB Revista Gleba, ano VIII, n. 82, fev. 1962, páginas 23 e seguintes.

atingiam, quase sempre diversos municípios ⁴¹. Segundo casuísmo: são reconhecidos no mínimo cinco sindicatos por estados da União, o que garantia a possibilidade de fundar as “federações”, posto que a lei prescrevia como exigência mínima para essa fundação um número mínimo de cinco sindicatos. Terceiro casuísmo: ocupava-se quase todo o espaço geográfico, impedindo-se, de modo óbvio, a fundação de outras entidades.

As resultantes desta estratégia seriam que, até 12 de julho, aquela gestão do ministério do Trabalho poderia ter formado as federações nos seguintes estados: São Paulo contava com onze sindicatos reconhecidos e poderia ter fundado, hipoteticamente, duas federações; Rio Grande do Norte tinha oito sindicatos, com bases territoriais imensas e podia fundar uma federação que controlaria o sindicalismo em todo o estado; Ceará tinha cinco sindicatos reconhecidos, portanto, podia fundar uma federação; Pernambuco com cinco sindicatos com bases extensas, podendo reconhecer uma federação; Paraíba com seis sindicatos e com possibilidade de uma federação; Rio Grande do Sul com onze sindicatos, em consequência duas federações. Finalmente, Sergipe com cinco, poderia ter uma federação.

A percepção dessa exclusão compõe o depoimento de José Leandro, sindicalista rural da época e um dos fundadores da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Assalariados do Ceará - Faltac-filiada à União dos Trabalhadores e Lavradores - ULTAB. Conforme ele:

(...) havia um sectarismo entre nós e o setor mais tradicional da Igreja. Eles sabiam de um segredo que facilitava a fundação de sindicatos, que nós não sabíamos(...) As facilidades para esse grupo eram tantas que só num dia, em São Paulo foram publicados cinquenta editais de convocação para fundação de sindicatos. Isto o Ministro Franco

⁴¹ Ver notas 31, 32 e 33. desta tese, para ver a relação dos sindicatos criados e seus âmbitos

Montoro assinava o reconhecimento dos sindicatos sem nem mesmo percorrer aquele processo costumeiro. Quer dizer, isso acontecia com os sindicatos encaminhados pelos bispos e padres, mas os sindicatos encaminhados pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab) ficavam na gaveta e só saíram depois da regulamentação da lei de sindicalização rural pelo ministro Almino Affonso (...) ⁴²

Sem dúvida, alguns setores da Igreja ⁴³ direcionaram seus esforços de fundação de sindicatos para as principais regiões de conflitos e de movimentos de resistência e afirmação dos camponeses e trabalhadores rurais. Como se sabe, tais movimentos sociais contaram com a liderança das seguintes tendências políticas: o Movimento dos Trabalhadores e Agricultores Sem Terra - Master- do Rio Grande do Sul, as Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba, as iniciativas do Partido Comunista Brasileiro pela fundação de sindicatos nos estados de: São Paulo, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Paraná e estado do Rio de Janeiro. De todo modo, esse movimento sindical também almejava ser legalizado e contava, como se citou mais acima, com entidades sindicais registradas no Ministério do Trabalho. Compunham um esforço social já histórico de lutas sociais por direitos e por terra.

Em síntese, a estratégia usada de fundação e de reconhecimento dos "sindicatos de trabalhadores rurais" atribuiu ao sindicato da Igreja o monopólio na representação de todas as categorias de trabalho rural: assalariados, parceiros ou pequenos arrendatários. Tentava-se, também, desprestigiar a reivindicação e luta pela terra, desde que se enquadrava o

territoriais.

⁴² Cf. LEANDRO, J, 1988: 64, ob. cit.

⁴³ Entre tais tendências: a diocese de Dom Eugênio Sales, Rio Grande do Norte; Círculos Operários Católicos e Federação dos Trabalhadores Cristãos, especialmente atuante no estado de São

“posseiro” enquanto uma categoria patronal ⁴⁴. Ainda assim, essa não seria toda a exclusão que se criava, e nas vésperas da conclusão dessa gestão ministerial, em 25 de junho, seria baixada uma portaria de regulamentação da sindicalização rural. Seguindo o oposto ao bom senso, primeiro se reconhecia os sindicatos usando uma dada estratégia e depois elabora-se uma orientação que é o seu contrário ⁴⁵ ...

Muitos eram os obstáculos desta Portaria MTPS n. 209-A, 24-06-62, para o reconhecimento de novos sindicatos, porque retomava a orientação da Lei 7038, 10 de novembro de 1944 e sua respectiva regulamentação. Desse modo, aquelas condições liberais e favoráveis de organização sindical pelas quais se reconhecera os cinquenta “sindicatos de trabalhadores rurais”, deixariam de ter validade. Em seu artigo 17, condicionava a que: (...) os pedidos de reconhecimento em tramitação no Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou vinculados à assembléias convocadas em data anterior a publicação dessa portaria continuarão a ser regulados pela portaria número 14 de 19 de março de 1945 (...) e portanto pelo Decreto 7038.

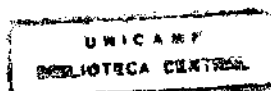
Passariam a valer as condições pulverizadoras do decreto acima citado, o que seria minuciosamente reafirmado pela referida portaria ⁴⁶, ou

Paulo; Frente Agrária Gaúcha, no Rio Grande do Sul e trabalho sindical de Padre Antônio Crespo e Antônio Mello, implantado na Zona da Mata de Pernambuco mais irradiando-se pelo Nordeste.

⁴⁴ Cf. Quadro Anexo a Portaria n. 209-A, ob.cit.

⁴⁵ Cf Portaria n. 209-A, Regulamenta a Sindicalização Rural, 25 de junho de 1962, publicada em DOU, P1-S1, de 18 de julho de 1962.

⁴⁶ Pela Portaria 209-A entende-se o enquadramento dos sindicatos do seguinte modo: empregadores- empresários agrícolas, proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros- sendo que cada um desses grupos se dividiria entre os ramos de sua atividade, como por exemplo, café, cana de açúcar e assim sucessivamente, compondo quatro grandes grupos. Três grupos corresponderiam a divisão por atividade e o quarto grupo ou “quarta categoria” estariam enquadrados os “os pequenos produtores autônomos”. Para os empregados reservava-se também quatro categorias, a saber: 1º)trabalhadores na lavoura- assalariados, camaradas, jornaleiros e mensalistas- e parceiros



seja: considerando-se, por exemplo, os trabalhadores das indústrias extrativas, podia-se formar-se apenas sindicatos específicos de seringueiros, de ervateiros, de trabalhadores da borracha e, assim, sucessivamente. Dadas as condições da extrema violência no meio rural, fator contrário a quaisquer direitos sociais, tornava-se muito difícil construir tais entidades, tão próximas e expostas aos olhares dos patrões porque coladas a setores de produção tão específicos.

No entanto, vale destacar o artigo 1º- parágrafo único- da portaria 209-A , pelo qual cabia ao ministro do Trabalho, de modo excepcional: (...) organizar sindicatos que congreguem exercentes de atividades ou profissões rurais de grupos diferentes, tendo em vista a dificuldade para criação de entidades representativas de cada um dos grupos constantes do quadro anexo (...) Cf Portaria 209-A, 1962. Talvez a maior ironia esteja na reafirmação que se fazia, para que nos pedidos de reconhecimento de sindicatos, os membros da diretoria sindical apresentassem documentos assinados por seus empregadores ou carteiras profissionais que atestassem o real exercício da profissão ⁴⁷. Obviamente, esta exigência condicionava a que apenas pessoas de confiança dos empregadores rurais pudessem fundar entidades sindicais.

Esse bloco de interesses agraciado com as cartas sindicais, teria, naquele momento, como seu porta voz a figura de padre Antônio Mello que coordenaria um congresso de trabalhadores rurais, intitulado "1º. Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste", realizado em Itabuna, na

autônomos , enquadravam-se, também, segundo a atividade e setor agrícola em que trabalhavam, 2º.) trabalhadores na pecuária, dividida em dez ramos distintos, 3º.) trabalhadores na produção extrativa, também divididos por ramo de extração e 4º.) empregados na administração.

Bahia, em junho de 1962. Prestigiado pelo ministro Franco Montoro, presente ao congresso, proclamava:

(...) urgente a sindicalização rural do homem do campo(...) lutamos por um sindicalismo autônomo e independente, sem imposto sindical (...) exigimos que os trabalhadores rurais sejam ouvidos por seus sindicatos na elaboração da reforma agrária e da lei de Previdência Social (...) ⁴⁸.

Um posicionamento anti trabalhista caracterizava a tática que esse novo movimento sindical rural deveria seguir. E essa disputa cerrada era claramente formulada pela declaração de princípios do congresso, conforme se cita abaixo :

(...)necessário criar uma comissão organizadora da Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a partir das federações já existentes, de Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia (...) Gleba, *idem*.⁴⁹.

Tal tática, obviamente, significava os enormes investimentos que se fazia para ter o controle nacional do movimento sindical rural, o que poderia trazer um efeito “não esperado” que significaria poder contar com verbas do ministério do Trabalho, resultante do que postulavam como famigerado “imposto sindical”.

A Maneira de Conclusão

Procurou-se, neste capítulo, apontar algumas das condições pelas quais o trabalhismo conseguiria recuperar a participação popular como mecanismo de sustentação política, cedendo terreno, no entanto, na questão

⁴⁷ Cf. Artigo 17 da Portaria 209-A .

⁴⁸ In Revista Gleba, ano VIII, n. 88, agosto de 1962, CNA, página 13.

⁴⁹ Na listagem de reivindicações incluía-se: a necessidade de fundar o Instituto de Aposentadorias, Pensões, Acidentes e Estabilidade para o trabalhador rural, crédito bancário oficial e

política agrária e abrindo mão, ao menos em parte, do uso da máquina do Ministério do Trabalho

Este radicalismo da direita do Partido Democrata Cristão em suas alianças com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sustentado por um ministro que reconheceria uma estrutura sindical marcadamente cristã, teria conseqüências importantes para o trabalho social da Igreja considerado em seu conjunto. Se de um lado, potencializava muitas articulações com o poder local, assim como, operacionalizava parte de seu trabalho político e social, trazia para um primeiro plano uma exclusão dos trabalhos sociais rurais mais engajados na perspectiva reformista e modernizadora.

No entanto, os investimentos políticos da Conferência Nacional dos Bispos no Movimento de Educação de Base - MEB - tinham sua base de sustentação e sua massa crítica entre os setores mais jovens e combativos, tais como a Juventude Universitária Católica - JUC - e a Juventude Estudantil Católica - JEC. Estes jovens professores, muitas vezes, seguiam a metodologia de alfabetização de Paulo Freire e dedicavam-se a forjar cidadãos autônomos e independentes. Seria o caso de aceitarem tais expedientes, que aparelhavam a representação sindical rural?

Sugere-se que este episódio teria efeitos sobre a unidade da Igreja Católica e suas agências de trabalho social, como por exemplo seria o caso do desligamento de um sem número dos seus quadros da Ação Católica que fundariam a Ação Popular, em junho daquele mesmo ano.

de longo prazo para que os camponeses comprassem as terras por eles ocupadas, desapropriação dos latifúndios improdutivos entre outras.

Quadro 2. Medidas Trabalhistas Rurais: Ministério do Trabalho e Previdência Social . Brasil (janeiro a julho de 1962)

DECRETOS,LEIS PORTARIAS- MTPS	DATAS ASSINAT URA	DATAS DIÁRIO OFICIAL UNIÃO - DOU	OBJETIVOS
Decreto 612-A	15-2	23-2	Cria o Conselho Nacional de Reforma Agrária
Portaria n. 69	9-3	16-3	Cria grupo de trabalho para elaborar atos relativos ao trabalho do menor
Portaria 66-A	1-3	8-6	Regulamenta a Comissão Imposto Sindical -CIS e cursos de formação
Portaria 70	13-3	8-6	Regulamenta Cursos de Formação Sindical
Portaria s/n	13-5	6-6	Reconhece e concede carta sindical a 22 Sindicatos deTrabalhadores Rurais -STRs
Portaria s/n	9-6	9-7 e18-7	Reconhece e concede carta sindical a 5 STRs
Portaria s/n	25-6	2-7 e18-7	Reconhece e concede carta sindical a 23 STRs
Portaria 209-A	25-6	18-7	Regulamenta a sindicalização rural e restabelece o Decreto 7038, de 10-10-44.
Portaria s/n	12-7	10-8	Reconhece um STR

Fontes:Diário Oficial da União -DOU, janeiro a julho de 1962, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

Capítulo 4

Plebiscito, CGT e Presidencialismo: a construção do sindicato trabalhista agrário

Se você disser que eu desafino, amor,
Saiba que isso em mim provoca imensa dor.
Só privilegiados tem ouvidos iguais aos seus,
Eu possuo apenas o que Deus me deu.
Mas se você insiste em classificar,
meu comportamento de anti musical,
eu, mesmo mentindo, devo argumentar.
Isso é bossa nova, isso é muito natural!
(Antônio Carlos Jobim e Newton Mendonça)

A estratégia de Goulart para o retorno ao presidencialismo e afirmação de seus plenos poderes para implantar as reformas de base seria propagandeada em seu discurso famoso, pronunciado na lendária Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em 1º de maio de 1962. Anunciaria às bases trabalhistas mudanças no Conselho de Ministros de seu governo e lançaria a campanha pelo plebiscito -“para ouvir a nação”- sobre o sistema de governo. Reafirmaria a necessidade de mudar o artigo 141 da Constituição Nacional para que a terra pudesse ser desapropriada por interesse social.

De modo similar, a “crise de junho” daquele ano, tal como ficaria conhecida, comporia a “luta pelo presidencialismo”. Decorrente da indicação pelo Congresso Nacional do deputado Auro de Moura Andrade para o cargo de primeiro ministro do gabinete parlamentarista, em função da queda do gabinete Tancredo Neves, abre-se, assim, uma conjuntura de pressões dos sindicatos e do movimento popular ¹. Desse modo, a nomeação de Brochado da Rocha para aquele cargo expressaria uma estratégia na direção de dobrar o Congresso Nacional e fazer passar as reformas. Tal primeiro ministro integrava o Partido Social Democrático e defendia o nacionalismo econômico, integrando-se ao grupo brizolista ².

¹ Do ponto de vista político, a crise ocorreria com a apresentação por Jango de San Tiago Dantas para primeiro ministro, apoiado pelos nacionalistas. Vetado aquele nome pela União Democrática Nacional - UDN - e pelo Partido Social Democrático, Goulart acataria a indicação do Congresso e nomearia o deputado Auro de Moura Andrade. Os dirigentes sindicais e suas entidades, entre elas: Forum Sindical de Debates, Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo e Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais- CNTI , lideram a greve geral de 5 de julho e pediam a queda de Auro de Moura Andrade e outras reivindicações trabalhistas. Comentando a crise, afirma Erickson (1979: 149): (...) No dia do trabalho, contra essa cortina inflacionária, os líderes sindicais acionariam uma campanha pelas reformas nacionalistas de base e pelo aumento dos benefícios econômicos que culminou com a greve geral de julho de 1962, por um gabinete que sustentasse essas medidas (...)

² Brochado da Rocha ocupou a Secretaria do Interior no governo do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Leonel Brizola, e teve papel destacado na encampação da International Telegraph and Telecommunication- ITT- empresa multinacional que operava no ramo de prestação de serviços de telecomunicação. Cf. BELLOCH, I e ABREU, A Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, vol 4, RJ: Finep-FGV, 1986.

Ainda assim, esse gabinete permaneceria por apenas dois meses à frente do governo, acataria as pressões populares e sindicais. Com o afastamento de Brochado da Rocha, seriam acionadas alterações ministeriais importantes. Assumiria o ministério do Trabalho, de 12 de julho a 14 de setembro daquele ano, Hermes Lima que contava com o apoio daquele movimento sindical. Em seu discurso de posse, dirige-se aos sindicalistas, exortando-os a participarem mais da vida política nacional (Erickson, 1979:153).³

No entanto, esse novo ministério não contemplaria a reforma agrária com personalidades publicamente posicionadas a seu favor, ao contrário, a presença de Renato Costa Lima à frente do ministério da Agricultura, significava uma garantia dos interesses corporativos do empresariado agrícola. Presidente da Sociedade Rural Brasileira e executivo da agroindústria canavieira, Costa Lima compunha também o grupo de representantes patronais da Confederação Rural Brasileira.

De todo modo, a aproximação de sindicalistas e governo teve peso significativo na afirmação da sindicalização de trabalhadores agrícolas, desde que esse pleito, sucessivamente reivindicado pelos sindicalistas, integraria os termos de acordos que se celebrariam, como se desenvolve a seguir.

³ Como ministro do Trabalho, Hermes Lima reconheceria oito sindicatos de trabalhadores agrícolas, sendo um no Rio Grande do Norte (Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura e na Pecuária-STLP- de Cerro Corá, em 1-8-62), dois na Paraíba (Sindicato de Trabalhadores Rurais -STR - de Araruama, Cacimba de Dentro e Tacima, 24-9-62 e STR de Solanéia, Bananeira e Dona Ignez, 24-9-62); dois em Pernambuco (Sindicato de Trabalhadores e Lavradores - STL - de Canhotinho, 16-9-62 e STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, 25-9-62), três em S.Paulo (STL de Pompéia, 27-7-62 ; STR de Presidente Prudente e STR de São Pedro, em 17-10-62) e o STR de Maringá, no Paraná, que recebe sua carta sindical em 1º de agosto de 1962.

4.1) A fundação do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT

A greve geral, a 5 de julho daquele ano, representaria uma demonstração de força dos sindicalistas, cobrando de Goulart seu empenho pelas reformas. Parariam nacionalmente: transportes aéreos, marítimos e portuários e, no Rio de Janeiro param, também, setores públicos, industriais e comerciais. As direções sindicais seriam recebidas pelo presidente da República e pediriam a nomeação de um primeiro ministro que de fato apoiasse as reformas. Nesse jogo de prestígio, tais lideranças apareceriam publicamente juntas à Goulart na assinatura da lei do “13º salário” ⁴.

Na esteira desse crescimento político do sindicato, trezentos participantes do “IV Encontro Nacional Sindical”, em 17 de agosto, fundariam o Comando Geral dos Trabalhadores ⁵, tendo por objetivos coordenar e dirigir as lutas sindicais a partir de uma estratégia nacionalista e que se pretendia contribuir para a extensão da democracia ⁶. Para Lucília Delgado, 1986: 25, o CGT rompia com o corporativismo das leis sindicais e orientava-se por uma adesão ao reformismo:

(...) as lutas nacionalistas e por reformas estruturais tal como são encaminhadas, não tem como meta a adoção de medidas socialistas, mas sim a criação de condições para que a prática da democracia, segundo o modelo clássico, atingisse de fato a classe operária e para que esta tivesse melhores condições de usufruir dos benefícios do desenvolvimento industrial do país (...).

De todo modo, registre-se, ainda sobre a fundação do CGT, conforme Sérgio Amad Costa, 1981: 43, que dentre as quinhentas e setenta e quatro

⁴ Cf. ERIKSON, 1979.

⁵ Para referências ao CGT, utiliza-se, principalmente, os seguintes trabalhos: DELGADO, Lucília *O CGT- 1961-1964*, Petrópolis: Vozes, 1986 e ERIKSON, Keneth ob. cit.

⁶ Compunham a direção nacional do CGT os seguintes sindicalistas: Clodomith Riani, Dante Pelacani, Tenório de Lima, Benedito Cerqueira, entre outros.

entidades sindicais cariocas formadoras daquele comando, todas de trabalhadores urbanos, destacavam-se duas associações de lavradores com nove delegados pelo Rio de Janeiro. No que se refere ao estado de São Paulo, a situação não era muito diferente e entre mil e quinhentos e setenta e oito delegados, comprimiam-se duas associações de lavradores com dois delegados⁷.

Ainda assim, formava-se ampla frente pró reformas, somando-se ao CGT. Importante grupo de pressão nesta direção, seria a Frente de Mobilização Popular pelas Reformas de Base - FMP, criada em setembro daquele mesmo ano. Liderada pela corrente brizolista do PTB, congregava representantes daquele "comando sindical", do Pacto de Unidade e Ação- PUA, alguns quadros da Frente Parlamentar Nacionalista - FPN, União Nacional dos Estudantes- UNE, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, militares nacionalistas liderados pelo general Osvaldo Ferreira Alves e outros⁸. Interessa destacar a participação, naquela central sindical, do deputado Nestor Veras e de Lindolfo Silva, ambos partidários do Partido Comunista Brasileiro e envolvidos com a criação do sindicato rural, sendo que o último citado era presidente da União das Associações Nacionais de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - Ultab.

De todo modo, essa forte imbricação de personalidades públicas e de militares "nacionalistas", ganharia uma certa legitimidade e, por isso mesmo, tinha a sua contrapartida no denominado "dispositivo militar". Ou seja, os

⁷ Ver COSTA, S. A. CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-1964), SP: Edi. Grêmio Politécnico, 1981.

⁸ Cf. BELLOCH, I e ABREU, A, 1984, ob. cit. . De todo modo, integraram a FPN, de modo mais estável, os seguintes parlamentares: Sérgio Magalhães, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Adão Pereira Nunes, Nestor Veras e outros.

ministros militares garantiam, em termos, o direito à manifestação popular. De outro modo, os ministros militares posicionavam-se contrariamente aos acontecimentos e aos impasses políticos criados pelo Congresso Nacional que protelava o processo de tomada de decisões, emperrando e opondo-se a inúmeros projetos de leis a serem votados. Tais projetos, via de regra, polarizavam facções “reformista” e “democrata” daquele parlamento.

No fluxo e sintonizado com tais desenvolvimentos, o CGT convocaria outra greve geral, em 14 de setembro, conhecida como a “greve geral do plebiscito”. Essa greve de um dia, paralisaria os operários navais, aeroviários, ferroviários, portuários, gráficos, petroleiros e têxteis nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Guanabara e Rio de Janeiro. Tinha como reivindicações: realização imediata, para 7 de outubro, do plebiscito sobre o parlamentarismo; revogação da lei de Segurança Nacional e aprovação de lei de greve favorável aos trabalhadores, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, reforma agrária redistributivista radical, aumento de 100% para o salário mínimo, reforma eleitoral garantindo o direito de votos a todos os cidadãos sem discriminações, entre outras ⁹.

O CGT sairia fortalecido da greve e Goulart, de novo, negociaria pessoalmente com suas lideranças ¹⁰. Nessa ocasião seriam acertados: uma revisão do salário mínimo, amplos direitos à organização sindical para os trabalhadores agrícolas e imediato reconhecimento de suas entidades sindicais já fundadas, a imediata aprovação da lei de remessas de lucros e outras

⁹ Cf. Erikson, 1979, ob.cit., página 154.

¹⁰ Cf. Erickson, 1979: 157: (...) Em troca da garantia de Goulart de empreender as reformas, o CGT fez campanha para obter votos dos trabalhadores no plebiscito de janeiro(...).

questões. Nesse quadro de pressões, o Congresso votaria a Emenda Capanema-Valadares, pela qual o plebiscito seria antecipado para 3 de janeiro de 1963 e, no bojo das negociações, concede-se ao presidente da República o direito de nomear o novo primeiro ministro.

Em síntese, a fundação daquele comando colocaria a organização dos camponeses e trabalhadores agrícolas na ordem do dia e o novo primeiro ministro Hermes Lima, então nomeado, implementaria o projeto da Superintendência da Política Agrária - Supra, em outubro daquele mesmo ano. Desse modo, João Caruso, presidente do diretório gaúcho do PTB, seria empossado como primeiro superintendente daquela autarquia ¹¹. Algumas modificações ocorrem na composição do ministério, entre elas a entrada de João Pinheiro Neto, membro do Partido Social Democrático, para a pasta do Trabalho, onde permaneceria de 17 de setembro até 14 de dezembro ¹².

De todo modo, seria na gestão desse ministro do Trabalho, conjugada a de João Caruso na Supra e de Renato Costa Lima à frente do Ministério da Agricultura que se inicia o processo de montagem de uma política de cunho trabalhista rural, resultante, ao menos em parte, de um acordo CGT e governo. Ainda assim, os interesses da Confederação Rural Brasileira estariam contemplados e significariam freios à adoção de medidas de reforma agrária. De

¹¹ João Caruso, italiano e dirigente regional do PTB, era radical defensor da reforma agrária. Afinado com a corrente brizolista, teria integrado o secretariado do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na gestão Leonel Brizola. Tinha, portanto, em seu currículo político trânsito pela "démarche" da questão agrária, tendo acompanhado o crescimento do Movimento dos Agricultores e Trabalhadores Agrícolas Sem Terra, assim como, as primeiras desapropriações de terras, como por exemplo, a da fazenda Sarandy. Cf. BELLOCH e ABREU, *ob.cit.*

¹² No período de dezembro até a posse de Almino Affonso, em 23 janeiro de 1963 já no presidencialismo, João Pinheiro seria substituído por Benedito Cruz, seu correligionário no Partido Social Democrático. De todo modo, a substituição de João Pinheiro é atribuída pela literatura a desgastes sofridos junto ao empresariado e ao Fundo Monetário Internacional, em função de declarações públicas inconvenientes. Para Camargo, 1981: 205 : (...) as acusações públicas de João Pinheiro Neto, ministro do Trabalho, a uma política econômica liderada por Gouveia Bulhões (SUMOC) e Roberto Campos (

um certo modo, o estudo do modelo institucional da Supra indica essa orientação.

4.2) Supra: recorte institucional

A questão da reforma agrária passa a ser da competência da Superintendência da Política Agrária, que por sua vez, estava subordinada ao ministério da Agricultura. Deveria, essa autarquia, planejar e executar a política do executivo, que por sua vez, hiper dimensionava a sua participação nas cúpulas diretoras da autarquia. Cabia a diversos órgãos públicos assento no seu “conselho deliberativo” e, desse modo, um único representante dos trabalhadores rurais dividia seus votos com representantes de: Banco do Brasil, ministério do Trabalho, ministério da Saúde, Confederação Rural Brasileira e outros.

A sua fundação, seria uma resultante de um acordo, lentamente, construído por comissão nomeada pelo primeiro ministro Tancredo Neves. Essa comissão elaborara a proposta do Estatuto da Terra ¹³ que daria origem a lei da Supra e se respondia, assim, a pleitos do empresariado. Neste rumo, a comparação da lei que criaria a Supra à lei que regulamenta seu funcionamento, indica as ambigüidades e os conflitos que cercariam a fundação daquela autarquia ¹⁴. Segue-se essa comparação.

Embaixada dos Estados Unidos), embora provoquem sua imediata demissão, serão brevemente reavivadas, em sua ulterior nomeação para a Supra (...).

¹³ Cf. CAMARGO, A A “A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base”, In FAUSTO, B. (org.) *III O Brasil Republicano 3 Sociedade e Política (1930-1964)*, SP: Difel, 1981.

Ver Camargo, 1981: 195. O anteprojeto do Estatuto da Terra seria entregue a Tancredo Neves, em 17 de janeiro de 1962, resultando do trabalho de comissão de “notáveis”. Integraram tal comissão: Milton Campos; D. Helder Câmara; Thomas Pompeu Accioly Borges; Inácio Rangel; deputado Ernani Maia; o presidente do Instituto de Migrações e Colonização; João Napoleão de Andrade, presidente da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Cooperativa Rural- ABCAR; um representante do Ministério da Agricultura e da Confederação Rural Brasileira, Edgard Teixeira Leite. No

Nesse sentido, a sua estrutura organizacional e administrativa, tal como era traçada pela Lei Delegada n.11 ¹⁵, definia a composição de uma direção com um superintendente e quatro diretores que seriam assessorados por “conselho deliberativo”, paritariamente, formado por um representante da Confederação Rural Brasileira- CRB - e por um representante dos trabalhadores. No entanto, ao contrário, pelo seu regulamento, mínimo seria o espaço aberto para negociações políticas. Restringia-se o papel e o peso da representação dos trabalhadores, comprimida entre representantes das seguintes entidades: Banco do Brasil, Ministério da Agricultura, Confederação Rural Brasileira, Ministério da Saúde. Textualmente previa apenas um representante (...) *das associações de classe de agricultores sem terra, de pequenos proprietários e médios proprietários e de assalariados do campo, representante a ser indicado conjuntamente, enquanto não se constituir uma entidade nacional que os congregue, pelas seguintes organizações: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Ligas Camponesas, Federação das Associações de Agricultores Sem Terra e Federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (...)* ¹⁶.

Devendo reunir-se, pelo menos, uma vez ao mês, o Conselho Deliberativo tinha a competência para alocar os recursos destinados à assistência e

entanto, o empresariado e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática- IBAD- fariam pressões contrárias a uma reforma com participação popular, pleiteando que a realização da reforma agrária fosse dirigida por uma autarquia.

¹⁴ A Supra contaria com amplos recursos de pessoal, incorporando o Instituto Nacional de Imigração e Colonozação - INIC, o Serviço Social Rural, o Estabelecimento Tapajós e outros. Tinha entre suas atribuições promover a reforma agrária, assim como, assessorar os trabalhadores agrícolas com: assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, podendo executar diretamente tais atividades ou realiza-las através de convênios com outras entidades.

¹⁵ Cf. Quadro 3) Medidas Trabalhistas Agrárias: Governo João Goulart (setembro de 1962 a janeiro de 1963. Brasil.

¹⁶ Cf. Decreto n. 1878-A, artigo 10.

“extensão rural” ao trabalhador rural, assim como, implementar acordos e convênios, para tanto, realizados ¹⁷.

De todo modo, tal regulamento seguia, estritamente, o modelo presidencialista nacional, regulamentando a formação de um conselho administrativo nomeado pelo presidente da República. Cabia, assim, a esse “conselho administrativo”, integrado por quatro membros, amplos poderes para traçar a política geral da autarquia, como, por exemplo, definir orçamentos, pedidos de crédito especiais e deliberar sobre propostas de revisão orçamentária feita pelos diretores de seus departamentos. Tal conselho tinha a atribuição de criar as “delegacias regionais” de acordo com as necessidades do plano geral da autarquia. Assim, equacionadas a partir do modelo das “delegacias regionais de trabalho” e com âmbito estadual, as “delegacias da Supra”, tal como ficariam conhecidas, teriam papel importante na negociação dos conflitos de terras e na fundação de sindicatos.

Composta por vários departamentos, como departamentos jurídicos e contenciosos responsáveis pelos processos de desapropriação de terras, destacaram-se, nessa organização da autarquia, o Departamento de Promoção e Organização Rural - Depror- e o Departamento de Estudos e Planejamento Agrário - Depa. Assim, cabia ao primeiro (...) *incentivar e promover a sindicalização dos agricultores sem terra e de pequenos e médios proprietários (...) através de assistência técnica e financeira em colaboração com o Ministério do Trabalho e Previdência Social e sindicatos de trabalhadores rurais*(...) ¹⁸ e, para tanto, deveria elaborar diretrizes nacionais. Quanto ao segundo

¹⁷ Cf. Idem, artigo 14.

¹⁸ Cf. Idem, ibidem: artigo 18.

departamento citado, deveria estudar e promover o levantamento de terras públicas para realizar cadastros de terras desapropriáveis.

Dotada de um orçamento de porte, deveria a Supra em suas operações de crédito articular-se à Carteira de Colonização do Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo- BNCC . Seus recursos orçamentários compunham-se de dotações de curto e médio prazo, considerada a efetiva disponibilidade de utilização. Tratam-se de recursos provenientes de contribuições, criadas por lei de setembro de 1955 ¹⁹ , que passariam a ser arrecadados por aquela autarquia ²⁰. Quanto aos recursos de médio prazo, referiam-se a percentuais (0.3%) dos salários pagos a empregados contribuintes dos institutos de aposentadorias e pensões, acrescidos de 15% do Fundo Federal Agropecuário - FFAP ²¹.

Quase finalizando, interessante observar que o desenho institucional da Supra trazia para dentro dela, os conflitos e os pleitos a que se destinava. Jogava com a participação de apenas um representante dos diretamente interessados para trazer e encaminhar todas as demandas dos trabalhadores agrícolas e camponeses, assim como, das tendências políticas que os representavam.

¹⁹ Cf. Lei n. 2613, 23 de setembro de 1955.

²⁰ Esse imposto taxava em 3% a soma devida aos empregados por pessoas físicas ou jurídicas locadas em quatorze atividades econômicas (indústrias: de açúcar, de descaroçamento de algodão, beneficiamento de café e arroz , entre outras) e taxava em 1% a remuneração paga mensalmente a empregados por pessoas físicas ou jurídicas de atividades não especificamente regulamentadas. Ainda assim, prescreve, minuciosamente, listagem daqueles que enquadram-se ou não nesse imposto, tendo como critério isentar as atividades de menores rendas.

²¹ Trata-se de um fundo instituído na gestão Renato Costa Lima no ministério da Agricultura. Tal fundo, proposto pelo ministro que o antecedeu, tinha por objetivo aumentar a dotação orçamentária daquele ministério e criava um imposto sobre a produção agrícola.

Registre-se, portanto, a adoção de procedimentos institucionais altamente desagregadores e seletivos das demandas. Em outros termos, a Supra potencializava os conflitos entre as tendências sindicais pró reforma agrária.

No entanto e quase finalmente a esta parte, centralizando amplos poderes na figura de seu Superintendente, tal como é o padrão da administração pública brasileira, a Supra deixava a “última palavra” para seu presidente e abria, assim, amplas possibilidades de jogos do clientelismo, seja porque impedia a expressão das diversas demandas políticas compactadas num único representante dos trabalhadores, seja porque subordinava-se à política trabalhista do governo de privilegiar o “sindicato único” por categoria e base territorial” 22.

Pode-se concluir, afirmando que se os parlamentaristas no Governo Goulart procuraram cercear ao máximo a participação das representações populares nos planos de reformas 23, tentando controlar o trabalhismo 24 e

²² Como se sabe, no pós 1930, a política do sindicato único por território e por categoria significou o controle das reivindicações operárias pelo ministério do Trabalho. Constituindo a base da arrecadação obrigatória do “imposto sindical”, o controle sobre o reconhecimento e legalização das “categorias de trabalhadores”, dividia a classe e atrelava sua entidade sindical ao estado, que distribuía as verbas do imposto sindical. Por essa via, cria-se uma relação de dependência e de clientelismo. Ver RODRIGUES, José Albertino *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, SP: Difel, 1968.

²³ A luta entre parlamentaristas e presidencialistas expressa de um certo modo a polarização política pela qual atravessava o país. Nesse sentido, a fundação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD - em 1959 é paradigmática. Fundado em 1959 por Ivan Hasslocher tinha por objetivos o “combate ao comunismo” no Brasil, movimentava recursos vultuosos provenientes de doações de empresários nacionais e estrangeiros. Tais recursos eram intermediados pela agência de Propaganda Incrementadora de Vendas Promotion e direcionados para o financiamento de organizações anti governamentais como a Campanha da Mulher pela Democracia - Camde, Frente Democrática Parlamentar - FDP, Frente da Juventude Democrática e o Movimento Sindical Democrático - MSD e outras. Tais entidades opunham-se ferreamente à formação de centrais sindicais trabalhistas ou de esquerda e, principalmente combatiam o janguismo. Cf. BELLOCH, I e ABREU, Alzira, *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*, vol. 2, RJ: Forense-FGV, 1986.

²⁴ Como se sabe, o presidente Goulart saíra enfraquecido das eleições parlamentares e de governadores de estado, em outubro de 1962. Estados chaves seriam ganhos pelas correntes udenistas e do PSP, como: Adhemar de Barros, em S.Paulo; Carlos Lacerda, na Guanabara; Ildo Menghetti, no Rio Grande do Sul. O trabalhismo ganharia a “frente única” em Pernambuco, com Miguel Arrais. Também o PTB, tanto como legenda como estrito senso, aumentaria sua participação no Congresso Nacional, crescendo de 66 para 100 deputados, mas não obtendo a maioria parlamentar. Essa continuava de posse do PSD e UDN, com 54% dos votos. Vale registrar que essa eleição, já contaria com a participação do

desvinculá-lo de sentidos participativos populares, teriam conseguido, apenas em parte, esse intento.

4.3) Ministério do Trabalho no Gabinete Hermes Lima e a Luta pelos Sindicatos Agrícolas

O ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, baixaria três instruções significativas para uma política trabalhista rural ²⁵. A primeira delas, em importância, seria a legalização da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, em 17 de outubro de 1962.²⁶ E, as outras duas referem-se as normas para sindicalização e enquadramento trabalhista rural.

Deve-se destacar, antes de analisar tais medidas, o importante reconhecimento da primeira federação de trabalhadores rurais. A carta sindical da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco ²⁷ seria entregue a seu presidente, Manoel Gonçalves Pereira, em 17 de outubro, pelo ministro João Pinheiro. Conforme Arantes (1984) e Leandro (1988) esse partido teria trabalho sindical naquele estado. Atribuía-se, assim, à recém fundada Ação Popular um papel de destaque na disputa pelo sindicato ²⁸.

Desse modo, o início da sindicalização trabalhista implicaria no desmantelamento da prévia estrutura sindical articulada por setores direitistas

Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD- que transformaria as campanhas contra os trabalhistas em campanhas milionárias, financiando abertamente essas candidaturas.

²⁵ Ver Quadro 3) Medidas de Política Trabalhista Agrária: Governo João Goulart, setembro de 1962 a janeiro de 1963. Brasil

²⁶ Sobre a fundação e reconhecimento das federações de sindicatos rurais, ver: Quadro 6 - Fundação das Federações de Trabalhadores Agrícolas e seu Reconhecimento pelo MTPS. Brasil, 1963-1964.

²⁷ Cf. Quadro 6) Fundação de Federações de Trabalhadores Agrícolas (março de 1964). Brasil

²⁸ Cf LEANDRO (1988: 120) .Ver: LEANDRO, José Depoimento.(Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. Contag- uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963)., sem editora, Ceará, 1988 e ver ARANTES, A .

que atuavam com o apoio da Igreja Católica ²⁹. Interessante ressaltar que as orientações da nova política trabalhista rural vetavam aquela estrutura sindical rural oficializada pelo MTPS, durante o gabinete do primeiro ministro Tancredo Neves. Desse modo, dos cinquenta sindicatos que possuíam a “carta sindical”, concedida entre março e junho de 1962, apenas cinco sindicatos de Pernambuco seriam premiados e sua FTR seria reconhecida pelo MTPS, desprezando-se o conjunto dos outros pedidos de reconhecimento, como era o caso das seguintes federações de trabalhadores rurais: Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Esta evidência empírica sustenta-se na breve interpretação da orientação geral adotada pelo ministro frente a sindicalização. Essa interpretação pode ser iniciada pela caracterização do jogo trabalhista que se colocava em movimento. Importantes pressões do CGT e da “greve geral pelo plebiscito” tinham ecoado no ministério do Trabalho. Erickson resume esta comoção social do seguinte modo:

(...) Em outro gesto que simbolizou o crescente poder dos grevistas, o ministro do Trabalho João Pinheiro Neto foi aos escritórios da CNTI, onde assinou novo regulamento ministerial para facilitar a organização dos trabalhadores rurais. Os líderes sindicais rurais se opunham ao regulamento antigo, instituído pelo ministro do Trabalho Franco Montoro, um democrata cristão, em 1961, porque sentiam que esse restringia seu poder nas áreas rurais em vantagem dos democratas cristãos e outros moderados (...) Erickson, 1979:157.

No entanto, muito além das alegrias e emoções das manifestações públicas, priorizava-se a necessidade de formular orientações políticas para a gestão dos conflitos, ou para sua governabilidade. Coloca-se, em destaque a

²⁹ Sobre os diferentes projetos sindicais, ver: Capítulo 5. Atores Sociais, Conflitos Políticos e Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas (1954- 1964) desta tese.

seguir, três instruções baixadas pelo ministro do Trabalho e que trabalhavam para consolidar tal alternativa.

Do ponto de vista legal, tal estratégia fundava-se na recuperação do enunciado e das determinações contidas no Decreto 7038, de 10 de novembro de 1944. Recupera-se, estrito senso, o modo de controle daquele ministério, assim como de suas agências, sobre os sindicatos agrícolas fundados. Recoloca-se a fórmula do "sindicato único" por base territorial restrita ao município, recusando-se a categoria genérica de "rurais" e estabelecendo-se orientações para a fundação de sindicatos por categorias específicas do trabalho agrícola.

Ou seja, desmonta-se a tosca estratégia anterior de "ocupar território" e anular a possibilidade de competição pelo sindicato. Pelo artigo 20 da Portaria n. 335-A, todos os sindicatos reconhecidos por aquele ministério, até aquela data, deveriam passar por novos processos de "apostilamentos". Ainda assim, segundo tais orientações, apenas poderiam fundar sindicatos as seguintes profissões: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativa rural e "produtores autônomos", ou seja, aqueles que tem sua atividade fundada no trabalho familiar ³⁰.

A "base territorial" de tais entidades deveria ser o município, sendo vedadas duas entidades de uma mesma categoria na mesma base territorial ou um sindicato de uma categoria que se estendesse por vários municípios ³¹. Finalmente, esse modelo organizativo unia-se por uma representação estadual - "federações" - que, no entanto, deveria enfeixar-se em quatro "confederações

³⁰ Cf. MTPS-Portaria n.355-A, de 20 de novembro de 1962, In Lex.Marginália, 1963, página 383. Ver artigo 1 e "quadro de profissões anexo".

³¹ Idem: artigo 3º.

nacionais”, a saber: confederação nacional dos trabalhadores agrícolas e lavradores, confederação dos pequenos proprietários, confederação nacional dos produtores autônomos e confederação nacional dos trabalhadores na produção extrativa rural.

Estabelecia-se, assim, na intenção do legislador, amplas possibilidades para os formuladores da política oficial negociarem as reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais, fragmentados, ao menos, em quatro grupos definidos por seus interesses mais específicos. Nega-se, portanto, o direito a uma central única de trabalhadores.

No entanto, se tais orientações recusavam os “sindicatos de trabalhadores rurais”³², também não favoreciam o reconhecimento de sindicatos das demais correntes políticas sem articulações reais ou institucionais com a Igreja Católica ou sem uma cobertura de políticos trabalhistas influentes e sem, portanto, de algum modo, poder contar com apoios fortes. Especialmente para o Partido Comunista Brasileiro definir condições de organização restritivas, significava tender a excluí-lo, como se pode acompanhar na continuidade da exposição desse modelo organizacional.

Assim, essa normatização da vida sindical e do processo de formação do sindicato, além de colocar as eleições sindicais baixo o total controle do ministério, formulava um conjunto de exigências para a formação de chapas para as diretorias, o que impedia a candidatura de quase todos os líderes sindicais rurais daquele período³³. Mais especificamente, os membros da diretoria deveriam ser alfabetizados e passar por procedimentos eleitorais definidos ao

³² Ver Capítulo 3 desta tese.

³³ Cf. MTPS- Portaria n. 356, de 21-11-62, DOU 3-12-62. Ver : Quadro 3 - Medidas de Política Trabalhista Rural, Governo João Goulart. 1962-1963 .

longo de quarenta e cinco artigos e as chapas eleitorais deveriam ser registradas no ministério ou em suas agências, assim como, cópias das chapas deveriam ser enviadas para as empresas rurais. Finalmente, tal portaria prescrevia que os candidatos deveriam comprovar o exercício efetivo de “atividade profissional”, através de declarações e atestados e, indicava, ainda, que a posse da diretoria eleita dependeria de registro prévio no MTPS ³⁴.

De modo mais conclusivo: o início da sindicalização trabalhista implicaria, em primeiro lugar, no desmantelamento de prévia estrutura sindical articulada por setores direitistas que atuavam no movimento pela sindicalização e com o apoio da Igreja; em segundo lugar, define-se um campo de lutas e de conflitos, criando-se um espaço institucional e organizacional para as disputas. Finalmente, define-se regras e normas que orientam os conflitos de trabalho para os quadros da política institucional, em que o principal mediador é o ministério do Trabalho

De todo modo, resta considerar outra medida do ministério do Trabalho que se refere ao estabelecimento de assistência jurídica gratuita para o trabalhador, que seria apresentada em campanha pública, em novembro do ano em questão. Montava-se, para tanto, um escritório de atendimento permanente, na sede do MTPS, no Rio de Janeiro. Tal regulamentação viria de encontro a demanda dos trabalhadores por atendimento jurídico, dada a situação de inflação elevada e de instabilidade econômica ³⁵. De todo modo, integrava uma campanha de valorização do próprio ministério, que enfrentara um movimento

³⁴ Nessa linha draconiana, a portaria prescrevia, ainda, que as delegacias regionais do Trabalho deveriam verificar, periodicamente, se os associados eram de fato “trabalhadores agrícolas”, assim como, verificar se a relação de associados era verdadeira (Cf. Idem: artigo 18).

³⁵ Cf. MTPS-Portaria n. 60, de 12-11-62, DOU 21-11-62.

sindical financiado pelo empresariado, e, também, enfrentava o crescimento do CGT.

De todo modo, seriam reconhecidos, nesse período, algo como quinze sindicatos de trabalhadores. Tais orientações trabalhistas agrícolas fechavam e restringiam, temporariamente, o reconhecimento de sindicatos. Antes de novembro foram reconhecidos os cinco seguintes sindicatos: Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR- de Capivari, SP, em 15 de outubro (DOU 5-12-62); STR de Jaboticabal, SP, em 9 de outubro (DOU 5-12-62); STR de Farroupilha,RS, em 9 de outubro (DOU 20-11-62); STR de Mandaguari, PR, em 1 de outubro (DOU 22-10-62) e STR de Presidente Prudente, SP, em 17 de outubro (DOU 20-11-62). No mês de novembro, já de acordo com as novas portarias, seriam reconhecidos os dez sindicatos que se seguem: em 8 de novembro, Sindicato de Pequenos Produtores Autônomos- SPPA de Garibaldi, RS (DOU 7-1-63); Sindicato de Produtores Autônomos- SPA de Mussum, RS (DOU 7-1-63); SPA de Torres, RS, (DOU 8-1-63); STR de Nova Esperança, PR (DOU 15-1-63). Em 28 de novembro seriam reconhecidos: SPPA de Gravataí, RS (DOU 8-1-63); SPPA de Carlos Barbosa, RS (DOU 13-2-63); SPPA de Flores da Cunha, RS (DOU 29-3-63). E, finalmente, em 27 de novembro: Sindicato de Trabalhadores no Cultivo do Café de Jandaia do Sul (DOU 27-11-62) e Sindicato de Trabalhadores na Lavoura de Londrina, ambos do estado do Paraná (DOU 7-1-63).

4.4) Sindicalização Trabalhista no Presidencialismo (janeiro de 1963 a março de 1964)

O presidente Goulart, em janeiro de 1963, formaria um Ministério composto por representantes das correntes trabalhistas e algumas personalidades comprometidas com a extensão da cidadania e da democracia. Assim, seria o caso de personalidades como: Almino Affonso que estaria a frente do Ministério do Trabalho, José Ermírio de Moraes ³⁶, à frente do Ministério da Agricultura e João Caruso que permaneceria na direção da Supra.

Como se sabe, a gestão da política econômica seria de responsabilidade de Celso Furtado ³⁷, superintendente e idealizador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene - e que implementaria orientações de políticas de austeridade financeira conjugadas à proposição de promover as reformas, entre elas a reforma agrária. Resultaria extremamente difícil conciliar tais medidas recessivas e de controle de salários com as alianças políticas do janguismo com o sindicalismo e movimento popular. Para Erickson, no presidencialismo:

(...) a restauração dos plenos poderes retira a desculpa por ter fracassado na contenção da inflação e na retomada do crescimento econômico. Rapidamente, o crédito de confiança após plebiscito dissipa-se e a iniciativa política e o poder se dispersam por outros atores políticos, Goulart aumentou seu poder formal e sofre perda nas composições políticas informais (...)

³⁶ Empresário dono do grupo Votorantim e de Usinas de açúcar no Nordeste, senador pelo PTB, foi um dos grandes articuladores da Frente Popular que levaria Miguel Arrais ao governo de Pernambuco, em outubro daquele mesmo ano.

³⁷ O Plano Trienal definia-se pelo combate à inflação, pelas reformas bancária, fiscal e administrativa. Previa aumentar a capacidade de importações, via refinanciamento da dívida externa. Tais orientações condicionariam a que se abolissem os subsídios sobre trigo e petróleo, elevando a inflação, o que dada a política de austeridade monetária bloquearia as elevações de salários, passando o ministro Furtado a contar com a oposição do CGT, da FPN e da FPM, pela esquerda, e do bloqueio do Congresso à votação das reformas, pela direita conservadora.

Ainda assim, logo em março de 1963 seria aprovado, em votação pelo Senado Federal, o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR ³⁸ e o presidente Goulart enviaria ao Congresso Emenda Constitucional para realizar a reforma agrária ³⁹. Como se sabe, o ETR teve efeitos importantes para o trabalhador, tanto no período em que é aprovado, quanto a longo prazo ⁴⁰. No curto prazo, na medida em que flexibilizava os procedimentos de fundação de entidades sindicais ⁴¹, viabilizaria a formação imediata de uma estrutura nacional de lutas dos trabalhadores, que, como se sabe, logo iniciaria greves por elevações de salários e melhores condições de trabalho e também campanhas pela aplicação do salário mínimo ao campo.

Do ponto de vista de uma lei, o ETR pode ser considerado muito positivo. Respondia aos problemas colocados pelas transformações agrárias em curso porque regulamentava defesas efetivas para o trabalhador. Legalizava o contrato de trabalho e definia normas para a contratação coletiva e individual. Partia, assim, da constatação da violência da dominação no campo e determinava condições de proteção que incidiam sobre duas situações muito excludentes vividas pelo trabalhador, ou seja, a contratação do Bóia Fria,

³⁸ O ETR estabelecia condições bem mais flexíveis para a fundação de sindicatos, ainda que os mantivessem sob controle do MTPS. Definia estatutos simples que deveriam conter: endereço de suas sedes, atividades representadas, entre outras. De todo modo, o enquadramento se dava via a grande categoria de "trabalhadores rurais" e que tinham as competências seguintes: exclusivamente tais sindicatos poderiam manter agências de colocação de trabalhadores; promover dissídios coletivos de trabalho, manter escolas de alfabetização e de qualificação profissional entre outras. Cf. Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4214, artigo 128.

³⁹ Sobre a reforma agrária, ver Camargo, 1981.

⁴⁰ A longo prazo a lei foi um instrumento importante de defesa do trabalhador, posto que permitiu-lhes cobrar seus direitos legais durante a ditadura. Entre os mais reivindicados estariam: indenização por tempo de serviço; a não prescrição de seus direitos trabalhistas, o que para os urbanos não era válido, desde que seus direitos prescreviam após dois anos de término do contrato de trabalho, entre outros.

⁴¹ Cf. Estatuto do Trabalhador Rural, capítulo II "Do reconhecimento e Investidura Sindical", ob.cit..

trabalho temporário, e os processos de pura e simples expulsão dos colonos e moradores.

4.4.1) Almino Afonso, Ministério do Trabalho e Sindicalização Agrícola (24 de janeiro a 17 de junho de 1963)

A gestão de Almino Affonso ⁴² no ministério do Trabalho ⁴³ daria impulso e organicidade à sindicalização dos trabalhadores agrícolas, o que parece poder ser atribuído aos vínculos e compromissos desse político com a Ação Popular ⁴⁴, assim como, a sua compreensão particular do trabalhismo. Trazia para o ministério a convicção política de que o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - deveria se construir enquanto uma alternativa ideológica e militante, o que demarcara sua trajetória política de intervenção parlamentar e de crítica ao petebismo “fisiológico” ⁴⁵. De todo modo, trabalharia em estreita colaboração com João Caruso, superintendente da Supra, que trazia a experiência e os pleitos do Movimento dos Agricultores e Trabalhadores Sem Terra - Master, do Rio Grande do Sul.

⁴² Almino Affonso forma-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo, USP do Largo de São Francisco na década de 50 e integraria uma geração de democratas autênticos. Vários colegas de movimento estudantil o acompanhariam no ingresso na política nacional, entre os quais aqueles que militaram e dirigiram a Ação Católica, ocupando postos de assistentes diocesano e outros, como: Plínio de Arruda Sampaio, Darci Passos, Francisco Léo Munaro, Eduardo de Carvalho Tess e Modesto Justino Oliveira Júnior e muitos outros.

⁴³ Para Erickson essa gestão seria um exemplo de como um político trabalhista pôde usar os recursos do trabalhismo na produção de uma política séria e comprometida com a democracia.

⁴⁴ A recém formada Ação Popular, meados de 1962, expressava uma cisão na Igreja Católica. Congregava, principalmente, a juventude estudantil católica e quadros dirigentes descontentes com os posicionamentos da hierarquia daquela igreja. Propunha-se, por essa via, a constituir-se numa alternativa de “conscientização” junto às camadas populares, que se caracterizasse por um posicionamento ideológico a favor das reformas e da socialização da produção. Desse modo, reunia os partidários de “reformas estruturais” no país, na direção da construção do socialismo. Priorizava, portanto, o trabalho de conscientização e organização de operários e de camponeses.

⁴⁵ Conforme entrevista de Darci Passos, concedida à autora, em São Paulo, em 7 de junho de 1997.

Tais escolhas e posicionamentos ideológicos presidiriam a formação de seu gabinete executivo que contaria com quadros políticos do PTB “autêntico” e lideranças da Ação Católica. Desse modo, essa posição crítica seria sustentada por uma equipe de colaboradores diretos identificados a esse posicionamento, como seria o caso de seu secretário político, o promotor da justiça paulista Darci Passos e do advogado Modesto Justino de Oliveira Júnior, ambos dirigentes da Ação Católica ⁴⁶.

Nomearia, o ministro, a Lúcio Gusmão Lobo para dirigir o importante Departamento Nacional do Trabalho que, como se sabe, constitui-se em um dos principais órgãos executores da política trabalhista, funcionando como mediação entre os sindicatos e as linhas maiores de regulamentação das condições do trabalho. Montaria, ainda, o seguinte quadro de assessores e chefes de departamentos: a chefia de gabinete cabia a Jorge Monteiro Faverest, Carlos Mecruz secretariava as questões sindicais afetas ao estado do Rio de Janeiro, enquanto que Eduardo de Carvalho Tess ⁴⁷ coordenaria os assuntos sindicais do estado de São Paulo ⁴⁸.

Logo após sua posse, no que se refere a sua orientação para a política trabalhista nacional, tomaria um conjunto de medidas destinadas a enfrentar

⁴⁶ Darci Passos tinha livre trânsito pelo movimento sindical paulista e conhecia de perto os meandros da organização dos trabalhadores, tendo sido um dos fundadores da Central Sindical Ararense de Trabalhadores. Lotado na promotoria de Araras, SP, esse promotor criaria uma interessante experiência de arregimentação e formação de sindicatos. Paulistano de nascimento, chegaria àquela cidade em 1956, onde organizaria cursos de formação sindical e de conscientização dos trabalhadores. Como resultado desse trabalho, seria criada uma central sindical de coordenação de trabalhadores, entre os quais: têxteis, construção civil, metalurgia e alimentação. A Central Sindical Ararense chegaria a coordenar algo como duzentos sindicatos daquela região do estado. Cf. entrevista com Darci Passos.

Ver também: LEITE, M.Cecilia Alvares Conto como fomos. Juventude de Chumbo, SP: Estação Liberdade, 1992.

⁴⁷ Cf. Boletim do MTPS, n. 104, jan-dez de 1963, RJ: Imprensa Nacional.

⁴⁸ A Delegacia do Trabalho em São Paulo seria dirigida por Francisco Leo Munaro, também dirigente da Ação Católica. Nesse sentido, tal grupo da Ação Católica orientava-se politicamente de modo oposto ao PTB paulista. Para maiores informações sobre o PTB paulista naquela década, veja-se:

distorções ligadas ao clientelismo. Entre elas, estariam: pressões sobre as empresas para que pagassem suas contas e débitos com a Previdência Social, substituições de diretorias dos institutos de pensões e aposentadorias, como seria o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo ⁴⁹. Destituiria os diretores das seguintes comissões do MTPS: Comissão de Imposto Sindical - CIS - e Comissão Técnica de Orientação Sindical - CTOS, comprometidas com esquemas de corrupção. Assim, por exemplo, tais comissões passariam por algumas reestruturações, sendo criada uma diretoria específica da CTOS em São Paulo ⁵⁰.

Outra diretriz geral importante refere-se à legalização do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. Conforme Darci Passos, ⁵¹ o ministro do Trabalho o encarregaria de redigir uma portaria reconhecendo aquela central. O "parecer", então redigido, fundava-se no preceito legal de que a Consolidação das Leis de Trabalho - CLT- não proibia expressamente o funcionamento de central sindical desse tipo, mas apenas não previa sua existência. Concluía-se, portanto, que o não reconhecimento da central feria o direito de reunião que por aquela lei era garantido a todos os trabalhadores ⁵² e o CGT seria oficializado. Ainda assim, esta legalidade e reconhecimento não perdurariam e diante das pressões contrárias o ministério recuaria.

BENEVIDES, M.Vitória O PTB e o Trabalhismo.Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964), SP: Brasiliense-Cedec, 1989.

⁴⁹ Afasta o presidente do conselho administrativo do IAPI em S.Paulo e do IPASE na Guanabara. Nomearia Clidenor de Freitas para a direção nacional do IPASE

⁵⁰ Esse novo setor regional da CTOS estaria a cargo de Júlio César de Prado Leite, funcionário de carreira do MTPS e procurador do estado.

⁵¹ Cf. entrevista de Darci Passos concedida à autora. Sobre a legalização do CGT, ver também: COSTA, S.A O CGT e as Lutas Sindicais Brasileiras (1961-1964), SP: Edi. Grêmio Politécnico, 1981.

⁵² A legalização do CGT permitiria, por exemplo, a sua participação na Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, em maio de 1963, em Bogotá, Colômbia. Ladeando o ministro do Trabalho na delegação brasileira estaria o representante do CGT, Osmildo Hanford, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito - Contec. Cf Darci Passos.

Quase finalizando essas indicações gerais da política daquele ministro do Trabalho, cabe ainda registrar, em primeiro lugar, a oposição e o protesto que faria contra os sacrifícios que o Plano Trienal trazia aos trabalhadores e em segundo lugar, o estilo de suas relações com o movimento sindical em que colocava uma ênfase especial na mediação das reivindicações e lutas.

Assim, o ministro e sua assessoria política intermediariam as lutas sindicais e outras reivindicações, comparecendo pessoalmente às assembléias e fóruns sindicais ⁵³.

Finalmente, o ministro do Trabalho, logo após assumir o cargo, em fevereiro, baixaria uma instrução pela qual as “questões de rotina” do procedimento administrativo do MTPS passariam a ser atribuição do diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho. Abria mão, assim, de importantes e tradicionais prerrogativas inerentes a esse cargo. De todo modo, o ministro trataria pessoalmente apenas as questões “emergentes”. Seria o sindicalismo uma de tais questões, para a qual o ministro reservava sua preferência? ⁵⁴

No que se refere a sindicalização, um primeiro caminho trilhado seria aquele relativo as instâncias dentro do próprio MTPS. Para tanto, reorganiza-se Departamento Nacional do Trabalho, reenfocando as funções do Departamento

⁵³ Cf. Darci Passos não havia uma cooptação dos sindicatos ao ministério para negociar com o ministro: (...) mais de uma vez eu fui pessoalmente discutir o assunto nas assembléias. Quando da greve da Telefônica, que ia isolar o Brasil das comunicações internacionais (...)Na assembléia da telefônica, eu fui lá discursar e debater (...) também fui lá no Porto de Santos verificar a situação dos bagrinhos (...) Cf. entrevista de Darci Passos, citada.

⁵⁴ Registre-se algumas indagações que fogem ao âmbito de nosso tema. Alguns autores se perguntam por que João Goulart teria convidado a liderança do Grupo Compacto para ocupar o Ministério do Trabalho, se sua ascensão à liderança do PTB na Câmara já tinha sido questionada por setores mais tradicionais daquele partido. Perguntamos: o crescimento de um movimento sindical direitista e conservador, especialmente em São Paulo e nos anos 61 e 62, não justificaria a necessidade política de ter um ministro que tivesse trânsito entre os sindicalistas contestadores? De todo modo, difícil saber os acordos entre o ministro e o presidente. No entanto, sabe-se que o Departamento Nacional do Trabalho controlava o fundo sindical e o “departamento inter sindical”. Ambos controlavam a política sindical, como : registro de chapas e o poder de favorecer os sindicalistas mais próximos. Por outro lado, uma das

Técnico de Orientação Sindical - DTOS - no sentido de adequá-lo à campanha pelo sindicato rural, dividindo-o em duas seções, uma urbana e outra rural. . Neste rumo, a Comissão Técnica de Orientação Sindical, a partir de março de 1963, passaria a se envolver na campanha nacional pelas reformas de base, incentivando o debate entre os trabalhadores e realizando centenas de cursos de formação sindical ⁵⁵.

No entanto, tratava-se de ampliar a intervenção da Supra e de criar novas estruturas institucionais de apoio àquela campanha. E as primeiras medidas tomadas, em colaboração com a Superintendência da Política Agrária - Supra, tinham cunho institucional, de modo a, definir uma estrutura de sustentação financeira e material, assim como, de recursos humanos.

Além dessas diretrizes gerais, o prosseguimento da campanha de sindicalização rural condicionaria a que se realocasse alguns órgãos governamentais e autarquias, deslocadas de sua vinculação ao ministério da Agricultura, como era o caso da Fundação Nacional de Assistência ao Garimpeiro - FNAG - e o Serviço Social Rural que passariam a estar subordinados diretamente à Supra. Atribuía-se novas funções a ambas, e aquela fundação passou a ter competência para promover a sindicalização rural. Inicialmente, tal atribuição é restrita ao estado de Goiás, onde deveria colaborar

primeiras portarias dessa gestão, delegava ao Diretor do Departamento Nacional do Trabalho amplos poderes para decidir sobre questões de rotina do Ministério...

⁵⁵ Cf. Portaria MTPS n. 104, 29-1-63, DOU de 31 de janeiro de 1963 e Portaria MTPS n.20, 20 de março de 1963, DOU de 10 de março de 1963. Regulamenta a resolução da CNOS sobre a realização de cem cursos de formação sindical.

com a Delegacia Regional do Trabalho ⁵⁶, logo após, essa competência seria estendida a todo o território do país ⁵⁷.

Construindo uma Representação Rural Democrática

Outra medida importante e que simboliza a política trabalhista rural daquele período seria a fundação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural - Consir. Resultante de um convênio entre a Supra e o MTPS, essa comissão teria, também, competência legal para promover a formação de lideranças rurais e o sindicato. Integravam a Consir: Doutor Veloso, como presidente e Padre Lage, como secretário, ambos pela Supra; Celso Salet, pelo PTB; Dr. Geraldo Moretson, pelo Ministério do Trabalho e Lindolfo Silva pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB. Para o Padre Lage, a Consir representaria uma das principais forças na criação do sindicato:

(...) Almino Affonso ofereceu-nos a idéia de um convênio entre sua repartição e a Supra(...) A Supra muito mais bem aquinhoadada no orçamento do que seu ministério entraria com os recursos financeiros e o ministério com assessoria jurídica ao sindicato em todas suas fases(...) Pessoa, 1981: 118.

Almino Affonso definiria novo recorte institucional e organizacional de política oficial para o sindicato rural. Para tanto, seria formado um grupo de trabalho - GT - com a incumbência específica de propor o enquadramento dos "trabalhadores avulsos" e "trabalhadores autônomos" ⁵⁸. Padre Lage integraria esse GT e, ainda conforme seu depoimento, a defesa do enquadramento dos

⁵⁶ Cf. Portaria do MTPS de 11-1-63, DOU 17-1-63. Essa portaria autoriza a FNAG a colaborar com a Delegacia Regional do trabalho de Goiás.

⁵⁷ Portaria MTPS n. 29, 23-1-63, DOU de 31 de março de 1963. Concede a FNAG atribuição de colaborar com todas as delegacias de trabalho do país. A importância dos trabalhos para a sindicalização podem ser dimensionadas pela observação de seu plano financeiro para aquele ano. Ver DOU de 18 de junho de 1963, folha 5308, processo n. 301968-62.

“autônomos” em separado seria uma reivindicação dos representantes do Master do Rio Grande do Sul, permitindo-se, por essa via, a possibilidade de representação sindical para posseiros e ocupantes de terras ⁵⁹.

No entanto, como já se enfatizou mais acima, uma das dificuldades para a criação do sindicato estava no volume de exigências feitas pelo MTPS, de um lado, e na repressão policial que os fazendeiros faziam àqueles que não contavam com sua cobertura, de outro. Desse modo, resolvia-se a dificuldade por um de seus lados. Conforme Darci Passos:

(...) O Almino providenciou uma portaria que facilitasse o preenchimento do pedido de reconhecimento (...) e reduzisse as exigências formais para a fundação. Desse modo (...) pedidos para tramitação de processos de fundação eram prioritários(...) fazíamos acelerar o processo(...) ao longo do ano de 1963, sobretudo após a portaria de Almino, saiu de 50 sindicatos de trabalhadores rurais para no mínimo 700 sindicatos pedindo reconhecimento(...) ⁶⁰.

De todo modo, em maio daquele ano, é formado outro grupo de trabalho, mais numeroso que o primeiro, reunindo treze representantes das principais forças políticas envolvidas na sindicalização. Formaram esse novo GT : três representantes da Supra (Padre Lage, Aldo Silva Arantes e Romeu Leaglia Barlezi), dois presidentes de federações de trabalhadores agrícolas (Manuel Gonçalo Ferreira, pela Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco e José Rodrigues da Silva, secretário geral da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Paraná, filiada à UItab) e o vice presidente do Master (Rosauro

⁵⁸ Cf. Portaria MTPS n. 58, 13-02-63, DOU de 1 de março de 1963. Institui grupo de trabalho para propor normas para inserção dos avulsos e autônomos. Ver também: Boletim do Ministério do trabalho, n. 104, jan-dez de 1963, RJ: Imprensa Nacional.

⁵⁹ Cf. PESSOA, F.L., 1988: 119, afirma: (...) constituiu-se uma comissão de seis ou mais pessoas, com alguns advogados competentes, com assessores para a redação de um primeiro esboço de enquadramento (...) quanto ao conteúdo da proposta que simplificava ao máximo, para que os sindicatos pudessem ter existência real sem nenhuma ficção como instituidor da luta dos operários analfabetos (...)

Charlet de Souza). O grupo era presidido por Eduardo Carvalho Tess, chefe de gabinete do MTPS e responsável pela política sindical em São Paulo e, contava ainda com: dois consultores jurídicos (Modesto Justino de Oliveira e Gildásio Lopes Pereira) e dois representantes do MTPS (Edmundo Fernandez Levi e Francisco Brasil Valino Lopes). Celso Salet, pelo PTB, secretariava o grupo de trabalho ⁶¹.

Pode-se concluir que o enquadramento sindical que então se propunha era uma resultante de acordos entre as forças políticas influentes e importantes por sua participação nos trabalhos de fundação de sindicatos e nas lutas sindicais no período, ou seja, União das Associações dos Agricultores e Lavradores Brasileiros, Ação Popular e Movimento dos Agricultores e Trabalhadores Sem Terra. Tal acordo seria assim intermediado por duas agências do estado, a saber, Ministério do Trabalho e Supra e pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Desse modo, projetava-se a construção de uma estrutura institucional que levava em conta as possibilidades de atuação e a realidade das forças sindicais rurais, ponderando os interesses daqueles grupos no meio rural.

Segue-se um apanhado dessas orientações nos principais atos administrativos do Ministério do Trabalho. Organizo a exposição nos seguintes blocos: 1) condições favoráveis ao desenvolvimento do trabalho de sindicalização das forças pelas "reformas" e contrárias aos sindicatos que se fundavam com o apoio dos proprietários rurais; 2) condições propiciadoras para vencer os "sindicatos de trabalhadores rurais" organizados por setores conservadores da Igreja Católica; 3) condições que objetivavam manter o

⁶⁰ Cf entrevista de Darci Passos, citada.

⁶¹ Cf. Portaria MTPS n. 208, 13 de maio de 1963. Forma grupo de trabalho interministerial para estudar enquadramento sindical. Ver também : Portaria MTPS n. 285, 28-6-63.

sindicato articulado ao estado e, portanto, aquelas que se dirigiam para garantir a continuidade da política trabalhista.

Desde que, as reivindicações daquelas forças políticas do movimento sindical rural colidiam, em muitos pontos, com o critério maior de enquadramento do Estatuto do Trabalhador Rural, que unificava todas as categorias na fórmula “trabalhador rural”, as orientações oriundas de tais entendimentos, ressalvavam que o enquadramento e reconhecimento dos sindicatos seguiriam as novas diretrizes do ministro do Trabalho e, secundariamente, seriam aplicadas as normas da CLT(conforme as disposições do ETR no artigo 12, parágrafo 3).

Desse modo, permitia-se que os sindicatos que tivessem bases territoriais grandes e que ultrapassassem mais de um município, fossem desmembrados. Eram condições para isso, por exemplo, a iniciativa de um associado do sindicato no sentido de solicitar seu desmembramento ao ministério do Trabalho, fundando-se novos sindicatos ⁶². Podia, também, o ministério resolver pelo desmembramento ou aglutinação de entidades sindicais a dadas bases territoriais.

No que se refere ao enquadramento do sindicato, as orientações oficiais propunham a formação de sindicatos em cinco categorias: trabalhador na lavoura (assalariado), trabalhador na pecuária e similares (assalariados), trabalhadores na produção extrativa (assalariados), trabalhadores autônomos (arrendatários e posseiros que explorem atividade rural com o trabalho familiar) e pequenos proprietários que tivessem sua atividade fundada, também, no

⁶² Cf. artigo 3, parágrafo único, da Portaria MTPS n. 346, 17-6-63. Ver Lex. Legislação Federal e Marginália, XXVII, RJ, Imprensa Nacional, 1964.

trabalho familiar ⁶³. Permitia-se, assim amplas possibilidades e espaços institucionais para tendências até então não representadas.

Atingia-se, também, aquelas entidades sindicais já reconhecidas por gabinetes anteriores do ministério e condicionava-se sua legalidade a novos apostilamentos. No entanto, excluía-se dessa exigência aquelas entidades cujas cartas sindicais tivessem sido concedidas na gestão do ministro do Trabalho João Pinheiro Neto.

Atendia-se a tese maior do movimento sindical progressista, ou seja, a conquista de uma central única e propunha-se, portanto, apenas uma confederação nacional, o que rompia com o corporativismo e possibilitava a integração nacional das diversas reivindicações e lutas dos movimentos pela sindicalização. Propunha-se, portanto, a fundação de uma única confederação de trabalhadores agrícolas, ou seja, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - CONTAG.

Enunciavam-se, também, orientações no sentido de incentivar e possibilitar a formação de uma vida e de práticas sindicais. Assim, a competição pelas diretorias sindicais era incentivada pela limitação do mandato dos diretores a três anos. Igualmente, estimulava-se a prática sindical pela definição das funções das “federações” de trabalhadores, de tal modo que, além de representar os interesses de seus sindicatos associados, caberia a elas defender nas convenções coletivas e nos dissídios coletivos aquelas categorias que não estivessem ainda organizadas ⁶⁴.

⁶³ Idem, artigo 25, capítulo V.

⁶⁴ Idem, artigo 11, parágrafo 1.

Situavam-se, nessa direção, também, a orientação ministerial que regulava a representação e os procedimentos eleitorais internos ao sindicato⁶⁵. Não são colocadas quase nenhuma restrição à candidaturas aos cargos de administração e representação, podendo os postulantes serem analfabetos. Definia-se que o corpo de eleitores, no mínimo cinquenta de sócios, atestaria sua própria qualificação profissional, ao declarar seus dados civis na listagem interna do colégio votante do sindicato. Restringia-se esse direito, apenas, àqueles que tivessem praticado atos lesivos contra entidades sindicais e que não estivessem há dois anos no exercício da profissão.

Finalmente, desde que o sindicato estivesse reconhecido pelo MTPS ficaria investido das prerrogativas do artigo 15, parágrafo único e obrigado aos deveres dos artigos: 116, 120 e 117 do Estatuto do Trabalhador Rural ⁶⁶.

Durante a gestão de Almino Affonso seriam reconhecidos algo como quarenta sindicatos, concentrados, principalmente, em municípios dos estados de Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Ceará e Sergipe. Assim, em 25 de abril, seriam legalizados dois sindicatos em Pernambuco ⁶⁷. Na data simbólica do trabalhismo, em 1º de maio, reconheceria, aquele ministro, treze sindicatos, sendo sete de "trabalhadores e lavradores"- STL ⁶⁸ (um no estado

⁶⁵ Cf. Portaria MTPS n. 347, de 14 de junho de 1963, ver Lex, Legislação Federal e Marginália, T. XXVII, RJ: Imprensa Nacional, 1964.

⁶⁶ Tais artigos do ETR referem-se a: prerrogativa exclusiva do sindicato de manter agências de colocação de empregados e a condições obrigatórias à vida sindical como, estatuto padrão e outras.

⁶⁷ Sindicato dos Trabalhadores e Lavradores do Cabo (Processo n. 139639-63, DOU 8-1-63,173) e Sindicato dos Trabalhadores e Lavradores de São Lourenço da Mata (Processo n. 126918-63, DOU 8-1-64).

⁶⁸ STL de Paranaíba-PR (Processo n. 131463-63, DOU 15-7-63), STL de Penápolis-SP (132671,DOU 15-7-63), STL de Adamantina-SP (132672,DOU 15-7-63), STL de Franca (131101,DOU 1-8-63), STL de Pirajui-SP (132673, DOU 6-8-63), STL de Ribeirão Preto (112408-56, DOU 18-6-63), STL de Bragança Paulista (178856-57, DOU 18-6-63), SPA de Pacaembu-SP(134845-63), SPA de Erechim-RS (154279-63, DOU 1-10-63), SPA de Farroupilha-RS (154260-62, DOU 1-8-63), SPA de Veranópolis-RS (154257-62, DOU 14-12-63), SPA de Machadinho-RS (154247-62, DOU 20-11-63), SPA de Piracanjuba-GO (133513-63, DOU 5-7-63).

de Paraná e seis no estado de São Paulo) e seis de “pequenos produtores autônomos” - SPA - (sendo quatro no Rio Grande do Sul, um em Goiás e São Paulo, respectivamente). Importa destacar que entre os STL de São Paulo, três tinham sido “apostilados” no MTPS nos anos de 1955 e 1957, como era o caso dos sindicatos de Bragança Paulista, Ribeirão Preto e Franca. Ainda no mês de maio reconheceria mais três STLs em São Paulo ⁶⁹.

No início do mês de junho, além das portarias de reconhecimento dos dias 11 e 14 pelas quais seriam legalizadas quatro entidades ⁷⁰, no dia 15 seriam entregues as cartas sindicais a quinze entidades ⁷¹. O estado de São Paulo passaria a contar com mais sete STLs e mais dois SPAs e o interior do Maranhão teria sindicato em Imperatriz, assim como, o noroeste do Paraná teria o STL na conflagrada região de Porecatu.

4.4.2 - Ministro Amauri Silva e Sindicatos Trabalhistas

Reforma Ministerial e Sindicatos Rurais

As iniciativas do presidente da República caminhavam na direção de manter seus poderes, na busca da governabilidade minada por pressões

⁶⁹ Em 10 de maio é reconhecido o STL de Batatais (Proc. N. 104484-63, DOU 16-7-63) e em 28 de maio os STLs de Salto Grande (Proc. N. 141485-63, DOU 16-7-63) e de Presidente Alves (141484-63, DOU 16-7-63).

⁷⁰ Em 11 de junho: STL de Itaboraí- Rio de Janeiro (224134-62 , DOU 3-8-63) e em 14 de junho: SPA de Rio Bonito-SP (224138-62, DOU 1-8-63), STL de Porecatu-PR (148087-63, DOU 3-8-63) e STL de Tomas do Geru- SE (204642-62, DOU 1-10-63).

⁷¹ SPA de Adamantina- SP (150394-63, DOU 6-8-63), SPA de Peruíbe- SP (112651-63, DOU 6-8-63), STL de Pontal-SP (132670-63, DOU 6-8-63), STL de Araraquara-SP (154476-63, DOU 6-8-63), STL de Tapiratiba-SP (152360-63, DOU 152360-63, DOU 6-8-63), STL de Mogi das Cruzes (225824-62, DOU 6-8-63), STL de Barrinha-SP (112653-63, DOU 6-8-63), STL de Oriente-SP (157147-63, DOU 20-11-63, STL de Gália-SP (123769-63, DOU 14-11-63), STL de Iguatu-CE (208167-62, DOU 1-8-63), STL de Aracati-CE (208168-62, DOU 1-10-63), STL de Boquim-SE (150440-63, DOU 14-11-63, STL de Imperatriz-MA (152564-63, DOU 20-11-63) e mais os seguintes SPAs: SPA de Cascavel-PR (144651-63,

cruzadas da direita e da esquerda ⁷² e nesta crise, seu primeiro ministério, não resistiria por mais de seis meses. Celso Furtado cairia em março e os três grandes sustentáculos do reformismo agrário cairiam em junho do primeiro ano de governo presidencial, a saber, Almino Affonso, do Ministério do Trabalho, João Caruso da Superintendência da Política Agrária e Antônio Ermírio de Moraes do Ministério da Agricultura.

Para Wanderley Guilherme dos Santos (1986), ocorreria uma fragmentação do poder em múltiplas agências estatais. Podemos acrescentar, que as fortes pressões sociais acabariam por construir novas fontes de poder, em que a força da esquerda, via Comando Geral dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular e outras, não pode deixar de ser considerada. Como se sabe, aprofundava-se a luta pela cidadania, então, comprometida, também, com os movimentos sociais dentro das Forças Armadas ⁷³, em que sargentos e soldados reivindicavam o direito ao voto e a elegibilidade. Assim, um conjunto de greves especificamente voltadas para questões afetas diretamente ao poder sindical, agitariam o país ⁷⁴.

DOU 6-8-63), SPA de Centenária do Sul-PR (157458-63, DOU 20-11-63) e SPA de Itauçu (133512-63, DOU 5-7-63).

⁷² Wanderley Guilherme dos Santos sustenta que o Governo Goulart caracteriza-se por uma pulverização do poder, o que explicaria os altos índices de rotatividade em todos os escalões governamentais, desde os ministros até dirigentes das principais estatais e órgãos financeiros. Esta rotatividade pode ser dimensionada pela comparação do tempo relativo de permanência nos cargos, vis a vis aos governos JK e JQ. Ver SANTOS, W.G. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*, RJ: Vértice, 1986.

⁷³ Conforme Erickson, se no ano de 62 o CGT contava com o apoio do dispositivo militar, portanto, da alta hierarquia das Forças Armadas, no Presidencialismo o dispositivo seria abalado e o movimento sindical passaria a pressionar por reformas mais amplas, como é o caso dos direitos de voto e da elegibilidade dos sargentos e soldados. Acaba, portanto, por exemplo, o CGT comprometendo-se com a campanha por aumentos de salários para militares, excluídos dos aumentos para os funcionários civis.

⁷⁴ Assim, a greve nacional de apoio ao presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Aeroviários Paula Melo Bastos, dirigente da CGT, demitido pela Varig, expressaria a força com que o CGT defenderia a estabilidade do funcionário em funções sindicais. No entanto, a greve do porto de Santos teria um sentido corporativista forte e os estivadores insurgem-se contra uma decisão da Delegacia do Ministério do Trabalho em favor dos bagrinhos. No caso, o sindicato dos estivadores rejeita a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do porto não sindicalizados. Ainda assim, o Ministro da Marinha,

De todo modo, na reforma ministerial de junho, além das demissões de ministros das Forças Armadas e mais aquelas demissões anteriormente citadas, os ministérios chaves para a questão agrária passaram a ser ocupados por políticos mais afinados à tradicional política trabalhista. Assim, com a personalidade de Oswaldo Lima Filho no ministério da Agricultura, tem-se um perfil de um petebista histórico e dedicado a construir a imbricação PTB e sindicatos ⁷⁵. Por outro lado, a fidelidade e a amizade de Amauri Silva a Goulart é fora de qualquer dúvida ⁷⁶. Petebista também histórico, teria em seu currículo político uma expressiva votação que o levaria a ocupar uma cadeira no Senado federal pelo estado do Paraná. No entanto, não teria, como era o caso de Oswaldo Lima Filho, um trânsito pelo movimento sindical ⁷⁷. Conforme alguns autores, teria sido escolhido para o cargo em função de seu perfil moderado e de inspirar confiança nas classes empresariais. Ainda, nesta reforma ministerial, cabe, salientar, a entrega do Ministério da Fazenda a Carlos Alberto de

apoiando a greve, cerca o porto com torpedeiros em defesa dos portuários que sofriam violenta repressão por parte do Governador do estado, Adhemar de Barros.

⁷⁵ Petebista histórico. Juntamente com o presidente da CNTI, em 1960, defenderia a tese da vinculação do sindicato brasileiro ao PTB e apresentaria, inclusive um projeto de lei sobre essa vinculação. Ver IX Convenção Nacional do PTB. Cf. TELLES, J. O Movimento Sindical no Brasil, RJ: Edit. Vitória, 1962.

⁷⁶ Ver NUNES, Adão Pereira Memórias de um médico cassado. Do Planalto à Cordilheira. RJ: Civilização Brasileira, 1979.

⁷⁷ Interessante observar-se que o ministro da Agricultura tomaria um conjunto de medidas para promoção de crédito e assistência técnica a pequenos e médios agricultores e implantaria uma série de "centros pilotos" de conscientização sobre a reforma agrária. Tais centros implantaram-se em: Natal (RGN), em Escada (Pernambuco) e em Pelotas (Rio Grande do Sul) e passaram a promover cursos de formação para camponeses e trabalhadores rurais, indicados pelos sindicatos e ligas. Importaria e financiaria tratores de esteira, a baixos preços; organizaria cooperativas rurais e sistemas de armazenamento para a produção pequenos produtores.

Carvalho Pinto ⁷⁸. E, finalmente, João Pinheiro Neto, ex ministro do Trabalho, ocuparia a Superintendência da Supra ⁷⁹.

Inicialmente, pode-se sugerir a tentativa do Presidente Goulart de retomar o controle sobre a política de sindicalização rural, imprimindo-lhe uma orientação tipicamente trabalhista. Sustentam tais sugestões: a retomada de alianças mais estreitas com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e o bloqueio do Congresso Nacional à votação de lei específica de reforma agrária.

Conforme Camargo (1981: 221)

(...) Em vista da carência de recursos imposta pelo impasse no Congresso, a política de redistribuição de terras, através da desapropriação por interesse social teria que ser, forçosamente reduzida. Cabia à Supra, portanto, acelerar o processo que já vinha liderando o Ministério do Trabalho, de apoio institucional à criação de sindicatos pela liberação de verbas para pagamento de sede, serviços de contador e advogado, um veículo de transporte (...) e promover o reconhecimento de entidades de classe, pela simplificação dos procedimentos burocráticos que a retardaram (...)

De todo modo, logo após a demissão de Almino Affonso da direção daquele ministério, João Goulart parecia estreitar seus vínculos com a Igreja, ampliando a rede de concessões de canais de radio difusão para o Movimento de Educação de Base. Através de decreto, de 17 de julho ⁸⁰ o governo firmava, com tais objetivos, novos convênios com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Por tais convênios, o governo abria mão de suas atribuições

⁷⁸ Carvalho Pinto, como se sabe, teria uma trajetória política ascendente no Partido Democrata Cistão. Secretário de Finanças do governador de São Paulo Jânio Quadros, em 1954. Posteriormente, conquistaria o governo do estado de S.Paulo, ocasião em que lançaria seu programa de "revisão agrária".

⁷⁹ A sucessiva perda de importância dos "assessores gaúchos", neste governo, como por exemplo seria o caso de Brochado da Rocha e de João Caruso, é apresentada por alguns analistas como uma direitização. Ver: Camargo, 1981. Concordo com essa perspectiva.

⁸⁰ Cf Decreto n.º 52267, Dispõe sobre o Programa de Educação de Base e adota medidas necessárias a sua execução através de escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, Centro-oeste e

legais para educação de base ⁸¹ e entregava sua coordenação à Igreja. A colaboração governamental seria formalizada e definida através de convênios específicos com os diversos órgãos governamentais e autarquias e igreja. Para tanto, liberava-se as verbas do orçamento que já estavam comprometidas com a Campanha Nacional de Educação Rural, vinculada ao Ministério da Educação.

O novo estatuto que a CNBB adquiria para o equacionamento da sindicalização, pode ser dimensionado pela consideração de duas determinações governamentais: 1) previa, o decreto em questão, a formação de um "conselho diretor" e um "conselho nacional de representação e consulta" para o Movimento de Educação de Base - MEB. A presidência da República, no entanto, estaria representada apenas no "conselho consultivo" e mesmo assim com um único membro; 2) desse modo, o MEB poderia se constituir com "personalidade jurídica própria", formalizando-se sua inteira autonomia diante do estado.

Sindicalização Rural na Gestão Amauri Silva

Do ponto de vista da sindicalização rural, a gestão Amauri Silva, de 18 de junho de 1963 a abril de 1964, pode ser dividida em dois períodos. Num primeiro período, de junho a novembro, o ministério do Trabalho e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural - Consir- decidiam juntos quanto ao reconhecimento dos sindicatos, enquanto que no segundo período, de novembro de 1963 a março de

em outras áreas do país a ser empreendidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil , Lex. Legislação Federal e Marginália , T. XXVII, página 731.

⁸¹ Pelo artigo 3º do Decreto 52267, extinguiu-se a antiga Campanha Nacional de Educação de Base - CNER.

1964, tais decisões passariam a ser de competência exclusiva daquela comissão

82.

Sindicatos reconhecidos pelo MTPS

Caberia se perguntar sobre o que foi a Consir. Especificamente, era uma resultante organizacional dos grupos de trabalho formados por Almino Affonso para debater as questões relativas ao sindicato, mas que ocuparia, de fato e de direito, importante espaço político. Composta por oito pessoas, distribuídas entre representantes do MTPS e da Consir, contaria com a participação das seguintes personagens: Padre Francisco Pessoa Lage; Padre Alípio de Freitas; Frei Henrique Vaz, assistente eclesiástico da Juventude Universitária Católica; Herbert de Souza, Betinho, como dirigente da JUC; Lindolfo Silva e Bráulio Rodrigues pela União das Associações de Trabalhadores e Lavradores - Ultab, entre outros. Tais personagens, atores principais do trabalho efetivo pela sindicalização, representavam, principalmente, os seus partidos: PCB e Ação Popular. Era uma espécie de "quartel general" da apaixonada campanha de sindicalização.

A Consir tinha, na Superintendência da Política Agrária- Supra, seu trunfo maior para o desenvolvimento da campanha de sindicalização . Para Padre Lage (1988: 127) a grande campanha de fundação de sindicatos começaria na gestão João Pinheiro na Supra, em junho de 1963. Conforme Padre Lage:

(...) ao iniciar-se a operação fundação de sindicatos no campo, assistiu-se a um fervilhamento difícil de ser descrito. Em todos os estados, incluindo-se os do Nordeste, estudantes e outros militantes se mobilizaram, quase sempre gratuitamente, para a formação de sindicatos e a onda foi tão grande que se

⁸² Ver Quadro 5 Sindicalização Rural no Governo João Goulart. Ministro Amauri Silva.MTPS. Brasil, junho de 1963 a abril de 1964. Ver Portaria MTPS 532, Delega Poderes à Consir Para Reconhecimento de Entidades Sindicais Rurais.

criaram em menos de dois anos, cerca de dois mil sindicatos rurais no país, com documentos encaminhados ao Ministério do Trabalho. (...)

Ainda que se possa questionar os números e considerar que fundava-se muitos sindicatos sem base real de sustentação, sem dúvida esse esforço se justificava, em função mesmo da importância que assumia e da eminência, ao menos no projeto, da realização de uma reforma agrária.

No entanto algumas vozes ponderam que havia um exagero. Era o caso, por exemplo, dos coordenadores da Equipe de Recife do Movimento de Educação de Base - MEB, que em relatório de 1963, afirmavam sobre a Consir:

(...) Foi elaborado um plano maluco de fundação de mais de 1700 sindicatos em um ano, começando por áreas prioritárias e segundo critérios que atendessem a interesses políticos e a interesses da Consir. Dividiu-se o país em regiões (...) estabelecendo que em cada uma delas deveria ser fundado um número X de sindicatos, em prazos definidos (...) Como em alguns estados começaram a estruturar-se "comissões estaduais de sindicalização rural", a comissão nacional preferiu utilizar-se delas, bem como das Federações de Trabalhadores já existentes e equipes locais foram para isso fundadas (Cf Wanderley, 1984: 292)

De todo modo, o Ministério estava à frente da campanha, simplificando os procedimentos administrativos e agilizando o reconhecimento dos sindicatos. No entanto, o plano de sindicalização era urgente e precisava atingir todo o território e fundar a sua entidade nacional de coordenação. Ainda assim, a Consir não conseguia chegar a acordos quanto aos sindicatos que deveria instruir e encaminhar para o MTPS dar seu parecer final. De novo a opinião de um dos coordenadores do MEB pode esclarecer, afirmando que a Consir não tinha um bom método para trabalhar e que:

(...) Pressões eram exercidas com a presença constante dos interessados ao lado dos relatores, fato sentido pela Consir mas que não conseguia eliminar por falta de condições materiais nas suas salas (...) Wanderley, 1984: 294.

Ainda assim, a Consir expressava uma aliança entre duas forças políticas - AP e PCB - que competiam pelo mesmo espaço - o sindicato único por município. O depoimento de Lindolfo Silva sobre sua participação na comissão pode ilustrar o que se afirma:

(...) A posição inicial foi de nos torpedear. Fizeram várias reuniões no Rio, onde Dr. Veloso, presidente da Consir, declarava que havia carros e dinheiro, mas que não tinham gente com experiência. Até que eles não tiveram outra alternativa que nos aceitar. Mas nosso trabalho desenvolvido na Consir nos permitiu sair com a hegemonia do movimento (...) 83

A Questão dos Números de Sindicatos Fundados

Feitas tais ressalvas, pode-se entrar na questão dos números de sindicatos fundados. Inúmeras outras fontes convergem numa super estimação dos números. Aldo Arantes e Haroldo Lima (1984: 44) afirmam que a organização do campesinato teria feito o número de sindicatos passar de três sindicatos, no ano 1955, para mil e quinhentos no início de 1964. Ainda assim, conforme o "1º Relatório da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas"- Contag, de fevereiro de 1964, anexado ao depoimento de José Leandro (1988), teriam sido fundados algo como 563 sindicatos, entre os fundados e aguardando reconhecimento e os efetivamente já reconhecidos ⁸⁴.

⁸³ Cf entrevista concedida à autora, em São Paulo, em 5 de maio de 1982.

⁸⁴ Trabalho minucioso e estatístico feito pela primeira diretoria da Contag. Contendo 64 páginas, faz um balanço dos sindicatos, por unidades da federação, por federações criadas e reconhecidas, indicando os seus respectivos posicionamentos políticos. Ver LEANDRO, J. Depoimento (Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil...), Ceará: s/edit., 1988.

Não obstante toda a paixão que tais números guardavam, apresento os números a que cheguei, através de um minucioso levantamento nos Diários Oficiais, sujeito a erros, mas sistemáticos. Por esses números, de janeiro a junho de 1963, foram reconhecidos trinta e sete entidades sindicais e nenhuma federação ⁸⁵. Na gestão que se estuda, foram reconhecidos quarenta e seis sindicatos e quatro federações. O ministro Amauri Silva já encontraria reconhecida a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, em 17 de outubro de 1962, por isso, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe, presidida por José Firmino, seria a segunda a ser reconhecida, em 11 de julho de 1963. A terceira seria a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Paraná, em 20 de julho de 1963, presidida por Antônio Mendonça Conde e que seria área de influência do PCB e a quarta, seria a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, em 14 de agosto de 1963, uma resultante dos trabalhos do Plano de Natal. Finalmente, a quinta federação reconhecida seria a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, presidida por José Rotta, fundada e mantida pela Confederação Nacional dos Círculos Operários, em 17 de agosto de 1963. E isto é tudo. Pararia por aí ⁸⁶. O mesmo se pode observar pelos dados apresentados por José Leandro.

Ameaças e Impasses

Pelos dados oficiais, portanto, estariam reconhecidas cinco federações, o que permitia, usando-se, por exemplo, Portaria MTPS n.º 209-A, fundar a confederação nacional. No entanto, a Contag só seria fundada em dezembro. O que acontecia?

⁸⁵ Ver Quadro 6 - Reconhecimento de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Ministro Almino Affonso. MTPS. Brasil (janeiro a junho de 1963 e Quadro 7 - Reconhecimento de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Ministro Amaury Silva. MTPS. Brasil (julho a dezembro de 1963)

De acordo com Medeiros (1995: 191 e 192):

(...) O ano de 1963 foi marcado pela multiplicação de sindicatos de trabalhadores no campo, formação de federações e tentativas de criação da confederação. Momento espetacular dessa disputa foi a tentativa de fundar essa entidade, a partir de um congresso onde a Igreja detinha a maioria, o que levou a uma interessante disputa entre a Igreja e os comunistas em torno da representatividade e validade do encontro (...) ⁸⁷.

Resta, ainda sobre tal questão, registrar as observações de Wanderley (1984: 294);

(...) Com a estratégia óbvia de todos os grupos (...) a grande meta a ser lograda seria chegar à confederação. Os grupos cristãos do nordeste que possuíam três federações, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte, reconhecidas na ocasião, fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, numa reunião em Recife, outubro de 1963. Outras duas federações existentes - Paraná sob a proteção da ULTAB e São Paulo sob a proteção dos Círculos Operários, convidadas não compareceram. O processo foi enviado pelos canais competentes do Ministério do Trabalho, mas tanto o Ministério quanto a Comissão consideraram a fundação prematura e precipitada, alegando o fato de haver vários processos de reconhecimento de novas federações, e internamente criticando a linha de ação dos "sindicatos dos padres", além de ser pressionada pelos grupos de esquerda (...)

Consir e Reconhecimento de Sindicatos

Resultaria, dessa crise, a concentração de poderes nas mãos da Consir para o reconhecimento de sindicatos . Assim, o ministro do Trabalho devolveria para aquela comissão os "processos de reconhecimento de sindicatos rurais ",

⁸⁶ Ver Quadro 8 - Fundação e Reconhecimento de Federações de Trabalhadores Agrícolas. Brasil (março de 1964).

⁸⁷ Cf. MEDEIROS, L. Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo, micrado, Tese de Doutorado, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1995. Ver também: LEANDRO, 1988: 84.

assim como, a competência exclusiva para tanto ⁸⁸. Em outros termos, quem obtivesse maioria na Consir e tivesse maior número de assessores e pareceristas, reconheceria mais sindicatos de sua corrente.

Além disso, se desmembraria a Seção de Organização e Registro Sindical - SORS - em rural e urbana. O ministro, também, baixaria outra portaria (Portaria MTPS n.º 531, 20 de novembro de 1963), que simplificava, ainda mais, o processo de fundação de sindicatos. Essa portaria, composta de seis artigos, situava normas muito simples: assembléias de fundação instaladas com, no mínimo cinquenta trabalhadores pertencentes a cinco categorias, a saber: "assalariados"- na lavoura, assalariados na pecuária e na produção extrativa rural, "trabalhadores autônomos" -parceiros, posseiros- e "pequenos proprietários". Relativizava-se, ao máximo, a questão da representatividade, condicionando-se que caso nas assembléia de fundação, estivessem presentes trabalhadores que se enquadrassem em três dentre elas, mantinha-se a denominação "sindicato de trabalhadores rurais". Ainda assim, a Consir anexava à portaria um formulário a ser preenchido, que continha todos os dados gerais para os procedimentos burocráticos relacionados ao reconhecimento.

Definia-se, assim, regras, que hoje parecem bastante democráticas. Possivelmente, a chamada "desenfreada" corrida para fundar sindicatos, começaria aí, ou ao menos, se intensificaria.

A fundação da CONTAG, sem dúvida a mais democrática dentre as duas alternativas, então em jogo, expressava um grande acordo entre as correntes "reformistas". Fundada, em assembléia nacional, em 13 de dezembro realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito de

⁸⁸ Cf Portarias do MTPS n.º 532, de 11 de novembro de 1963 e Portaria n.º 104, de 29 de novembro

Brasília, sindicato dos bancários, seria constituída a sua primeira diretoria. Conforme Medeiros (1995: 192), o Congresso que formalizaria tal acordo:

(...) contou com delegados de duzentos e sessenta e três sindicatos reconhecidos, quatrocentos e oitenta em processo de reconhecimento e vinte e nove federações, de dezenove estados.(...)

Assim, entre as entidades sindicais representadas na primeira diretoria, cabe destacar a presença forte da União de Trabalhadores e Lavradores, nas personalidades: de Lindolfo Silva, José Pureza da Silva, José Leandro Bezerra da Costa, José Rodrigues da Costa, Antônio Mendonça Conde, entre outros. Sebastião Lourenço de Lima representaria a Ação Popular e alguns outros representantes dos trabalhos sindicais do Movimento de Educação de Base.

Finalmente, restaria tecer algumas poucas considerações sobre a continuidade da administração feita pela Consir no processo de reconhecimento da nova estrutura sindical rural. Utilizo, para tanto, os dados de José Leandro (1988). No entanto, tais dados restringem-se ao reconhecimento das federações. No mês de dezembro seriam reconhecidas as seguintes federações: Federação dos Lavradores e Produtores Autônomos do Estado do Rio de Janeiro, presidida por José Pureza da Silva; Federação dos Produtores Autônomos do Estado de São Paulo, presidida por Luis de Rossi, em 16 de dezembro e, finalmente, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Paraíba, tendo como presidente João Almeida Cavalcanti. No mês de fevereiro de 1964 seriam reconhecidas: a Federação dos Produtores Autônomos do Estado de Goiás, sendo presidente Sebastião Bailão; Federação dos Pequenos Produtores da Bahia, com Hermes Silva Freire; Federação dos Produtores

Autônomos da Bahia, com Amâncio Aguiar; Federação dos Trabalhadores Rurais do Amazonas, não se tendo registro de seu presidente e, por fim, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará, tendo como presidente José Maria Serra. No mês de março de 1964 seria a vez de: Federação de Produtores Autônomos de Santa Catarina, sem registro do presidente; Federação dos Trabalhadores Autônomos de Minas Gerais, presidida por Jerônimo de Moura Neto e a Federação de Trabalhadores Agrícolas do Ceará, que tinha como presidente Vicente Pompeu.

Enuncio, a seguir, algumas medidas tomadas pelo executivo. Tais medidas, no entanto, apenas indicam intenções, dada a ruptura desse governo pelo golpe militar de 1964.

Medeiros (1995: 1930), em seu estudo, registra alguns pontos do “plano de ação” da primeira diretoria da Contag. Assim, estaria entre tais metas: completar o reconhecimento das federações ainda não reconhecidas; lutar pela regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural e pela reforma agrária.

Pode-se, a maneira de finalização, registrar que o executivo teria respondido a tais pleitos, na medida em que baixava um decreto regulamentando a extensão da previdência social para a ampla categoria dos “trabalhadores rurais”, conforme a definição jurídica do Estatuto do Trabalhador Rural e formava-se um “grupo de trabalho” para estudar e propor condições de implantação da carteira de trabalho rural. De todo modo, o decreto em questão, determinava, em suas disposições transitórias, que enquanto a previdência específica não se organizasse, tais serviços estariam a cargo do Instituto Nacional de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI. Por essa via, caberia a esse instituto a gestão do Fundo de Assistência e Previdência Social

Rural. Ainda assim, a intenção do legislador não deixava de ser ressaltada, ao afirmar que: (...) *aplicam-se à Previdência Social Rural as demais disposições da Lei Orgânica da Previdência Social e de seu regulamento geral, inclusive no que se refere à gestão econômica e financeira e à aplicação do patrimônio*(...) ⁸⁹.

Como se sabe, jogava-se com um último trunfo para “levantar as massas” e garantir a continuidade do governo. Nesses últimos momentos, antes do golpe militar de 1964, a estratégia política em andamento jogava na direção de mobilizações massivas e extremas. Assim, acenar com tais propostas para um movimento social por direitos, com talvez, uma década de esforços heróicos para vencer a resistência do empresariado ao reconhecimento legal do trabalho rural e recém inaugurado como um movimento sindical, indica a urgência com que se contava com a construção de um apoio camponês. Conjugavam-se, a tais medidas, o anúncio da lei de reforma agrária, assinada durante o comício do dia 13 de março de 1964, sob o testemunho de toda a nação.

⁸⁹ Cf. Decreto 52154, de 10 de dezembro de '1963, Aprova o Regulamento da Previdência Social Rural , Lex. Legislação Federal e Marginália, XXVIII.

Quadro 3 - Medidas de Política Trabalhista Agrária: Governo João Goulart, período julho de 1962 a janeiro de 1963. Brasil.

DECRETOS, LEIS E PORTARIAS MTPS	DATA ASSINATURA	DATA PUBLICAÇÃO DOU	OBJETIVOS
Portaria s/n	1-10-62	22-10-62	Reconhece um sindicato
Portaria s/n	5-10-62	5-12-62	Reconhece 2 sindicatos
Portaria s/n	7-10-62	5-10-62	Reconhece um sindicato
Lei Delegada 11		10-10-62	Cria a Superintendência da Política de Reforma Agrária
Portaria s/n	17-10-62	13-2-63	Reconhece Federação dos Trabalhadores Rurais de PE
Portaria n.20	12-11-62	21-11-62	Regulamenta Plano de assistência gratuita para trabalhadores sindicalizados ou não(CIS)
Portaria s/n	8-11-62	7-1-63	Reconhece 8 sindicatos de trabalhadores rurais- STR
Portaria n.335-A	20-11-62	27-11-62	Regulamenta a sindicalização rural e obriga os STRs reconhecidos a novos apostilamentos
Portaria n. 356-A	20-11-62	3-12-62	Regulamenta os STRs e define novos procedimentos administrativos
Portaria s/n	28-11-62	24-4-63 e 25-4-63	Reconhece 4 sindicatos de trabalhadores
Decreto 1941	21-12-62	nda	Aprova regulamento da Superintendência da Política Agrária - Supra
Portaria s/n	23-1-63	24-4-63	Reconhece 3 sindicatos de trabalhadores

Fontes: Diário Oficial da União, setembro a dezembro de 1962, janeiro de 1963, Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, Lex.Legislação Federal

Quadro 4 - Medidas Trabalhistas Rurais no Governo João Goulart, Ministro Almino Afonso (23 de janeiro a 17 de junho de 1963), Brasil

Decretos, Leis, Portarias. Sindicalização Rural	Datas Assinatura	Datas D.O.U.	Objetivos
Portaria s/n	11-1-63	15-1-63	Autoriza a Fundação Nacional de Assistência ao Garimpeiro- FNGA- a colaborar com a sindicalização rural via Delegacia Regional do Trabalho-Goiás
MTPS Portaria n.29	22-01-63	31-01-63	Estende a autorização para que a FNAG- colabore com todas as Delegacias de Trabalho na sindicalização rural
MTPS- Portaria 104	29-1-63	31-1-63	Regulamenta cursos de formação sindical e aprova a divisão do Departamento Técnico de Orientação e Assistência Sindical em urbano e rural
MTPS Portaria s/n	7-02-63	11-02-63	Ministro delega poderes ao Diretor do Departamento Nacional do Trabalho para decidir questões de rotina
MTPS Portaria n. 58	13-02-63	1-03-63	Departamento Nacional de Previdência Social forma grupo de trabalho GT para inscrever trabalhadores avulsos e autônomos no sistema
MTPS Portaria n. 97	18-03-63	22-04-63	Institui Fórum Sindical Lindolfo Collor (revisão da CLT)
MTPS Portaria n. 20	20-03-63	10-4-63	Aprova cem cursos de formação sindical (Comissão Técnica de Orientação Sindical-CTOS)
MTPS Portaria n. 38		22-04-63	Cria setor regional da CTOS em S.Paulo, presidida pelo procurador Júlio César de Prado Leite
Decreto Lei 4214 - Estatuto do Trabalhador Rural	2-03-63		Lei de regulamentação do trabalho agrícola e normas para a sindicalização
Anteprojeto Nova CLT		23-04-63	Propõe alterações na CLT
MTPS Portaria s/n	25-04-63	8-01-64	Reconhece Sindicato de Trabalhadores e Lavradores -STL do Cabo e STL de São Lourenço da Mata
MTPS Portaria s/n	1-05	5-7-63	Reconhece 15 sindicatos
MTPS Portaria s/n	10-05	16-07	reconhece um sindicato
MTPS Portaria n.208		13-05-63	Forma GT sobre enquadramento rural

MTPS Portaria n.285	13-05-63	28-06-63	Ministro elogia os componentes do GT sobre enquadramento dos rurais
MTPS Portaria s/n	28-05-63	16-07-63	Reconhece dois sindicatos
MTPS Portaria s/n	11-06-63	3-08-63	Reconhece um sindicato
MTPS Portaria s/n	14-06-63	diversos números	Reconhece três sindicatos
MTPS Portaria n.347	14-06-63	27-06-63	Regulamenta Eleições nos sindicatos rurais
MTPS Portaria s/n	15-06-63	diversos números	Reconhece quatorze sindicatos rurais
MTPS Portaria n. 346	17-06-63	21-06-63	Regulamentação sindicalização rural.Organização.Reconhecimento.
MTPS Portaria s/n		18-6-63	Aprova plano financeiro da FNGA (verbas do MTPS)
MTPS Portaria s/n	17-06-63		Firma convênio entre o MTPS e a Supra e define atribuições da Comissão Nacional de Sindicalização Rural- Consir

Fontes: Diário Oficial da União , janeiro a junho de 1963, Imprensa Oficial , Rio de Janeiro.

Quadro 5 - Sindicalização rural no Governo João Goulart Ministro do Trabalho Amauri Silva, junho de 1963 a abril de 1964

DECRETO, LEIS PORTARIAS	DATA DE ASSINATURA	DATA (PUBLICAÇÃO O DOU)	OBJETIVOS
Portaria s/n	11-7-63	1-8-63	Reconhece Federação Trabalhadores Rurais - FTR de Sergipe
Portaria s/n	14-8-63	12-9-63	Reconhece FTR do Rio Grande do Norte
MTPS Portaria s/n		19-06-63	Regulamenta enquadramento de sindicatos rurais
Portaria s/n	15-7-63	20-11-63	Reconhece 3 STRs.
Decreto 52267	17-7-63	nda	Extingue a Campanha Nacional de Educação Rural e reconhece o Movimento de Educação de Base. Formaliza convênios para educação de base e dá outras providências
MTPS Gabinete Ministro		12-07-63	Autoriza o STR de Assis, SP, a fazer contrato coletivo de trabalho com Usina Nova América
Portaria s/n	20-7-63	nda	Reconhece a Federação dos Trabalhadores Lavoura - FTL- do Paraná
MTPS Portaria n. 406		12-08-63	Designa representantes do MTPS na Comissão Nacional de Sindicalização Rural - Consir
MTPS Portaria 85		7-08-63	Devolve às repartições de origem reclamações para reexame de enquadramento sindical provisório
MTPS Portaria 393	6-08-63	13-08-63	Ministro elogia o trabalho do Comissão Técnica de Orientação Sindical -CTOS- São Paulo
Portaria s/n	17-8-63	nda	Reconhece FTR de São Paulo
Portaria s/n	26-8-63	8-1-64	Reconhece 3 STRs
Portaria s/n	12-9-63	17-12 e 22- 11-63; 8-1-64	Reconhece 12 STRs
Portaria s/n	12-10-63	18-12-63	Reconhece 5 STRs
Portaria s/n	13-10-63	26-2-64	Reconhece 4 STRs
Portaria s/n	31-10-63	5-2-64	Reconhece 1 STR
Decreto 54263	4-11-63	8-11-63	Aprova crédito para cumprimento do ETR
MTPS Portaria 532	11-11-63	20-11-63	Delega poderes à Consir para reconhecimento de

			entidades sindicais rurais
MTPS Portaria 531	11-11-63	20-11-63	Ministro aprova instruções para execução da Portaria 346 de 17-06-63
MTPS Portaria 104	29-11-63	10-01-63	Desmembra a Seção de Organização e Registro Sindical - SORS- em rural e urbana. Delega à Consir o trabalho rural
Decreto Lei 53154	10-12-63	12-12-63	Regulamenta Previdência Social Rural
Decreto Lei 53517	13-12-63	31-12-63	Reconhece a Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas - Contag
Portaria s/n	16-12-63	26-2-64	Reconhece 3 STRs
Portaria s/n	16-12-63	nda	Reconhece a Federação dos Produtores Autônomos - FPA- de São Paulo
Portaria s/n	18-12-63	18-12-63	Reconhece 1 STR
Portaria s/n	26-2-64	26-2-64	Reconhece 2 STRs
MTPS Portaria 178	30-3-64	31-6-64	Cria Grupo de Trabalho para regulamentar Estatuto do Trabalhador Rural
MTPS Portaria 177	30-03-64	31-03-64	Regulamenta a carteira profissional do trabalhador rural

Fontes: Diário Oficial , coleção do ano de 1963 e meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 1964; Lex Legislação Federal e Marginalia , T. XXVIII

Quadro 6 - Reconhecimento de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas.
Ministro Almino Affonso. MTPS Brasil (janeiro a junho de 1963)

<i>Unidade da federação</i>	<i>Nome da Entidade</i>
Maranhão	Sindicato de Trabalhadores e Lavradores - STL- de Imperatriz
Ceará	Sindicato de Produtores Autônomos - SPA -de Imperatriz STL de Iguatu STL de Aracati
Pernambuco	STL do Cabo STL de São.Lourenço Mata
Sergipe	STL de Tomás do Geru STL de Boquim
Goiás	Sindicato de Produtores Autônomos de Piracanjuba
Rio de Janeiro	STL de Itaboraí
São Paulo	STL de Barrinha STL de Mogi das Cruzes STL de Tapiratiba STL de Araraquara STL de Pontal STL de Batatais STL de Penápolis STL de Adamantina STL de Ribeirão Preto STL de Franca STL de Pirajui STL de Bragança Paulista STL de Oriente STL de Gália STL de Salto Grande STL de Presidente Alves STL de Rio Bonito Sindicato de Produtores Autônomos de Pacaembu SPA de Peruíbe e SPA de Adamantina
Paraná	STL de Paranavaí STL de Porecatu SPA de Cascavel SPA de Centenária do Sul
Rio Grande do Sul	SPA de Farroupilha SPA de Veranópolis SPA de Machadinho

Fontes: Diário Oficial da União, 1963.

Quadro 7 - Reconhecimento de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Ministro Amauri Silva. MTPS Brasil (julho a dezembro de 1963)

Unidades da Federação	Nome da Entidade
Ceará	Sindicato de Produtores Autônomos -SPA - de Cedro STR Autônomos de Canindé STR-de Palmácia STR de Antônio Chaval
Rio Grande do Norte	Sindicato de Trabalhadores e Lavradores- STL- de S.João Câmara, Barreto e S.Bento do Norte STL de Pedro Avelino STL de Mossoró Sindicato de Trabalhadores e Lavradores da Pecuária e Similares de Várzea
Pernambuco	STL de São José STL de Petrolina STL de Carpina STL de Canhotinho STL de Garanhuns STL de Palmeirinha STL de Jupi
Paraíba	STL de Pirituba e Belém
Rio de Janeiro	SPA de Trajano de Moraes SPA de São Gonçalo
São Paulo	STL de Catanduva STL de Bebedouro STL de Descalvado STL de Palmital STL de Gália STL de Pompéia STL de S.Carlos de Ivai STL de Araçatuba STL de Franca STR Autônomos de Braúna STR de Avandava STR Autônomos de Presidente. Epitácio STR de Santa Fé do Sul SPA de Santa Fé do Sul STR Autônomos de Avandava
Paraná	STL de Ibatuba STL de Terra Boa STL de Cornélio Procópio STL de Santa Cruz de Monte Castelo STL de Apucarana STL de Atalaia SPA da Lapa
Rio Grande do Sul	SPA de Uruçu SPA de Canoas SPA de Santa Isabel do Ivai Sindicato dos Pequenos Produtores e Proprietários de Uruçu

Fontes: Diários Oficiais da União, julho a dezembro de 1963.

Quadro 8
Fundação das Federações de Trabalhadores Agrícolas (março de 1964).Brasil

Federações	Data fundação	Reconhecida	Tendência Política	Primeiro Presidente
Fed.Trabalhad ores Rurais FTR do Amazonas	janeiro/63	Sim(fevereiro 64)	União dos Lavradores Trabalhadores Rurais-Ultab	nda
FTR do Pará	dezembro/63	Sim(fevereiro 64)	Ultab-Ação Popular-AP	José Maria Serra
Federação Produtores Autônomos- FPA do Maranhão	dezembro/63	Não	AP	nda
FPA Maranhão	nda	Não	Ultab	Augusto José do Nascimento
FPA e Pequenos Proprietários- FPP do Piauí	dezembro/63	Não	Bispo de Teresina	Espiridião Fernandes
Federação Trabalhadores Agrícolas Ceará	novembro/63	Sim(março 64)	Ultab	Vicente Pompeu
FPP e Posseiros Ceará	nda	Não	Ultab	José Vitorino de Souza
FTR Rio Grande Norte	nda	Sim (14-8-63)	Igreja D.Eugênio Salles	José Rodrigues Sobrinho
FPA Rio Grande Norte	dezembro 63	Não	Igreja D.Eugênio Salles	nda
FPA do Rio Grande Norte	dezembro 63	Não	Ultab	Batatinha
FPP Rio Grande Norte	dezembro 63	Não	Igreja D. Eugênio Salles	nda
FPP Rio Grande Norte	dezembro 63	Não	Ultab	nda
FTR de Pernambuco	1962	Sim(17-10-62)	AP	Manoel Gonçalves Ferreira

FPA e PP Pernambuco	1963	Não	Padres	José Deó Silva
FPA e PP Pernambuco	dezembro 63	Não	Ultab	nda
FTR Paraíba	início 63	Sim(fins 63)	Padres	João Almeida Cavalcanti
FPA Alagoas	dezembro 63	Sim(fevereiro 64)	nda	Manoel Novaes (ou José Gomes Novaes)
FTR Sergipe	início 63	Sim (11-7-63)	AP	José Firmino
FPA Bahia	dezembro 63	Sim (fevereiro de 64)	nda	Amâncio Aguiar
FPP Bahia	dezembro 63	Sim (fevereiro de 64)	AP	Manoel Lito Muniz
Federação Trabalhadores Agrícolas-FTA Bahia	janeiro 64	Não	Ultab	nda
FPA Minas Gerais	dezembro 63	Sim (março 64)	AP	Sebastião Lourenço Lima
FTA Minas Gerais	dezembro 63	Sim (março 64)	Ultab	Jerônimo Moura Neto
Federação Trabalhadores na Produção Extrativa de Minas Gerais	dezembro 63	Não	AP	João
FPA Espírito Santo	dezembro 63	Sim (fevereiro 64)	Ultab	Hermes Silva Freire
FP Lavradores e PA Rio de Janeiro	outubro 63	Sim(dezembro 63)	Ultab	José Pureza da Silva
FTR S.Paulo	fins de 1962	Sim (17-8-63)	Círculos Operários	José Rotta
FPA S.Paulo	novembro 63	Sim(16-12-63)	Ultab	Luiz de Rossi
FPA Goiás	nda	Sim (fevereiro de 1964)	Ultab	Sebastião Bailão
FT Lavoura Paraná	início de 1962	Sim (20-7-63)	Ultab	Antônio Mendonça Conde
FPA Paraná	janeiro 64	Não	Igreja (Bispo)	nda
FPA Paraná	janeiro 64	Não	Ultab	nda
FPP Paraná	janeiro 64	Não	Igreja (Bispo)	nda
FPP Paraná	janeiro 64	Não	Ultab	nda
FPA Santa Catarina	janeiro 64	Sim (março 64)	Ultab	nda
FTR Rio Grande Sul	início 63	Não	Igreja (Bispo)	nda
FTA Rio	dezembro 63	Não	Ultab	José Romão

Grande Sul				Fontoura
FPA Rio Grande Sul	dezembro 63	Não	Ultab	Rosauro Charlet de Souza
FTR Guanabara	dezembro 63	Não	Ultab	Francisco Alves

Fonte: Relatório sobre a Fundação , novembro de 1965, in LEANDRO, José Minha Vida, a sindicalização rural e as lutas dos camponeses no Brasil, Fortaleza, CE, 1988.

Considerações Finais: dilemas e impasses na construção da representação dos trabalhadores rurais

Termino, esta tese, com a certeza de que muitas indagações permanecem apenas mapeadas. Muitas questões, por sua natureza sugestiva, o que é próprio depara mais históricos, merecem, certamente, maiores desenvolvimentos. No entanto, completamos, provisoriamente, nossas linhas de sugestões conclusivas.

Indico, assim, a título de considerações finais, algumas questões que merecem especial destaque. Tais questões podem ser enunciadas como dilemas e impasses na construção da representação dos trabalhadores rurais.

Ao longo dos anos de 1960 a 1964, algumas respostas institucionais frente à questão sindical rural, ganhariam força e seriam objeto de acordos, de compromissos e de alianças. Pode-se sugerir que tais acordos envolveram o movimento social organizado e o governo, seja via “pressões políticas”, seja via negociações pessoalmente entabuladas. De todo modo, pode-se enunciar dois grandes projetos em “negociações”. Cito, em primeiro lugar, o projeto de Fernando Ferrari, tal como ficaria conhecido, que tinha sua mola mestra no Estatuto do Trabalhador Rural - ETR. Esse estatuto seria a base do Decreto 4214, aprovado em votação no Senado, em 2 de março de 1963. Suas instruções respondiam, de modo muito pontual, a um tipo determinado de

conflitos de trabalho que se espalhava, de norte a sul do país, conforme procuramos evidenciar no primeiro capítulo dessa tese. As determinações desta lei defendiam o trabalhador, porque incidiam, de modo muito específico, sobre as condições gerais do trabalho, tal como se apresentavam, em função do desenvolvimento da agricultura. Para ser breve, anotamos apenas algumas dessas determinações: tornava o trabalho legítimo e sujeito a normas e regulamentações, estendia, portanto, com pequenas restrições, a Consolidação das Leis de Trabalho - CLT - para os trabalhadores rurais. Acoplava-se à lei de trabalho, o direito à representação sindical.

Em segundo lugar, obviamente, teríamos que citar a reforma agrária. Nesta questão, não ocorreriam propostas institucionais satisfatórias, mas apenas respostas paliativas às pressões sociais recorrentes, o que, aliás, era o objetivo maior do bloco de forças no poder, bloqueando no Congresso a votação da reforma agrária. Ainda assim, na eventualidade de algum tipo de distribuição de terras, seria necessário obter algum consenso sobre os critérios que presidiriam as eventuais distribuições de terras. Certamente, uma estrutura sindical organizada, reconhecida como legítima pelo MTPS, seria um instrumento indispensável.

Assim, o projeto do sindicato respondia aos anseios do conjunto das correntes e forças políticas envolvidas. Buscamos, na seqüência colocar em destaque quais, entre as forças do poder, trabalhariam por essa alternativa.

Procuramos, no capítulo 2 e no capítulo 4, realçar que o trabalhismo apresentara algumas alternativas frente à questão. No entanto, as Forças

Armadas, colocariam seu veto, quando, por exemplo, recusariam a campanha de sindicalização rural iniciada, em 1953, pelo ministro do Trabalho João Goulart. Acusava-se que tal campanha atentava contra a segurança nacional.

De todo modo, a proposta trabalhista identificava o sindicato de trabalhadores rurais à promoção de uma reforma agrária, definindo, assim, uma proposta política que se denominaria "reformismo agrário". Ainda assim, o Partido Comunista Brasileiro tinha em seus programas orientações reiteradas quanto a necessidade de transformações na estrutura da propriedade agrária e de fundar associações de trabalhadores e de camponeses. Tais associações, fundadas e instaladas inúmeras vezes, sofreriam ataques sistemáticos por parte das polícias particulares da propriedade agrícola.

Certamente, ao menos pelos dados que trabalhei, pode-se dizer que, para o bem ou para o mal, a Igreja Católica e o Estado trabalhariam pela promoção da cidadania do trabalhador rural. Assim, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB e o Governo Juscelino Kubitschek formalizaram os primeiros acordos para o desenvolvimento da educação de base, se estava abrindo uma possibilidade da Igreja "modernizar" sua presença social e política no campo, o que teria, entre outras, significados positivos para a construção de bases políticas no campo ou "pacificar" o campo. Por outro lado, como se procurou apontar, os governos que se sucederam a JK seguiriam seus passos e prestigiariam a ação social da CNBB, oficializando, inclusive, a atribuição de sua direção maior ao Movimento de Educação de Base - MEB.

No entanto, um dos “nós” da questão está em reconhecer as ambigüidades que cercam alianças de tal porte. De todo modo, pode-se dizer que enquanto o trabalhismo buscava solucionar os conflitos de terras com soluções mais pontuais, como era o caso dos governos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, ou mesmo da Frente Única que levaria Miguel Arrais ao governo em Pernambuco, a Igreja trabalhava na alternativa exclusiva do MEB.

Enquanto a Igreja se manteve fiel a sua parte no acordo e levava à frente o trabalho de educação de base, não ocorreriam tensões. No entanto, quando a Igreja buscava uma alternativa que estava fora desse acordo, as tensões apareceriam com muita força. Dito de outro modo, quando o trabalhismo coloca a questão da organização sindical como uma proposta imediata, tal como se faria no início do governo do presidente da República João Goulart, a tensão se manifestaria com violência.

Desse modo, como uma resposta às tensões nacionais que cercaram o início do Parlamentarismo, a Igreja lançaria sua campanha de sindicalização rural. Entre os articuladores dessa proposta estava a Confederação Nacional dos Círculos Operários, a Diocese de Natal, a Diocese de Sergipe, a Frente Agrária Gaúcha e o Serviço de Orientação Rural - SORPE- de Pernambuco.

Tais articuladores, sem dúvida, conseguiriam impor suas estratégias e princípios às direções da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que lançaria, como se procurou demonstrar no capítulo 3, a campanha de sindicalização “por cima” e a “todo custo”. Nessa campanha de sindicalização rural foram usadas muitas entidades católicas que não tinham relações diretas

com um trabalho educativo e social, como por exemplo, seria o caso da participação dos Congregados Marianos, Ordem de São José e outras. Formava-se, então, o que se chamaria de “sindicatos dos padres”. Essa expressão tem um significado literal porque alguns desses “sindicatos de trabalhadores rurais” tinham padres como presidentes de sindicatos.

Interessa registrar a seguinte avaliação que faria Wanderley (1988: 286), reportando-se a um relatório do “1º Encontro de Coordenadores” do MEB, realizado em Recife, em 1962:

(...) em contrapartida às posturas do documento da CNBB e do clero que agia ativamente na sindicalização rural, alertava, com uma linguagem moderada muito moderada que com esta ação: “mesmo não voluntariamente, visavam um chegar na frente dos comunistas e que há um perigo real de se imprimir uma orientação anticomunista, na prática” (...).

Quanto ao trabalhismo, pode-se sustentar que sua principalidade estaria, muito mais, na reconstrução de suas bases sindicais e políticas urbanas, abaladas pelas políticas do presidente da República Jânio Quadros. Ainda assim, traçar uma política para o sindicato urbano, significava, sem dúvida traçar uma política para o campo. Nesse sentido, a questão sindical rural teria, ao menos em parte, um papel coadjuvante e seria articulada por João Pinheiro, por Almino Affonso e, finalmente por Amauri Silva. Atribuía-se, essa função, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e à Superintendência da Política Agrária.

Conforme se sugere, na gestão de João Pinheiro se definiria um recorte institucional mais próximo àquele modelo consagrado pela política trabalhista urbana. Definiam-se normas de enquadramento sindical que propiciavam o estabelecimento de negociações, desde que indicavam a formação de quatro categorias sindicais, o que permitia uma segmentação dos interesses gerais do trabalho rural. O que se pode resumir indicando que se poderia formar quatro centrais sindicais de trabalhadores rurais. Por outro lado, conseguiria desmontar o esquema sindical articulado na gestão Montoro, conforme se desenvolveu no capítulo 3.

Almino Affonso faria uma gestão democrática e aberta para as diversas tendências que lutavam pela sindicalização. Inovaria, de modo importante, na proposição de que o enquadramento sindical implicasse na formação de uma “central única” de trabalhadores rurais, o que dificultaria o desenvolvimento da linha consagrada do sindicalismo trabalhista.

De todo modo, os grandes articuladores na fundação do sindicato foram as tendências sindicais, entre as quais: o Partido Comunista Brasileiro e a União dos Trabalhadores e Lavradores, o Comando Geral dos Trabalhadores, e a Ação Popular. Pressionaram e conseguiram que os trabalhadores rurais fossem objeto na elaboração de políticas e de orientações por parte dos estrategistas do MTPS. Ao mesmo tempo, viviam os difíceis tempos de fundar e manter seus sindicatos.

Indico, a seguir, os momentos altos dessa luta política e sindical:

1) o ministro do Trabalho João Pinheiro não reconhece e desautoriza a estrutura sindical legada pelo ministro do Trabalho que o antecederam;

2) o ministro do Trabalho Amauri Silva não oficializa a "confederação dos trabalhadores rurais", fundada pelas federações de trabalhadores do Nordeste, em outubro de 1963. Compuseram essa confederação : a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e a Federação de Trabalhadores Rurais de Sergipe;

3) a conquista do Estatuto do Trabalhador Rural e da central única, reconhecida por decreto da presidência da República.

4) a reunião de vinte e duas federações de trabalhadores rurais fundaria a Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas, reconhecida e oficializada pelo MTPS.

Fontes e Bibliografias

I) Arquivos consultados:

Arquivo da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo

Arquivo Edgar Leuenroth

Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo

Biblioteca Nacional

II) Relatórios, Periódicos, Anuários, Jornais e Coleções de Leis Federais

a) Jornais: Diário Oficial da União , RJ: Imprensa Nacional

período: de janeiro de 1961 a abril de 1964.

O Solidarismo, órgão oficial da Federação dos
Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo, SP:

Fecoesp, período de 1962 a 1964

Jornal O Estado de São Paulo

b) Anuários:

Lex. Legislação Federal e Marginália , volumes: XX a XXVIII.

c) Periódicos:

Boletim do Ministério do Trabalho, MTPS, RJ: Imprensa
Nacional, período: 1961 a 1964

Boletim da CNCO, órgão oficial da Confederação Nacional dos Círculos Operários, RJ, período de janeiro de 1958 a janeiro de 1963.

Revista Gleba, RJ: Confederação Rural Brasileira, período de 1961 a 1964.

d) Relatórios:

Federação Estadual dos Círculos Operários- Fecoesp, 1962

Delegacia Regional- SP, da Superintendência da Política Agrária -
Supra

Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo
(1963, 1964 e 1965)

e) Atas de Congressos e outros

Pareceres Jurídicos da Faresp sobre Projeto Lei n ° 1837/D60,
encaminhados à presidência do Senado Federal em 19 de julho de 1961

Substitutivo ao Projeto n ° 1957 - Dispõe sobre o trabalho rural e
dá outras providências, autoria de Afonso Arinos.

III) Bibliografias

AFFONSO, Almino Raízes do Golpe. Da crise da legalidade ao
Parlamentarismo (1961-1963), SP: Marco Zero, 1988.

ARANTES, Aldo e

LIMA, Haroldo História da Ação Popular, da JUC ao PC do B , SP: Alfa
Ômega, 1984.

BANDEIRA, Moniz O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964, RJ: Civilização Brasileira, 1977.

BARRIGUELLI, J.C. Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo, 1870-1956., São Carlos: UFSCAR, 1981

BASTOS, Élide Rugai As Ligas Camponesas, RJ: Vozes, 1984.

BELLOCH, I.

e ABREU, A (org.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro- 1930-1983
4 volumes, RJ: FGV-Foreense-Finepe, 1984.

BENEVIDES, M. Vitória O PTB e o Trabalhismo em São Paulo (1945-1964), SP: Brasiliense-Cedec, 1989.

O Governo JK. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política, RJ: Paz e Terra, 1978.

BEZERRA, Gregório Memórias, 2 volumes, RJ: Civilização Brasileira, 1980.

CAMARGO, Aspásia A "A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base", in FAUSTO, B. (org.) III O Brasil Republicano 3 Sociedade e Política (1930-1964), SP: Difel, 1981.

Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste, Thèse Pour Le Doctorat du 3ème Cycle,
École Pratique des Hautes Études, Centre D'Études
des Mouvements Sociaux, Paris: Mimeo, 1973

CAMARGO, Cândido M. Procópio Igreja e Desenvolvimento, SP: Cebrap, 1971.

CAMPANHOLE, Adriano Consolidação das Leis de Trabalho e Legislação Complementar , SP: Edi. Atlas, 1973.

CHAIA, Vera M. A Liderança Política de JQ (1947-1990) , SP: Humanidades, 1991.

Os Conflitos dos Arrendatários em Santa Fé do Sul - SP (1959-1969), mimeo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1980.

CNCO Manual dos Círculos Operários, RJ: Edi. Confederação Nacional dos Círculos Operários, 1961.

CONCEIÇÃO, Manuel Essa terra é nossa. Depoimentos sobre a vida e as lutas dos camponeses no estado do Maranhão (Entrevista e edição de Ana Maria Galano), Petrópolis: Vozes, 1980.

COSTA, Luis Flávio O PCB e a questão do Sindicalismo Rural , mimeo., Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1990.

COSTA, Sérgio Amad Comando Geral dos Trabalhadores e as Lutas Sindicais Brasileiras (1960-1964) , SP: Edi. Grêmio Politécnico, 1981.

CRESPO, Paulo "O Problema Camponês no Nordeste do Brasil", in Revista Síntese Política Econômica e Social , n. 17, jan/março de 1963, RJ: IEPS- Puc-RJ.

DELGADO, Lucília Neves O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964) , Petrópolis: Vozes, 1986

DIAS GOMES e FERREIRA GULLAR Dr. Getúlio. Sua Vida e Sua Glória, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

DREIFUSS, R. Armand 1964. A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe , Petrópolis: Vozes, 1981

ERICKSON, Kenneth Sindicalismo no Processo Político Brasileiro , SP: Brasiliense, 1979.

FARIA, Octávio "Sindicalismo Novo", in Revista Síntese Política Econômica e Social, n. 22, abr/junho de 1964, RJ: IEPS-Puc-RJ.

FECOESP Curso de Liderança Sindical , SP: Edi. Saraiva, 1963

FEVROD, Charles H. O Sindicalismo , Lisboa: Edma/ Publicações Dom Quixote, 1983.

GNACCARINI, José C. Latifúndio e Proletariado, Formação da Empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural , SP: Livraria e Edi. Polis, 1980.

GUARNIERI, Laura A Experiência do Planejamento no Complexo Cafeeiro. 1930-1964, Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia da Unicamp, Campinas, 1980, xerox.

HIRSCHMAN, Albert As Paixões e os Interesses. Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo Antes de seu Triunfo, RJ: Paz e Terra, 1979

Das Atividades Privadas para a Esfera Pública. Do Consumidor ao Cidadão , SP: Paz e Terra, 1983

A Retórica da Intransigência. Perversidade, Futilidade, Ameaça , SP: Brasiliense, 1992

HOBBSAWN, Eric Era dos Extremos. O breve século XX , SP: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio O Colapso do Populismo no Brasil , RJ: Civilização Brasileira, 1968.

KADT, Emanuel "Religião, Igreja e Mutação Social no Brasil", in VELIZ, Cláudio(coord.) América Latina Estruturas em Crise , SP: Ibrasa, 1970.

LAMOUNIER, B. e

CARDOSO, F.H. Os Partidos e as Eleições, RJ: Paz e Terra - Cebrap, 1978.

GOVERNO DO BRASIL Estatuto do Trabalhador Rural , Lei n º 4214, de 2 de março de 1963, Departamento de Imprensa Nacional, s/local, 1964.

LEANDRO, José Minha Vida, a Sindicalização Rural e as Lutas Camponesas.Contag- uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963 , Ceará: sem editora, 1988.

LEITE, Maria Cecília A C. Conto como fomos. Juventude de Chumbo ,SP: Edições Liberdade, 1992.

LOYOLA, M.Andréa Os Sindicatos e o PTB. Estudo de um caso em Minas Gerais, Petrópolis: Vozes - Editora Brasileira de Ciências, 1980.

MANFREDI, Sílvia Maria Educação Sindical: entre o Conformismo e a Crítica, SP: Edi. Loyola, 1986.

MARTINS, José de S. Os Camponeses e a Política no Brasil , Petrópolis: Vozes, 1981.

Capitalismo e Tradicionalismo, SP: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo , micrado, Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp, 1995.

A Questão da Reforma Agrária no Brasil: 1955-1964, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, SP: datilo., 1982.

NUNES, Adão Pereira Memórias de um médico cassado. Do Planalto à Cordilheira, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, Francisco "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista", in Estudos Cebrap n. 2, outubro de 1972, SP: Cebrap- Edi. Brasileira de Ciências.

PELEGRINI, Virgínia M.C O PTB em São Paulo. 1945-1964 , dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1989, micrado.

PESSOA, Francisco Lage O Padre do Diabo. A Igreja Ausente na Hora de Mudar, SP: Edi. EMW , 1988

PINHEIRO NETO, João Jango. Um Depoimento Pessoal , RJ: Record Edi., 1993.

PUREZA, José Memória Camponesa, RJ: Editora Marco Zero, 1982.

REYMOND, Delci A Uma Experiência de Serviço Social na Federação dos Círculos Operários de São Paulo , Monografia de Conclusão de Curso, Escola de Serviço Social, PUC-SP, datilo., 1958.

RODRIGUES, Leôncio Martins "Sindicalismo e Classe Operária - 1930-1964", in FAUSTO, B. (org.) III O Brasil Republicano 3 Sociedade e Política (1930-1964), SP: Difel, 1981.

RODRIGUES, José Albertino Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, SP: Difel, 1968.

SALES, Teresa Agreste, Agrestes, SP: Paz e Terra- Cebrap, 1982.

Cassacos e Corumbas.Ensaio, SP: Ática, 1972.

SANTOS, Wanderley G. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise, RJ: Vértice, 1986.

Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira, RJ: Edi. Campus, 1979.

SEGATTO, José A Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964, micrado, Doutorado, FFCL, USP, 1993.

SILVA, José Gomes A Reforma Agrária no Brasil.Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento, RJ: Zahar, 1971.

SILVA, Sérgio Salomé A Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil

SOARES, José Arlindo A Frente de Recife e o Governo de Arraes. Nacionalismo em Crise. 1955-1964, RJ: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, L.A G. A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política, Petrópolis: Vozes, 1984.

STEIN, Leila de M. Corporativismo e Sindicato na Agricultura. Brasil (1930-1945), micrado, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1991.

Estado e Sindicalização do Trabalhador Rural: a cidadania "pelo alto", mimeo, Convênio IFCH-Ford Foundation Grant, Campinas, 1983.

SUPRA/ Delegacia

Estadual de SP Guia para Organização de Sindicatos Rurais , Seção Técnica de Sindicalização Rural, SP, jan. de 1964.

SUPRA/ Delegacia

Estadual de SP Plano para realização de Curso para Liderança Sindical, Delegacia Estadual de S.Paulo, 1964.

TAVARES, Antônio Pimentel O Catecismo do Trabalhador Rural, SUPRA/Delegacia Regional de São Paulo, s/data.

TELLES, Jover O Movimento Sindical no Brasil, RJ: Vitória, 1962.

TROYANO, Ignes Estado e Sindicato, SP: Símbolo, 1978.

SOUZA, Luis Alberto G. Os Estudantes Católicos e a Política, Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Itamar A Luta da Igreja Contra os Coronéis , Petrópolis: Vozes, 1982.

VIANA, Luis J.W. "O Sistema Partidário e a Democracia Cristã", in Coleção Cadernos de Debate , n º 1, SP: Cedec, 1978.

VIEIRA, Evaldo Estado e Miséria Social no Brasil. De Getúlio a Geisel , SP: Cortez Edi., 1983.

VILLAR, Abdias "A Igreja Católica e a Questão Agrária", in PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e Questão Agrária ,SP: Edi Loyola, 1985.

WANDERLEY, M. de Nazareth B. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na Economia Açucareira de Pernambuco , RJ: Paz e Terra, 1979.

"Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira", in BRAZ, José (org.) Reflexões sobre a Agricultura Brasileira, RJ: Paz e Terra, 1979*.

WELCH, Cliff e

GERALDO, Sebastião Lutas Camponesas no Interior Paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes, RJ: Paz e Terra, 1992.

WELCH, Cliff Rural Labor and The Brazilian Revolution in S.Paulo, 1930-1964, 2 volumes, micrado, Tese Doutorado, Departament of History, Graduate School of Duke University, USA, 1992.